

Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional das Beiras  
Departamento de Arquitetura, Ciências e Tecnologia  
Mestrado Integrado em Arquitetura



**FORMAS INTEGRADAS DE REABILITAR:**  
o caso da Iniciativa Terra Amada em Vale de Papas

TEMA: **Design e Planeamento Participativo**  
Prova Final: **Relatório de Estágio**

Ricardo Jorge Santos Duarte

Orientadora: Professora Doutora Ana Pinho  
Coorientadora: Professora Doutora Céline Veríssimo  
Tutor: Mestre Victor Mestre



## **Iniciativa Terra Amada (ITA), Viseu**

A Iniciativa Terra Amada é uma iniciativa criada pelo Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade Católica de Viseu. É uma iniciativa que promove o desenvolvimento de ações de voluntariado num estaleiro-escola. Este voluntariado está aberto para alunos de arquitetura e de engenharia civil, nacionais e estrangeiros, com o propósito de realizar diversas intervenções de conservação e de reabilitação em aldeias rurais do concelho de Viseu.

A primeira edição da ITA ocorreu no ano letivo de 2012/2013 e fiz parte da organização. No segundo ano da ITA, que teve início no mês de Outubro de 2013, continuei na organização, sendo que a partir do mês de Janeiro soube da possibilidade de fazer a prova de final de mestrado através desta iniciativa, começando então o desenvolvimento do meu estágio na ITA.

O estágio teve uma duração de 7 meses, desde o mês de Fevereiro até ao mês de Agosto de 2014, e no âmbito do qual foi desenvolvido o projeto de reabilitação de 3 currais para uma habitação/atelier e realizada a respectiva obra.

### **Contactos:**

Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade Católica Portuguesa – Pólo de Viseu  
Centro Regional das Beiras

Estrada da Circunvalação  
3504 – 505 Viseu  
Portugal

Tel: +351 232 419 500

Fax: +351 232 428 344

E-mail: [infoterraamada@gmail.com](mailto:infoterraamada@gmail.com)



## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Universidade Católica Portuguesa, que proporcionou um vasto leque de ensinamentos e de experiências ligadas à arquitetura. Agradecer a todas as pessoas ligadas à instituição, funcionários e professores.

Agradecer à orientadora doutora Ana Pinho, por todo o apoio dado nas aulas e fora delas, por todos os ensinamentos transmitidos e pela contagiante paixão pela arquitetura, à coorientadora doutora Céline Veríssimo, pelo acompanhamento realizado ao longo da realização deste relatório de estágio, ao tutor arquiteto Victor Mestre pelos conhecimentos, simpatia e as conversas dentro e fora de aula com as quais aprendi bastante. Aos três um muito obrigado por todos os ensinamentos e apoio que me foi prestado.

Agradeço a todos os professores que me acompanharam ao longo do curso e que me fizeram apreciar e me ensinaram a gostar cada vez mais de arquitetura.

Aos voluntários e técnicos da Iniciativa Terra Amada por todo o empenho e ajuda prestada ao longo desta. Um especial obrigado ao Srº Paulo, ao Sr. Adérito e ao Sr. Manuel. A toda a população de Vale de Papas pela simplicidade e amigabilidade com que nos receberam e nos tratavam.

Aos meus colegas de Universidade da turma do ano de 2009, com um especial agradecimento para o César Pereira, o Ricardo Silva e o João Almeida, por me terem acompanhado ao longo de todo o estágio e me terem apoiado nos bons e maus momentos. A todos um muito obrigado por me ajudarem a crescer não só como arquiteto mas também como pessoa.

Aos meus amigos de Gumirães por me terem acompanhado e me fizeram ultrapassar dias menos bons ao longo destes cinco anos. Um especial obrigado à Rita Monteiro por me ter ouvido e apoiado em todas as fazes menos positivas da minha vida académica.

Agradecer e dedicar aos meus pais e à minha irmã, pela preocupação, apoio, dedicação e ensinamentos que me transmitiram ao longo do curso e de toda a vida, e que fazem de mim a pessoa que sou hoje, um muito obrigado pelo esforço que fazem diariamente para que eu possa ter tudo o que necessito. Muito obrigado por TUDO e peço desculpa pelos erros que possa ter cometido nesta longa etapa da minha vida.

A toda a minha família, que me deixam orgulhoso de os ter pela sua boa disposição, humildade e amizade entre todos. Um especial obrigado aos meus primos Bruno Santos, João Paulo, Vanessa e Marinho, que são um exemplo a seguir e me ensinam todos os dias o que é ser uma pessoa cada vez melhor. Às minhas avós Palmira e Maria por todas as histórias e educação, ao meu grande avô Joaquim por toda a educação e a força que demonstra ter até ao fim.

Aos que já não se encontram entre nós.

**MUITO OBRIGADO A TODOS**, tudo o que sou devo-o a vocês.



**RESUMO**

Este relatório refere-se à prova final vertente estágio, desenvolvida segundo o tema Design e Planeamento Participativo. O estágio desenvolveu-se durante a 2ª edição da Iniciativa Terra Amada (ITA) - de Fevereiro de 2014 a Agosto de 2014. Esta Iniciativa foi criada em 2012 pelo Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade Católica Portuguesa, coordenada pela Professora Doutora Ana Pinho. Este é um projeto participativo e integrado para a reabilitação e o combate ao despovoamento rural. Em conjunto com empresas patrocinadoras, município, juntas de freguesia, associações profissionais e 60 voluntários - estudantes e estagiários, nacionais e internacionais - realiza várias obras de apoio à população e ao desenvolvimento local em aldeias remotas e carenciadas no distrito de Viseu.

O carácter participativo e integrado na ligação da Universidade à população e outros parceiros, bem como a participação inter-geracional, ao longo do processo, sugere por um lado, uma análise crítica sobre o papel social do arquiteto e, por outro, a discussão sobre a arquitetura vernacular e processos de auto-construção do habitat humano. Por esta razão a contextualização teórica da minha prova final inclui os seguintes temas: Planeamento Participativo, Arquitetura sem Arquiteto – Arquitetura Vernacular.

O meu estágio consistiu na reabilitação de três currais convertidos em habitação e atelier. Este processo envolveu as seguintes fases: (a) diagnóstico participativo da aldeia; (b) definição do programa de reabilitação da intervenção; (c) projeto de arquitetura; (d) angariação de materiais de construção e de mão-de-obra especializada; (e) angariação de voluntários para a construção de obra; (f) direção de obra; e (g) gestão logística.

A dinâmica aplicada, participativa e integrada deste estágio permitiu não só a aquisição de um vasto leque de competências profissionais da arquitetura, mas também a percepção da complexidade de obras baseadas no mecenato e voluntariado, bem como, das dificuldades enfrentadas pela população cada vez mais envelhecida das aldeias portuguesas. A proximidade com a obra desenvolvida durante este estágio expôs evidências que materializam a teoria na prática - ajuda mútua, utilização dos materiais locais, ensino aplicado e reabilitação do património.

7

**Palavras-chave:** Reabilitação, Habitação, Projeto Participativo, Arquitetura sem Arquiteto, Arquitetura Vernacular

**ABSTRACT**

This report refers to the final training course event, developed according to the theme Design and Participatory Planning. The training course developed during the 2nd edition of the Iniciativa Terra Amada (ITA) - from September 2013 to August 2014. This Initiative was created in 2012 by the Integrated Master's Degree in Architecture from the Portuguese Catholic University, coordinated by Professor Ana Pinho (PhD). This is a participatory and integrated project for the rehabilitation and fight against rural depopulation. In conjunction with sponsoring companies, the municipality and 60 volunteers - students and trainees, nationals and internationals, perform various constructions to aid the population and local development in remote and deprived villages in the district of Viseu.

The participative and integrated nature of the population in connection to the university and other partners, as well as inter-generational participation, throughout the process, suggests on the one hand a critical analysis about the social role of the architect and on the other, the discussion on vernacular architecture and processes of self-construction of the human habitat. For this reason the theoretical context of my final exam includes the following themes: Participatory Planning, Architecture without Architect - Vernacular Architecture.

My internship consisted of the rehabilitation of three barns converted into housing and studio. This process involved the following stages: (a) participatory diagnosis of the village; (b) definition of the rehabilitation's program of the village; (c) project of architecture; (d) raising of construction materials and skilled labor; (e) finding volunteers for construction work; (f) direction of work; and (g) management strategy.

This training course's applied, participative and integrated dynamic, not only allowed the acquisition of a wide range of professional competencies of architecture, but also the perception of the complexity of building sites based on patronage and volunteering, as well as the difficulties faced by the increasingly aging population of Portuguese villages. The proximity with the developed enterprise during this training, exhibited evidence substantiating the theory in practice - mutual aid, use of local materials and applied teaching.

**Keywords:** Rehabilitation, Housing, Participatory Design, Architecture without Architect, Vernacular Architecture

## RÉSUMÉ

Ce rapport fait référence à l'étape de brin de test ultime, développé en fonction de la conception de thème et de la planification participative. Le stade développé au cours de la 2e édition de l'Initiative Aimé Terre (ITA) - Février 2014 to Août 2014 Initiative a été créée en 2012 par le maître en architecture de l'Université catholique, coordonné par le professeur Ana Pinho. Il s'agit d'un projet participatif et intégré pour la réhabilitation et la lutte contre l'exode rural. En collaboration avec les sociétés partenaires, comté, les conseils paroissiaux, les associations professionnelles et les 60 bénévoles - étudiants et stagiaires, nationaux et internationaux - effectués divers travaux pour soutenir la population et le développement local dans les villages reculés et défavorisés dans le district de Viseu.

La nature participative et intégrée de la liaison à la population de l'Université et d'autres partenaires, ainsi que la participation intergénérationnelle, tout au long du processus, suggère d'une part, une analyse critique sur le rôle social de l'architecte et, d'autre part, le débat sur l'architecture vernaculaire et processus d'auto-construction de l'habitat humain. Pour cette raison, le contexte théorique de mon examen final comprend les thèmes suivants: la planification participative, l'architecture sans architecte - architecture vernaculaire.

Mon stage consistait en la réhabilitation de trois granges transformées en logements et en studio. Ce processus a impliqué les étapes suivantes: (a) un diagnostic participatif du village; (B) la définition de l'intervention du programme de réhabilitation; (C) la conception de l'architecture; (D) des campagnes de matériaux de construction et la main-d'œuvre, main-d'œuvre qualifiée; (E) à trouver des bénévoles pour le bâtiment; (F) en direction de travail; et de la gestion (g) de la logistique.

La dynamique, participatif et intégré appliqué ce stade non seulement permis l'achat d'une large gamme de compétences professionnelles de l'architecture, mais aussi la perception de la complexité des travaux basés sur les commandites et le bénévolat, ainsi que les difficultés rencontrées par le vieillissement de la population des villages portugais. La proximité au travail développé au cours de cette étape présentait des signes étayer la théorie à la pratique - l'entraide, l'utilisation de matériaux locaux, l'éducation et la réhabilitation du patrimoine appliquée.

**Mots-clés:** réadaptation, Bricolage, participative design, l'architecture sans architecte, l'architecture vernaculaire



**INDICE GERAL****RESUMO****ÍNDICE GERAL****LISTA DE FIGURAS**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>Pág.16</b>
<b>CAPITULO I _ Enquadramento Teórico.....</b>	<b>Pág.24</b>
1.1_ Arquitetura sem Arquitetos (Arquitetura Vernacular).....	Pág.25
1.2_ Planeamento Participativo.....	Pág.33
1.3_ Discussão.....	Pág.38
<b>CAPITULO II _ Atividades Desenvolvidas.....</b>	<b>Pág.40</b>
2.1_ Entidade Acolhedora.....	Pág.41
2.2_ Contextualização Espacial.....	Pág.47
2.3_ A População.....	Pág.51
2.4_ Condicionantes.....	Pág.52
2.5_ Do projeto à obra.....	Pág.55
<b>CAPITULO III _ Tarefas desenvolvidas em obra/Direção de obra.....</b>	<b>Pág.68</b>
<b>CAPITULO IV _ Conclusão.....</b>	<b>Pág.98</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>Pág.100</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>Pág.104</b>
Anexo 1 _ Materiais e técnicas construtivas.....	Pág.104
Anexo 2 _ Arquitetura Vernacular nas diferentes zonas do país.....	Pág.106
Anexo 3 _ Iniciativa Terra Amada 2012/2013.....	Pág.111
Anexo 4 _ Iniciativa Terra Amada 2013/2014.....	Pág.115
Anexo 5 _ Regime excecional da reabilitação urbana.....	Pág.120
Anexo 6 _ Projeto Habitação/Atelier da Cristina.....	Pág.124
Anexo 7 _ MAEC Habitação/Atelier da Cristina.....	Pág.133

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 \_ Pág.16 : Localização de Vale de Papas (Fonte: Google maps)
- Figura 2 \_ Pág.17 : Casa da Cristina Exterior (Antes) (Fonte: Autor, 2014)
- Figura 3 \_ Pág.18 : Casa da Cristina Casa de banho (Antes) (Fonte: Autor, 2014)
- Figura 4 \_ Pág.18 : Casa da Cristina Sala (Antes) (Fonte: Autor, 2014)
- Figura 5 \_ Pág.20 : Metres Carpinteiros (Fonte: Autor, 2014)
- Figura 6 \_ Pág.21 : Metres Pedreiros (Fonte: Claudia, 2014)
- Figura 7 \_ Pág.22 : Gráfico sobre temas da Prova Final (Fonte: Autor, 2014)
- Figura 8 \_ Pág.22 : Gráfico Prática/Teoria (Fonte: Autor, 2014)
- Figura 9 \_ Pág.24 : The dogons (Fonte: Rudofsky, 1972)
- Figura 10 \_ Pág.24 : Habitantes da América do Norte de árvores 1668 (Fonte: Rudofsky 1972)
- Figura 11 \_ Pág.24 : Telhados com chaminés esculpidas, típicas da ilha do mar Egeu (Fonte: Rudofsky 1972)
- Figura 12 \_ Pág.26 : “Garibaldi”, Utensílios para levantar pedras de maior dimensão em espaços reduzidos (Fonte: Cláudia, 2014)
- Figura 13 \_ Pág.26 : Como picar pedra (Fonte: Cláudia, 2014)
- Figura 14 \_ Pág.30 : Forja, Vale de Papas (Fonte: Cláudia, 2014)
- Figura 15 \_ Pág.30 : Moinho, Vale de Papas (Fonte: Iniciativa Terra Amada 2014)
- Figura 16 \_ Pág.30 : Casa da Cristina, Vale de Papas (Fonte: Cláudia, 2014)
- Figura 17 \_ Pág.31 : Localização Beira Alta e Baixa (Fonte: Fernandes, 2012)
- Figura 18 \_ Pág.32 : Reunião com a aldeia, a câmara e a equipa organizadora (Fonte: Terra Amada)
- Figura 19 \_ Pág.34 : Maio de 68 (Fonte: <https://cadernoensaios.wordpress.com/2013/05/24/>)
- Figura 20 \_ Pág.35 : Injustiça Espacial (Fonte: Veríssimo, 2014)
- Figura 21 \_ Pág.35 : A pobreza (Fonte: Veríssimo, 2014)
- Figura 22 \_ Pág.36 : Planeamento Participativo (Fonte : Autor, 2014)
- Figura 23 \_ Pág.37 : Colocação da viga no edifício pela organização em colaboração com a equipa de carpinteiros (Fonte: Cláudia 2014)
- Figura 24 \_ Pág.39 : Zona de Open-space, cozinha/sala estar – antes (Fonte: Autor, 2014)
- Figura 25 \_ Pág.39 : Zona de Open-space, cozinha/sala estar – depois (Fonte: Cláudia, 2014)
- Figura 26 \_ Pág.40 : Vista geral de Covas do Monte (Fonte: Autor, 2013)
- Figura 27 \_ Pág.42 : Foto de uma cabra num vão de uma casa (Fonte: Autor, 2013)
- Figura 28 \_ Pág.44 : Cobertura em colmo (Fonte:César, 2014)
- Figura 29 \_ Pág.45 : Vale de Papas: Armazem, Forja, Acampamento, Pasto (Fonte:César, 2014)

- Figura 30 \_ Pág.46 : Vivências em Vale de Papas (Fonte:César, 2014)
- Figura 31 \_ Pág.47 : Casa e atelier da Cristina antes da intervenção (Fonte: Autor, 2014)
- Figura 32 \_ Pág.47 : Vista aérea de Vale de Papas (Fonte: Google maps, 2014)
- Figura 33 \_ Pág.48 : Adaptação de mapa realizado por César Pereira para Iniciativa Terra Amada (Fonte: Autor, 2014)
- Figura 34 \_ Pág.49 : Coberturas em colmo, Vale de Papas (Fonte: Autor, 2014)
- Figura 35 \_ Pág.50 : Vale de Papas - Senhor Manuel (Fonte:César, 2014)
- Figura 36/37 \_ Pág.53 : Interior dos currais, mau estado das paredes, da cobertura e do pavimento (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 38 \_ Pág.54 : Esquícios Casa da Cristina (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 39 \_ Pág. 56 : Foto Casa da Cristina (antes) (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 40 \_ Pág. 56 : Foto Casa da Cristina (depois) (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 41 \_ Pág.57 : Alçado proposto (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 42 \_ Pág.57 : Planta de Infra-estruturas (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 43 \_ Pág.57 : Planta de Infra-estruturas (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 44 \_ Pág.58 : Planta de Vermelhos e amarelos (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 45 \_ Pág.58 : Planta final (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 46 \_ Pág.59 : Corte Casa da Cristina (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 47 \_ Pág.59 : Foto do hall (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 48 \_ Pág.60 : Planta da cozinha antes (Esq.) e depois (Dir.) (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 49 \_ Pág.60 : Alçados da cozinha (antes) (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 50 \_ Pág.60 : Alçados da cozinha (depois) (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 51 \_ Pág.61 : Pedra na zona do quarto (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 52 \_ Pág.62 : Planta com indicações dos vãos (Fonte: Autor, 2014)
- Figura 53 \_ Pág.62 : Mapa de vãos antigo (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 54 \_ Pág.62 : Mapa de vãos aplicado (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 55 \_ Pág.64 : Aplicação do soalho (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 56 \_ Pág.64 : Soalho final (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 57 \_ Pág.64 : Aplicação da telha (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 58 \_ Pág.64 : Telha final (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 59 \_ Pág.64 : Aplicação da viga principal (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 60 \_ Pág.64 : União entre as duas vigas (Fonte:Autor, 2014)

- Figura 61 \_ Pág.65 : Parede divisória do quarto antes e do hall (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 62 \_ Pág.65 : Parede divisória do quarto antes e do hall pintada (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 63 \_ Pág.65 : Azulejo na zona do W.c. (duche) (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 64 \_ Pág.66 : Explicação da aplicação da argamassa pela DDLar- gamassa (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 65 \_ Pág.66 : Aplicação da argamassa (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 66 \_ Pág.67 : Paredes de pedra entre sala e w.c. (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 67 \_ Pág.69 : Montagem das tendas (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 68 \_ Pág.69 : Tendas da organização montadas (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 69 \_ Pág.70 : Casa da Cristina (antes da intervenção) (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 70 \_ Pág.70 : Casa da Cristina sem cobertura (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 71 \_ Pág.70 : Remoção da viga do edifício (Fonte:Autor, 2014)
- Figura 72 \_ Pág.71 : Mestres pedreiros (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 73 \_ Pág.71 : Paredes interiores a serem removidas (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 74 \_ Pág.72 : Paredes divisória entre o hall e a sala (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 75 \_ Pág.73 : Exterior da Casa da Cristina em construção (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 76 \_ Pág.74 : Reconstrução da parede do quarto (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 77 \_ Pág.74 : Início da reconstrução das paredes exteriores (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 78 \_ Pág.75 : Início do nivelamento do quarto (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 79 \_ Pág.75 : Colocação da padieira do vão do w.c. (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 80 \_ Pág.75 : Nivelamento do quarto (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 81 \_ Pág.76 : Início da construção da parede divória do quarto (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 82 \_ Pág.76 : Início do nivelamento do resto da habitação (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 83 \_ Pág.77 : Nivelamento do resto da habitação (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 84 \_ Pág.77 : Colocação da viga principal no edifício (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 85 \_ Pág.77 : Colocação da viga principal no edifício (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 86 \_ Pág.78 : Exterior da casa do Senhor Américo (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 87 \_ Pág.79 : Colocação dos barrotes na cobertura (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 88 \_ Pág.79 : Aplicação da caleira (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 89 \_ Pág.80 : Nivelamento do piso da casa de banho (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 90 \_ Pág.81 : Colocação do forro (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 91 \_ Pág.81 : Aplicação do forro (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 92 \_ Pág.81 : Construção da parede da casa de banho (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 93 \_ Pág.82 : Abertura da futura chaminé (Fonte:Cláudia, 2014)

- Figura 94 \_ Pág.82 : Aplicação da telha (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 95 \_ Pág.83 : Finalização da parede de tijolo do w.c. (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 96 \_ Pág.83 : Aplicação da argamassa (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 97 \_ Pág.84 : Argamassa na parede do quarto (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 98 \_ Pág.84 : Aplicação de argamassa na parede do quarto (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 99 \_ Pág.85 : Remate da parede divisória entre a cozinha e a sala (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 100 \_ Pág.85 : Realização da canalização (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 101 \_ Pág.86 : Acabamento das paredes da sala (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 102 \_ Pág.86 : Salpicar as paredes da casa de banho (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 103 \_ Pág.86 : Acabamento realização à argamassa (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 104 \_ Pág.87 : Acabamento realização à argamassa (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 105 \_ Pág.87 : Regularização do pavimento da casa de banho (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 106 \_ Pág.88 : Voluntários, organização e mestres de obra (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 107 \_ Pág.89 : Início da construção da varanda (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 108 \_ Pág.89 : Aplicação de xilofeno no forro (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 109 \_ Pág.89 : Remate da argamassa na parede divisória da cozinha com a casa de banho (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 110 \_ Pág.90 : Limpeza exterior (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 111 \_ Pág.90 : Continuação da construção da varanda (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 112 \_ Pág.91 : Aplicação dos barrotes no soalho (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 113 \_ Pág.91 : Barrotes para a futura aplicação do soalho (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 114 \_ Pág.92 : Realização dos elementos de madeira que irão ser a divisória do hall e da cozinha/sala (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 115 \_ Pág.92 : Remate da telha (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 116 \_ Pág.93 : Aplicação do soalho (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 117 \_ Pág.93 : Colocação da divisória entre espaços (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 118 \_ Pág.93 : Instalação da eletricidade (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 119 \_ Pág.94 : Colocação dos móveis da cozinha (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 120 \_ Pág.95 : Aspecto final da varanda (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 121 \_ Pág.96 : Exterior do edifício (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 122 \_ Pág.96 : Exterior do edifício (Fonte:Cláudia, 2014)
- Figura 123/124/125 \_ Pág.97 : Aspecto interior final (Fonte:Cláudia, 2014)

# INTRODUÇÃO



Figura 1 - Localização de Vale de Papas  
(Fonte: Google maps)

## Objecto

O objecto de trabalho consiste numa intervenção num conjunto de construções – três currais – que foram reabilitados no âmbito da Iniciativa Terra Amada. Este conjunto de construções situa-se numa aldeia do concelho de Cinfães, que dá pelo nome de Vale de Papas.

A Iniciativa Terra Amada trata-se de um projeto participativo e integrado que, em conjunto com empresas patrocinadoras, as autoridades locais e 60 alunos de arquitetura/engenharia ou arquitetos estagiários voluntários (nacionais e internacionais) realiza variadas obras de apoio à população e ao desenvolvimento local em aldeia rurais do distrito de Viseu.

Esta Iniciativa relaciona-se com o tema escolhido visto ser um processo participativo, que integra vários autores locais, em que tanto a população como outras entidades, incluindo empresas, autoridades locais, associações profissionais, alunos ou arquitetos/engenheiros estagiários voluntários e a Universidade, interagem com o desenvolvimento dos projetos e realização de obra.

Em termos teóricos será ainda abordado outro tema que se relaciona com o projeto, a Arquitetura sem arquitetos ou Arquitetura Vernacular.

Estes três currais destinavam-se a uma habitação com atelier para uma habitante da aldeia, cuja profissão é a única que não está somente ligada ao sector primário (artesanato para venda), sendo também uma das poucas pessoas jovens a habitar a aldeia.

Esta não tem habitação própria, e o local onde reside atualmente não tem instalações sanitárias, saneamento, um compartimento isolado onde possa ter a sua privacidade, nem um espaço para desenvolver a sua atividade de artesanato. Acresce a tudo isto que, dormindo numa cozinha com fumeiro mas sem chaminé, a qualidade do ar é bastante má, podendo afectar a médio prazo a sua saúde.

Os edifícios a intervir encontravam-se em muito mau estado de conservação. Alguns dos maiores problemas evidenciados nos edifícios em questão eram as paredes, que apresentavam problemas de estabilidade e a cobertura que se encontrava em perigo eminente de queda.

No espaço dos 3 currais é criada uma pequena habitação que inclui um quarto, uma instalação sanitária, um área de cozinha, uma zona de estar e um pequeno atelier, enquadrados numa área útil de aproximadamente 42m<sup>2</sup>.



Figura 2 - Casa da Cristina Exterior (Antes)  
(Fonte: Autor, 2014)



Figura 3 - Casa da Cristina Casa de banho (Antes)  
(Fonte: Autor, 2014)

18



Figura 4 - Casa da Cristina Sala (Antes)  
(Fonte: Autor, 2014)

## Justificação

O património rural tem sofrido um aumento do abandono e conseqüente degradação, e o êxodo rural é uma questão que nos dias de hoje está cada vez mais em foco, sendo que em 2008 a população mundial atingiu valores de 50% de habitantes em espaços urbanos, sendo que se calcula que em 2050 esses valores sejam de 70%, algo que não é positivo para os espaços rurais. Na Europa, a população urbana era de 72,6% em 2010 e espera-se que chegue aos 86% em 2050 (Un-Habitat, 2010).

Para contrabalançar este fenómeno e, de certa forma, ter um papel comprovativo do que se pode fazer para reaproveitar os espaços devolutos nas aldeias, o objectivo da minha proposta passa por realizar um projeto demonstrativo de como a partir de três simples currais se pode ter uma habitação, com as condições de habitabilidade, conforto e segurança adequadas, sem ter custos excessivos na realização das obras e de forma participativa, salvaguardando o património, e possibilitando a criação de um espaço agradável para habitar na aldeia.

Este tema é de enorme interesse na atualidade dado estar-se em plena crise económica, acompanhada do aumento de desemprego, sendo essenciais todas as intervenções que possam apoiar o empreendedorismo e o desenvolvimento de atividades económicas, a par do apoio e da melhoria da qualidade de vida nas aldeias rurais. Sendo assim, considero ser de máxima importância a transformação de espaços rurais como, por exemplo, currais e outros, em espaços de trabalho e habitação para os jovens, fixando-os e, desta forma, levar ainda a um possível repovoamento.

Como já foi mencionado, esta intervenção foi realizada para uma das poucas jovens que habitam na aldeia. Esta jovem é a única habitante cuja atividade económica não está relacionada com o sector primário, produzindo e vendendo peças de artesanato local. O seu trabalho consiste na criação de pequenas maquetas de edifícios tradicionais com os materiais reais da aldeia, o que permite criar uma boa projeção regional da mesma e espalhar a particularidade das coberturas em colmo. É assim importante fixar esta jovem, sendo esta um importante elemento dinamizador da comunidade. Esta jovem, que ganhou coragem e esperança com a chegada da Iniciativa Terra Amada, comprou os três currais em questão para que possa ter uma vida melhor, privacidade e desenvolver mais afincadamente a sua atividade económica.

Como foi referido anteriormente, a atividade desta jovem expõe de forma artística, as características únicas da aldeia, o que torna esta intervenção numa mais-valia para toda a aldeia, permitindo que haja um maior conhecimento desta localidade. Para além disso, este ano, a Iniciativa Terra Amada, conseguiu ainda um grande apoio por parte da Câmara Municipal de Cinfães, que em conjunto com a Iniciativa desenvolveu projetos que se concretizarão durante e após a ação de voluntariado.

A escolha do estágio na Terra Amada como prova de final de mestrado foi bastante fácil de tomar. Neste estágio tive a possibilidade de trabalhar como projetista, visto ter sido eu a desenvolver o projeto, embora de forma participativa e acompanhada, de diretor de obra, onde orientei por volta de 7 voluntários por dia, bem como ter o apoio de especialistas e mestres-de-obras nos diferentes sectores da obra, entrar em contacto com as diversas empresas necessárias para a realização do meu projeto, e aprender com os diversos técnicos especializados que apoiaram a iniciativa Terra Amada, desde eletricitistas e canalizadores até pedreiros, carpinteiros e trolhas.

## Objectivos

O principal objectivo ao desenvolver este estágio foi, através da minha experiência académica e processo de aprendizagem profissionalizante no caso de experiência real, e de forma participativa, proporcionar uma melhoria na qualidade de vida a uma moradora carenciada, que habita na aldeia remota de Vale de Papas.

Pretendi também que esta abordagem participativa prevalecesse em todas as fases do projeto, e pudesse não só contribuir para a minha experiência profissional mas também ajudar a vida de alguém, num contexto onde de outra forma, dificilmente aconteceria.

Os restantes objectivos dividem-se em dois grupos: objectivos gerais e objectivos específicos.

Os objectivos gerais passaram pelo desenvolvimento de estudos profissionais, onde aprofundei os meus conhecimentos sobre as temáticas que me propus estudar, sendo elas o Planeamento Participativo e a Arquitetura sem Arquitetos (Arquitetura Vernacular). Temáticas estas que se enquadram com o projeto que desenvolvi na Iniciativa Terra Amada.

Os objectivos específicos foram todas as aprendizagem práticas que adquiri ao longo do estágio, como a aplicação dos princípios da reabilitação e o confronto destes com os problemas emergentes de uma situação real, o relacionamento da análise teórica com a parte prática, ou seja, desenvolver o projeto no âmbito de um processo participativo, num contacto próximo com a aldeia, as empresas, os mestres-de-obras e técnicos especializados e, por último, os voluntários.

*“Não se trata neste manual de induzir as pessoas a construírem suas próprias casas na maneira tradicional. O mundo mudou muito; há escassez de materiais tradicionais de contrição e de mão-de-obra com este conhecimento. (...) Trata-se, antes, de responder aos desafios atuais da questão habitacional e apresentar alternativas, aplicando no processo construtivo uma combinação de técnicas tradicionais e modernas” (Lengen, 2004,).*

O que pretendi obter com este estágio passou por estudar os benefícios e a forma como se desenvolvem os processos participativos, e ao mesmo tempo realizar um projeto demonstrativo, que, por um lado, apresentasse as potencialidades de um edifício comum e da Arquitetura Vernacular e, por outro, a reabilitação de um conjunto de edifícios com um controlo muito exigente de tempo, custo e materiais.



Sintetizando, ao desenvolver e construir um projeto de reabilitação de três currais numa habitação/atelier, pretendi alcançar diversas experiências profissionais que me serão úteis no futuro, sendo elas:

- \_ Competências de projeto – realização do projeto da habitação/atelier;
- \_ Entrar em contacto com as empresas – fase de angariação de materiais de construção e mão-de-obra especializada;
- \_ Competências de direção de obra – tendo a cargo aproximadamente 7 voluntários e entre 2 ou 3 técnicos das diversas empresas, por dia;
- \_ Competências de construção da obra – aprender com as diferentes especialidades de construção, nomeadamente, o granito, canalização, instalação sanitária, revestimentos, acabamentos e cobertura em duas águas sendo esta em telha e podendo vir a ser em colmo;

Para além deste objectivos pessoais, a obra em concreto a realizar tem em si mesma um conjunto de objetivos que pretende alcançar, nomeadamente:

- \_ Melhorar as condições de vida de uma jovem;
- \_ Criar um espaço para o desenvolvimento de uma atividade económica;
- \_ Contribuir para a preservação do património rural vernacular;
- \_ Promover a fixação dos jovens à aldeia;
- \_ Promover o desenvolvimento local;
- \_ Promover o turismo local.



Figura 6 - Metres Pedreiros  
(Fonte: Claudia, 2014)

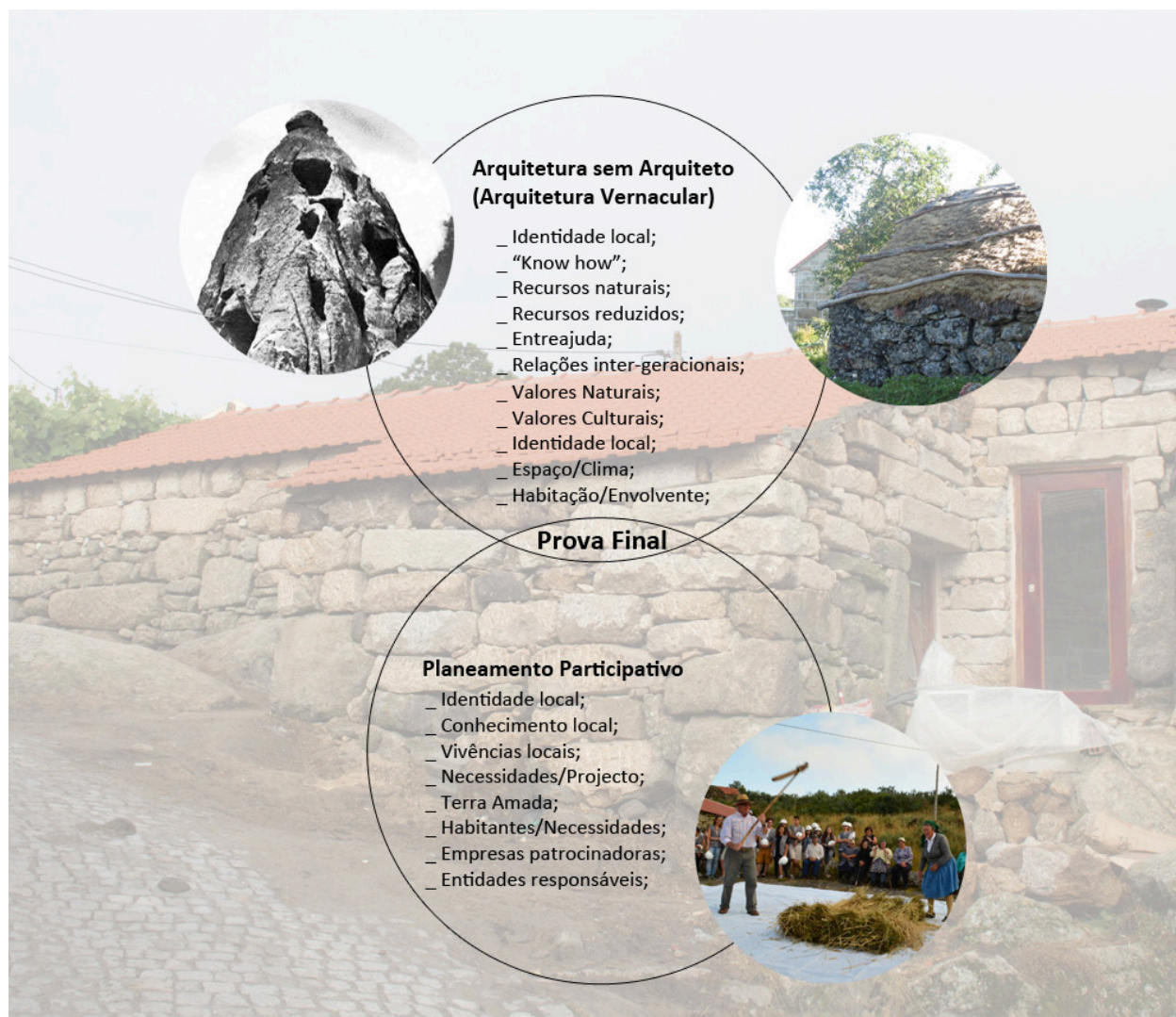


Figura 7 - Gráfico sobre temas da Prova Final (Fonte: Autor, 2014)

22

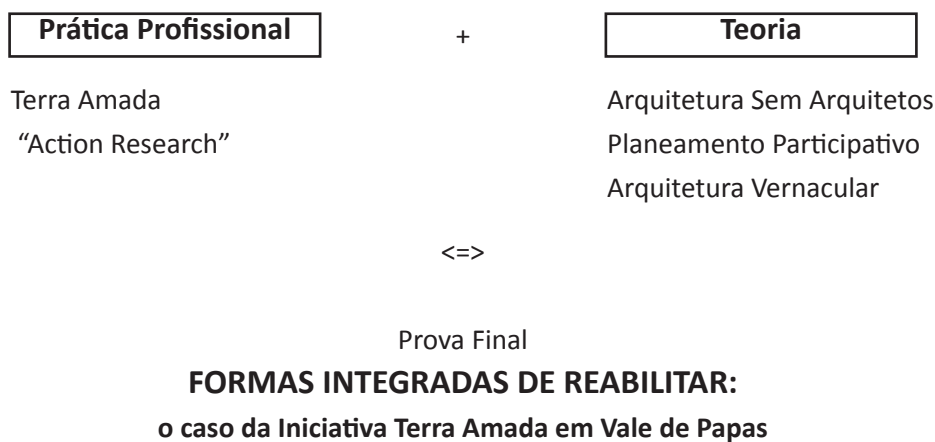


Figura 8 - Gráfico Prática/Teoria (Fonte: Autor, 2014)

## Metodologia

O processo de desenvolvimento deste estágio teve início com o arrançar da Iniciativa Terra Amada 2014.

Esta Iniciativa realizou várias tarefas antes do meu estágio começar. Inicialmente houve a procura e escolha da aldeia, baseada em critérios estabelecidos pela iniciativa, conversações com as entidades políticas e culturais locais, conversação e conhecimento da população, recolhas fotográficas e definição do programa e viabilidade do mesmo (Iniciativa Terra Amada, 2014).

Foi a partir desse momento que começou o meu estágio. Após a Iniciativa já ter avançado bastante em relação aos contactos com a aldeia e entidades responsáveis, eu comecei por escolher, de entre as intervenções previstas, aquela que me possibilitasse a realização de um estágio com o grau de complexidade e oportunidade para aquisição de conhecimentos adequados.

Em relação aos trabalhos práticos, e no âmbito do estágio, foi realizado o levantamento dos edifícios, a que se seguiu foi o levantamento das anomalias e respectivo projeto de conservação (solução das anomalias), realização do projeto de reabilitação, “aprovação” do mesmo junto da cliente e da Camar Municipal de Cinfães, medições, angariação e recolha dos materiais às empresas, pequenas retificações no projeto de acordo com os materiais angariados, realização do planeamento da obra, montagem do estaleiro, realização dos trabalhos prévios de preparação de obra (antes da chegada dos voluntários) e direcção da obra.

Em relação aos trabalhos teóricos, foi realizada a escolha do tema – Design e Planeamento Participativo, e o tipo de prova final (estágio), recolha de informação sobre temáticas associadas ao meu projeto – Planeamento Participativo e Arquitetura sem Arquiteto (Arquitetura Vernacular). De seguida realizou-se a seleção e tratamento da informação e estabelecimento das relações entre a parte prática – Iniciativa Terra Amada – e a parte teórica – Design e Planeamento Participativo.

Todo o processo do desenvolvimento do estágio, baseia-se no conceito de “Action Research”. Este é um tipo de intervenção que proporciona um maior proveito e um maior ensinamento para os participantes. O desenvolvimento desta teoria baseia-se em sete passos, que tornam o seu desenvolvimento mais proveitoso para todos, sendo eles, a seleção do ponto a estudar, esclarecer teorias, identificar as questões importantes, recolher os dados necessários, analisar a informações, comunicar os resultados e agir informado (Sagor, 2000), permitindo-me desta forma realizar a ponte entre o trabalho teórico e o trabalho prático.

A realização desta intervenção foi então o colmatar de todos os objectivos da escolha do estágio, sendo que me dotou de uma experiência profissional relacionada com todo o trabalho teórico previamente analisado (Gráfico 8).

*“Ao estudar seus edifícios, tenho que entender os sistemas estruturais, mas como existem muitos projetos e muitas culturas, tento compreender a complexidade da cultura em relação com a produção estética, o que é fundamental para mim. Compreender somente os edifícios, mas não as suas motivações, os valores que as pessoas têm ao criá-los, não é, em minha opinião, compreendê-los realmente em sua totalidade.” (Olivie citado em: Parisi, 2008).*

## CAPITULO I \_ Enquadramento Teórico

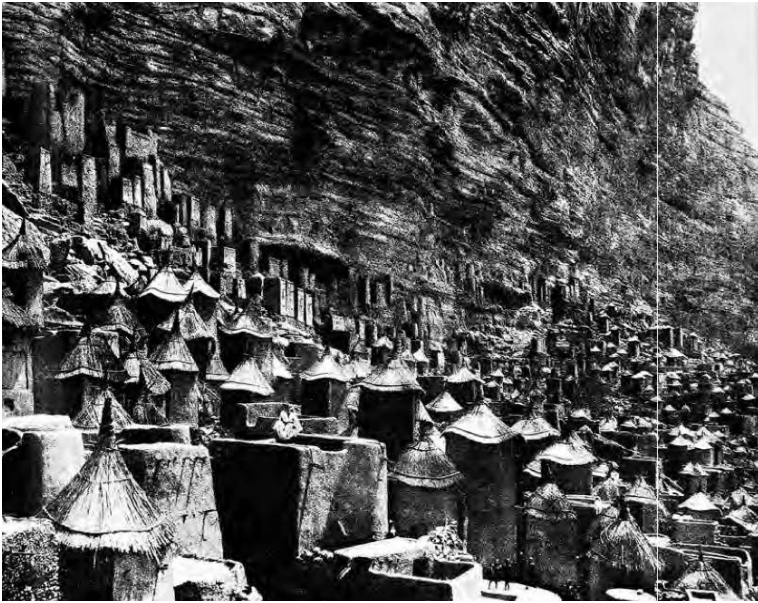


Figura 9 - The dogons  
(Fonte: Rudofsky, 1972)



Figura 10 - Habitantes da América do Norte de  
árvores 1668.  
(Fonte: Rudofsky 1972)



Figura 11 - Telhados com chaminés esculpidas,  
típicas da ilha do mar Egeu  
(Fonte: Rudofsky 1972)

## 1.1\_ Arquitetura sem Arquitetos (Arquitetura Vernacular)

Segundo Rudofsky (1972), os ensinamentos arquitectónicos que nos são tradicionalmente transmitidos estão incompletos, pois apenas mostram uma pequena parte da história da arquitetura, que se localiza na parte tardia da história e que resulta numa mera procura pela beleza do edifício.

Arquitetura sem Arquitetos é aquela que sempre existiu e faz parte inata da humanidade e do modo como esta se relaciona com o meio que a rodeia. Esse tipo de arquitetura não é como é por dispor de materiais reduzidos, mas sim por recorrer aos recursos existentes e criar formas arquitectónicas muito próprias de um determinado local, destacando-se pelo seu carácter local e regional, usando técnicas tradicionais locais. Além de que é uma arquitetura relacionada com o ambiente, com a cultura e com a história onde está inserida.

Arquitetura com arquitetos, por oposição, apareceu muito depois, com as construções monumentais das grandes civilizações antigas e que embora a sociedade fosse maioritariamente pobre existia uma elite que era altamente rica e poderosa por serem hierarquizadas – uma minoria enriquecia às custas da maioria subjugada.

As obras realizadas na altura da Arquitetura Sem Arquitetos são conhecidas por variados nomes, sendo alguns deles, Arquitetura Vernacular, anónima, espontânea, indígena, rural (Rudofsky, 1972) e, mais recentemente, auto-construção, como aquela que é projetada e construída pelos moradores.

A Arquitetura sem Arquiteto ou Arquitetura Vernacular (AA/AV) é um tema que merece uma grande atenção por parte dos arquitetos, isto porque, em muitos casos, é neste tipo de obras que podemos entender a nossa história, os nossos costumes e a nossa evolução. Para além disso, apenas 5% do edificado do planeta é projetado por arquitetos (Cuff, 1999).

De uma forma polémica, Rudofsky considera que a arquitetura nasceu antes dos homens e dos animais existirem, através do resultado das ações da natureza como o vento e água que criavam espaços que mais tarde vieram a ser usados pelo homem, a partir da necessidade e do instinto próprio, primeiro a preocupação com a roupa, seguido de construções transportáveis ou temporárias enquanto nómadas e, mais tarde, assentamentos humanos quando sedentários, desde a simples construção de uma plataforma para dormir, até à constante procura de um abrigo para a defesa contra os animais e as adversidades do clima. Em ambos os caso notamos que a principal preocupação é a necessidade.

Em muitos casos é criada uma arquitetura por subtração, em que a escolha do local da construção é-nos dada pela subtração, ou seja, existe no próprio terreno uma certa configuração, proporcionada pelo clima, que leva a que este local se torne uma seleção quase natural para a construção.

*“Most likely, man got his first incentive to put up a shelter from his cousin, the anthropomorphous apes. Darwin observed that the orang in the islands of the Far East, and the chimpanzee in Africa, build platforms on which they sleep...”*(Rudofsky, 1972, pp.2).



Figura 12 - “Garibaldi”, Utensílios para levantar pedras de maior dimensão em espaços reduzidos  
(Fonte: Cláudia, 2014)



Figura 13 - Como picar pedra  
(Fonte: Cláudia, 2014)

Acima de tudo, o que é importante enaltecer é que construir o seu habitat é uma característica inata ao Homem, da mesma forma que um pássaro constrói o seu ninho, ou a formiga o formigueiro. É a forma com o ser humano materializa o seu diálogo com a natureza. Não sendo uma arquitetura análoga e de autor e passando a ser uma arquitetura da sociedade, Pietro Belluschi define a arquitetura como sendo *“a communal art, not produced by a few intellectuals or specialists but by the spontaneous and continuing activity of a whole people with a common heritage, acting under a community of experience.”* (Belluschi citado em: Rudofsky 1972, pp.5)

Segundo Olivier (2007), quando se pensa na arquitetura tradicional é especialmente importante relacioná-la com a cultura que a cria. Por este motivo, Olivier é referenciado como um “antropólogo arquitectónico”.

Apesar disto, Olivier considera que é preciso cuidado quando se trata de aplicar certos materiais e métodos construtivos para não cair no ridículo, isto é, para não se tornar uma aplicação abusiva de um certo material.

*“Soa mais como uma tentativa de resumir o fato de que algumas tradições estão sendo extrapoladas. E neste ponto pode-se falar em “hiper-materiais”, se, por exemplo, tudo o que existe em uma edificação for feito de chapa de metal corrugado.”* (Olivier citado em: Parisi, 2008).

Esta arquitetura passa de geração em geração, está ligada ao modo de construção, depende da localidade e dos materiais, são utilizadas técnicas que prevalecem ao longo dos tempos, é considerada sustentável pelo seu carácter único de relação com o ambiente e possui um enorme carácter e valor artístico cultural e arquitectónico.

A AA/AV transmite um conjunto de valores naturais e culturais, uma grande identidade local e uma relação única entre o espaço, o clima, a habitação e a envolvente. Estes parâmetros relacionam-se naturalmente graças ao uso dos materiais que as diversas localidades nos proporcionam.

A AA/AV tem um importante enfoque da intervenção humana na paisagem, onde se apresentam alguns condicionalismos, como geográficos, económicos, sociais, históricos e culturais. As várias assimetrias geográficas e climáticas do território português causam uma diversidade de manifestações de AA/AV. A diferença regional expressa-se na utilização dos materiais e técnicas locais, e deriva das condições climáticas geográficas e geológicas da envolvente.

Podemos considerar que hoje em dia aprendemos muito sobre arquitetura com os nossos antepassados não-arquitetos, onde existe uma fantástica maneira de intervir, em harmonia com o meio ambiente, talvez mais do que com os arquitetos de hoje em dia, cujo o único objectivo parece ser conquistar a natureza e mostrar a imponência da obra.

*“There is much to learn from architecture before it became an expert’s art. The untutored builder in space and time-the protagonists of this show-demonstrate an admirable talent for their fitting buildings into the surroundings. Instead of trying to “conquer” nature, as we do, they welcome the vagaries of climate and the challenge of topography.”*(Rudofsky, 1972, pp.4).

No decorrer dos tempos, o povo desenvolveu soluções construtivas e tipologias variadas, tendo em conta o espaço disponível, as condições climatéricas e o relevo. Principalmente nas zonas rurais, no litoral ou interior, mais isolado em Portugal, a população construía as suas próprias habitações com engenho e alguma arte.

*“The built vernacular heritage is important; it is the fundamental expression of the culture of a community, of its relationship with its territory and, at the same time, the expression of the world’s cultural diversity.”* (Charther on the built vernacular heritage, 1999).

A obra criada por estes construtores anónimos é de enorme beleza e deixámos de a considerar como accidental há muito tempo atrás. Hoje em dia, com um maior conhecimento arquitectónico e com muita tecnologia, somos capazes de reconhecer esta beleza e o enorme bom senso dos nossos antepassados para lidarem com problemas, onde até o formato das casas é propositado e ainda hoje nos baseamos nessa mesma forma (Ordem dos Arquitectos, 2004).

*“...o fenómeno da Arquitectura popular e regional só há poucas décadas começou a interessar vivamente os estudiosos e a ser encarado com olhos limpos de preconceitos estilísticos, que lhe diminuía o significado e a importância”* (Ordem dos Arquitectos, 2004, pp. XXII).

28

Em suma, este tipo de arquitetura é uma abordagem sobre o espaço construído que se desenvolve em grande parte no espaço doméstico. Tem enormes qualidades que, nos dias de hoje, muitas das pessoas que habitam no espaço urbano desconhecem. A ligação entre a construção e o meio ambiente é de tal maneira forte, que cria uma continuidade entre a paisagem construída e não-construída única, como se fosse uma forma involuntária de camuflagem. Esta forte ligação deve-se, em grande parte, aos não arquitetos, às pessoas que construía com o que o meio-ambiente lhes oferecia, com técnicas e materiais das proximidades.

Estes tipos de intervenções levaram à criação de uma identidade local única, desenvolvida com base numa vivência de ajuda mútua, um “Know how” e uma relação interoperacional fantástica, sendo que os mais velhos ajudam e ensinam os mais novos, levando a que as técnicas perdurem ao longo dos tempos. Esta questão da perpetuação do conhecimento, como se fazia outrora, é uma forma de transmissão que se está a perder com a desertificação e despovoamento do meio rural. Os modelos de vida atuais são diferentes e põem em risco de ‘extinção’ o conhecimento transmitido via oral e na prática. Os edifícios e as pessoas desaparecem e este tipo de conhecimento e ensinamento poderá também desaparecer, se não se criarem condições para a sua continuidade.

Alguns dos materiais mais utilizados em Portugal continental são a pedra, o granito, o xisto, o adobe<sup>1</sup> (Anexo 1), o colmo<sup>2</sup> (Anexo 1), a madeira, a telha, o tijolo e a taipa<sup>3</sup> (Anexo 1) (Ordem dos Arquitectos, 2004).

Para intervir e reabilitar a AA/AV é necessário ter muito cuidado pelo seu valor patrimonial e por isso se tratam de construções vulneráveis que devido à evolução dos tempos podem acabar por deixar de ser úteis.

Segundo o Icomos (1999), existem diversos princípios de conservação que devem ser seguidos:

*“1- A conservação do património vernáculo deve ter em conta uma multidisciplinidade e reconhecer a mudança e o desenvolvimento, havendo a necessidade de respeitar a identidade cultural estabelecida pela sociedade.*

*2- A intervenção deve respeitar os valores culturais e o carácter tradicional dos edifícios.*

*3- O vernáculo é melhor conservado mantendo e preservando as diferentes tipologias, região por região.*

*4- O património construído vernacular integra a paisagem cultural e isso deve se ter em consideração ao longo de todo o desenvolvimento e abordagens de conservação.*

*5- O vernáculo abrange não só a forma física e construção de edifícios, estruturas e espaços, mas a forma, as tradições e as ligações que se atribuem a estes.”<sup>4</sup>*

*“Se os arquitetos se informarem melhor sobre este e outros materiais, e técnicas nas quais as culturas estão envolvidas, frequentemente por séculos, eles podem usá-las com grandes vantagens.” (Olivier citado em: Parisi, 2008).*

29

Se formos a caracterizar as diferentes regiões de Portugal Continental, podemos verificar uma grande variedade construtiva e, acima de tudo, uma enorme adaptabilidade construtiva ao local e ao meio envolvente.

---

<sup>1</sup>A matéria prima do adobe é o barro, baseia-se na realização de moldes de tijolo cru em formas de madeira e posteriormente seco ao sol. A mistura é feita com água e terra e pode levar fibras naturais. Os tijolos de adobe são usados em paredes, abóbadas e cúpulas (Ribeiro, 2008).

<sup>2</sup>O colmo é aplicado em coberturas e por vezes em paredes. As principais vantagens são o isolamento térmico e ser económico, em contra partida, é pouco durável (substituição de 3 em 3 anos) e possui uma fraca resistência ao fogo (Ribeiro, 2008).

<sup>3</sup>A taipa mais que um material é uma técnica construtiva. Existem dois tipos de taipa, a taipa de pilão é uma mistura de terra, areia e cal e é realizada com o formato de tijolos, e a taipa de pau-a-pique ou taipa de sopapo é uma técnica construtiva em que as paredes são armadas com madeira e revestido com barro e fibras (Ribeiro, 2008).

<sup>4</sup>Resumo dos princípios de conservação do património da arquitetura vernacular de CHARTER ON THE BUILT VERNACULAR HERITAGE (1999) pp. 2



Figura 14 – Forja, Vale de Papas  
(Fonte: Cláudia, 2014)



Figura 15 - Moinho, Vale de Papas  
(Fonte: Iniciativa Terra Amada 2014)



Figura 16 – Casa da Cristina, Vale de Papas  
(Fonte: Cláudia, 2014)

Na região Norte, existe muitas construções viradas para a execução de um certo número de tarefas de produção, como os espigueiros, sequeiros, eiras, moinhos, azenhas, etc. As capela e igrejas são constantes nesta região. À semelhança da região de Trás-os-Montes, o forno comunitário é também um elemento importante. (Ordem dos Arquitetos, 2004).

No âmbito deste trabalho foi realizado o estudo da Arquitetura Vernacular nas diferentes regiões do país. De seguida irei apresentar apenas a que se refere à zona da Beira Alta e Beira Baixa visto serem as mais relevantes para o trabalho apresentado, todas as outras encontram-se em anexo (Anexo 2).

### Beira Alta e Beira Baixa

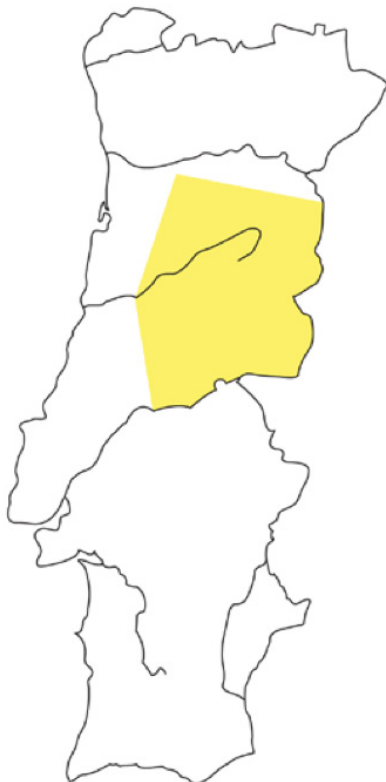


Figura 17 - Localização Beira Alta e Baixa (Fonte: Fernandes, 2012)

Nas Beira Alta e Beira Baixa o território é muito heterogéneo com algumas sub-regiões. A agricultura era o ponto essencial para a vida das populações. O relevo, o clima, o solo e a agricultura são diferentes para diferentes tipos de povoamento. Onde os terrenos são húmidos existe uma maior concentração de população, em pequenos cernes habitacionais. Nos terrenos secos encontram-se as culturas de sequeiro, com menos densidade populacional. O valor do solo influencia a construção e a disposição habitacional, isto porque quanto mais rico for o terreno mais este é deixado para a agricultura. Por exemplo, nos povoados pequenos, com o solo fértil, as edificações concentram-se para evitar ocupar as terras mais produtivas e assegurar a subsistência da comunidade (Ordem dos Arquitetos, 2004).

Nestas regiões existem dois tipos de povoamento, disperso e aglomerado. O povoamento disperso é um conjunto de construções para exploração agrícola familiar. O povoamento aglomerado é formado por um pequeno grupo de habitações preso aos flancos das serras com um desenvolvimento circular ao contrário do desenvolvimento linear nas regiões do Centro, Litoral e Alentejo. Em geral, as ruas são reduzidas, curtas e talhadas nas rochas, que por sua vez dão lugar às habitações e aos currais. As habitações nestas zonas foram muito influenciadas pelos povos que por aqui passaram. As construções eram realizadas em sítios mais elevados e de difícil acesso por questões de segurança e sempre que possível junto a rios, pastos e florestas para garantir a sua subsistência. Já os Lusitanos adaptavam-se à natureza e as condições de vida, estas habitações eram simples de um só compartimento construídas em pedra e coberturas eram realizadas com elementos da natureza como o colmo. Com a passagem dos tempos o aperfeiçoamento da construção é bastante visível com o aparecimento da telha e na organização espacial dos pátios e nas ruas (Ordem dos Arquitetos, 2004).

A lareira era um elemento importante nesta região. Na região beirã as habitações possuíam uma boa exposição solar e, para aproveitar isso da melhor forma, existiam muitas varandas, varandas essas, que quem tinha disponibilidade financeira colocava envidraçados (Ordem dos Arquitetos, 2004).

Como já foi referido, o granito e o xisto são os materiais mais utilizados nesta zona e estes são usados desde o pavimento, às paredes e à cobertura. Para além destes, a madeira também é vastas vezes usada e na cobertura a telha de canudo é a que mais se vê (Ordem dos Arquitetos, 2004).



Figura 18 – Reunião com a aldeia, a câmara e a equipa organizadora  
(Fonte: Terra Amada)

## 1.2\_ Planeamento Participativo

### O que é o Planeamento Participativo?

*“Participatory design is an attitude about a force for change in the creation and management of environments for people. Today participatory design processes are being applied to urban design and planning as well as to the fields of industrial and information technology. Citizen’s working towards collective outcomes, has been described as visioning, strategic planning, and deliberative democracy, all aimed at actions that shape and guide what a community is, what it does, and why it does it. Overall, studies in participation conducted during the past decade have referred to such benefits as citizen empowerment, increasing social capital and promoting a sense of community” (Sanoff 2008, pp.57).*

O planeamento participativo envolve um enorme conjunto de aprendizagens para os participantes, de entre estas, a criatividade, representação igualitária, diversidade, ajuda mútua e confiança. Alguns dos participantes mostram um grande orgulho em poder votar e decidir, dando-lhe uma grande sensação de liberdade de expressão e poder de decisão mesmo quando não se conseguem resolver a totalidade do problema em questão.

O principal objectivo do Planeamento Participativo é levar a que o nosso habitat funcione melhor, envolvendo toda a sociedade na resolução dos problemas, e não os deixando ser apenas cidadãos consumidores mas antes cidadãos decisores.

A noção de democracia, em que todos participam na tomada de decisões nas questões que afectam direta ou indiretamente as suas vidas, continua viva nas aldeias mas perdeu-se durante muito tempo (hoje está a retomar) na vida das cidades, em que as decisões são tomadas pelo poder político e a população tem reduzida influência nessas decisões.

*“In a participatory democracy, collective decision-making is highly decentralized throughout all sectors of society, so that all individuals learn participatory skills and can effectively participate in various ways in the making of all decisions that affect them.” (Sanoff 2008, pp.59).*

Quando se desenvolvem projetos que se baseiam numa abordagem participativa, denota-se uma relação muito positiva entre a população e o governo, e é possível verificar uma grande confiança e tolerância na população e nas suas opiniões (Sanoff 2008). Isto torna uma comunidade mais unida e com maiores possibilidades de um desenvolvimento urbano decidido e planeado de forma colaborativa, envolvendo múltiplos atores urbanos. Para além disso, quando existe uma grande entajada, as pessoas sentem-se mais envolvidas no projeto e andam mais satisfeitas, o que torna o projeto e as vivências muito melhores.

## Origens e evolução

O Planeamento Participativo é um tipo de planeamento que, em grande parte, ganhou relevância com a luta pelo direito à cidade.

A luta pelo direito à cidade começou em Maio de 68, numa revolução que decorreu em França, iniciada por estudantes que mais tarde se alastrou pela Europa, e que teve um enorme impacto na sociedade. É então que surge “o direito à cidade”, concebido por Henry Lefebvre, onde defende a luta contra a sociedade da indiferença. Quando falamos no direito à cidade falamos na satisfação e nas necessidades humanas que, devido à transformação da cidade, necessitam de ser colmatas (Veríssimo 2014).

A democracia participativa revela vários princípios que ajudam ao desenvolvimento da sociedade, dado que um habitat funciona melhor se a sociedade for ativa.

O Planeamento Participativo é o tipo de planeamento que melhor resolve os problemas das diferentes sociedades. Quando se realiza um Planeamento Participativo toda a comunidade não só dá a sua opinião como decide sobre as diversas intervenções e possíveis soluções e, desta forma, a comunidade sente-se útil e decisora nas questões que a afetam, e quem melhor para contribuir para a solução de diversos problemas do que quem vive diariamente com eles?

O Planeamento Participativo cria variadas vivências e proporciona um conjunto de factores que tornam este tipo de planeamento uma experiência única para quem participa, sendo eles, uma cidadania pró-ativa, um enorme orgulho comunitário, justiça espacial, identidade local, educação civil, confiança mútua, relações sociais e uma relação inter-geracional (Cornwall 2002).

Ao longo dos tempos a desigualdade social esteve sempre presente. Desde a altura dos reis, dos escravos, dos lordes, entre outros, que é possível observar esta desigualdade e a falta de participação da população. Com a passagem dos tempos houve alguma evolução em relação à participação nas localidades rurais, isto porque, sendo uma comunidade mais pequena existia um maior sentimento de comunidade. Com a chegada da revolução industrial e o conseqüente êxodo rural a que se assistiu nesta época, houve um enorme aumento populacional nas zonas urbanas e este sentimento de comunidade foi-se perdendo cada vez mais, levando a que a população fosse cada vez menos participativa. O que na vida rural se tratava de uma grande cooperação e participação entre a população transformou-se em exclusão e desigualdade social na vida urbana, e as relações nas aldeias e o sentimento de comunidade passa, nas cidades, a demonstrar um grande individualismo (Veríssimo, 2014).



Figura 19 – Maio de 68  
(Fonte: <https://cadernoensaios.wordpress.com/2013/05/24/>)

Como já foi referido, a chegada da época industrial levou a que a população urbana aumentasse exponencialmente, o que levou a que, para além de não haver vontade, fosse impossível envolver toda a população nas decisões que fossem tomadas.

As mudanças referidas anteriormente, a cidade moderna e a expulsão dos habitantes dos centros das cidades, levaram a que nos anos de 1960/1970 se criassem movimentos sociais contra a opressão, pelos direitos humanos e igualdade social.

Em 1970, nos Estado Unidos da América e no Reino Unido começaram a aparecer os centros de Design Comunitário, que através de voluntariado e ajuda do governo, em termos financeiros, apoiaram a população mais pobre a desenvolver os seus planos da melhor forma possível (Kindon 2007).

Ao longo dos anos observamos muitos movimentos de apoio à comunidades através de projetos participativos. Alguns deles são o “Orangi Pilot Project” em 1989 no Paquistão, “Metrocables” na Colômbia, a “Parceria Comunitária Glyncoch” no País de Gales, a “Orçamentação Municipal Participativa Porto Alegre” no Brasil, o “Planeamento Municipal Participativo: Melhoramento dos Bairros” em Moçambique (Veríssimo, 2014). Todos os exemplos referiam projetos estrangeiros, mas em Portugal também existiam e existem programas de Planeamento Participativo muito importantes e que tiveram bastante impacto na população.

O projeto SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) foi o mais importante a nível nacional, foi criado por Nuno Portas em Agosto de 1974. Este projeto pretendia ajudar a população que vivia em condições precárias e criava uma junção única entre arquitetos (como por exemplo o Arquiteto Siza Vieira, Souto Moura e Gonçalo Byrne), engenheiros, geógrafos, e muitos mais de diversas profissões.

Neste projeto, os arquitetos realizam projetos em conjunto com a população, de seguida, em muitos casos, os moradores construíam, o estado cedia terrenos e pagava os materiais e equipamentos.

Alguns dos princípios do SAAL eram a participação popular, a democracia direta e a colaboração entre técnicos e a população. Infelizmente, foi uma iniciativa que esteve ativa apenas durante dois anos, em Outubro de 1976 o projeto SAAL foi encerrado (Ávila, 2009).

Nos dias de hoje continuam a existir variadíssimos programas participativos de apoio à população, são exemplos disso a iniciativa Bairros Críticos, o Programa BIP/ZIP, em Lisboa e a Iniciativa Terra Amada em Viseu.

35



Figura 20 – Injustiça Espacial  
(Fonte: Veríssimo 2014)



Figura 21 – A pobreza  
(Fonte: Veríssimo 2014)

### Objectivos do Planeamento Participativo

Os objectivos do planeamento participativo são sempre os mesmos, mas como são aplicados em diferentes locais e em diferentes cenários a abordagem altera-se.

Para que um plano participativo seja bem desenvolvido é necessário que as expectativas e os objectivos que se pretendem fiquem bem esclarecidos inicialmente, desta forma todo o projeto cumprirá o seguimento devido e irá tornar-se um projeto positivo para todas as partes envolvidas.

Num planeamento participativo, todos os envolvidos tem um papel muito importante, o da organização é fazer a ligação entre todos os envolventes no projeto, o papel dos profissionais é facilitar a comunicação de forma a facilitar a compreensão e atingir os objectivos mais rapidamente e ajudar a decidir qual a melhor maneira de o realizar.

A envolvência do sector público permite gerir e conciliar atividades e recursos necessários para abordar problemáticas existentes no território. Alcançar uma ligação clara com este sector transmite confiança a possíveis investidores e torna a adesão da população mais fácil. Para além de tudo isto, garante ainda que todos os projetos estão de acordo com o desenvolvimento territorial pretendido (Cabral, 2010).

A participação do cidadão nestes projetos é muito importante, isto porque as relações entre a população e o poder político melhoram, a população aprende e sente que participou na melhoria da sua zona de habitar sentindo-se úteis (Sanoff, 2008). Para além destes ganhos existe um aumento do sentimento de comunidade, melhoria na qualidade das decisões, menos custos, a elaboração de unanimidade, maior facilidade na implementação, e no pior dos casos, evitam-se confrontos mantendo a credibilidade e legitimidade. Algo negativo nestes processos é o facto de serem muito mais lentos que os normais (Creighton 1994, citado em Sanoff, 2008 pp. 64).

O que torna todo este processo muito válido é toda a legitimidade e todo o processo aberto, democrático e público, tornando um processo verdadeiramente transparente e democrático. Segundo Sanoff (2008), a história mostra que em vários casos que as melhores decisões públicas foram tomadas de forma participativa, pois os habitantes e quem convive diariamente com os locais.

36

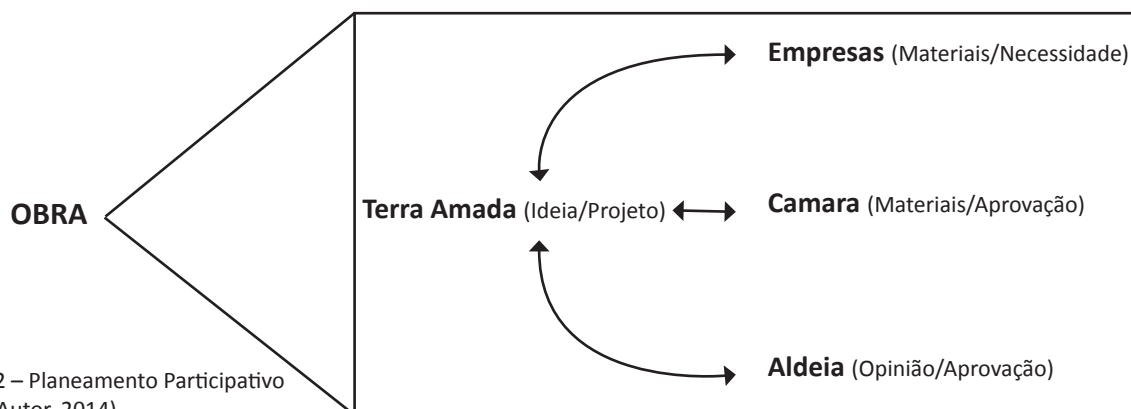


Figura 22 – Planeamento Participativo (Fonte : Autor, 2014)

*“History shows that better public decisions happen when the public is involved in the decision-making process. People have more ownership for the program’s success if they have had a part in creating it. They also hold a key element that only comes from their experience. Decision-makers need the voice of experience to line up with facts and figures produced by studies.” (Sanoff 2008, pp. 63)*

## Impacto do Planeamento Participativo

A comunidade é mais forte e mais propícia a uma maior evolução quanto melhor for a relação entre toda a população (Sanoff, 2008). Quando isto acontece, mais facilmente uma população consegue resolver os problemas que se lhe apresentam.

Os processos de planeamento participativo permitem desenvolver uma maior relação social e um maior sentimento de comunidade, através da discussão de ideias e troca de opiniões, bem como discussões públicas.

*“shared values and strong emotional ties are more effective bonding mechanisms than reactions to community issues alone.”* (Speer e Hughey citado em: Sanoff 2008, pp. 62).

Dependendo do local onde se realiza este tipo de planeamento, existe a forte possibilidade de criar uma barreira ao projeto, bem como um incentivo extra. As qualidades do local podem desempenhar um papel crítico durante todo o processo, mas a relação dos cidadãos com a sua localidade e com a sua comunidade podem inspirar a desenvolver um projeto muito melhor e a que haja um maior empenho no desenvolvimento do mesmo, pois a população procura proteger ao máximo o que mais ama.

A educação, a liderança comunitária, o voluntariado, o orgulho da comunidade e a capacidade de cooperação, são aprendizagens únicas que este tipo de projetos oferecem.

A participação ativa de uma determinada comunidade é necessária para que haja um maior entendimento e uma melhor resposta possível aos diferentes problemas, principalmente quanto menor é uma comunidade, como é o caso dos espaços rurais.

Sendo assim, é possível verificar um conjunto de aptidões que beneficiam todos os envolvidos, desde a comunidade, à organização, aos voluntários e aos especialistas, permitindo que haja uma transmissão de conhecimentos entre as diferentes gerações envolvidas.

Todas estas experiências e aprendizagens são fruto do Planeamento Participativo. O impacto social que este tipo de planeamento transmite permite a criação de laços e de vivências entre diferentes gerações e pontos de vista.

*“community development is not simply rebuilding...it is...about social and economic justice”* (Shiffman citado em: Sanoff 2008, pp. 62).



Figura 23 – Colocação da viga no edifício pela organização em colaboração com a equipa de carpinteiros (Fonte: Cláudia 2014)

### 1.3\_ Discussão

O papel do arquiteto está sempre em mudança, isto porque existe a constante necessidade de dar resposta às transformações que um mundo cada vez mais globalizado proporciona. Ainda assim, é bastante complicado restringir o papel do arquiteto, pois é bastante diverso e abrangente. Posto isto, é bastante importante ponderar a função social consoante os diferentes espaços construídos, visto que a posição do arquiteto depende em grande parte da sua relação com o cliente e do que faz pela sociedade como um todo, ou seja, deve-se ter em consideração o espaço construído para todos.

A ação do arquiteto tem bastante impacto na transformação da sociedade. Se ao realizar uma habitação esta é pensada para o cliente em questão, a cidade deveria ser pensada para todos os seus “clientes”. Isto torna o papel do arquiteto uma experiência única e um desafio fantástico, pois o foco da intervenção deixa de ser limitado, tendo um conteúdo mais generalizado e capaz de interferir com toda a comunidade. Nos dias de hoje começam a existir cada vez mais audiências públicas, pesquisas de opinião, debates com entidades organizadas e com as associações locais. Levar a população a debater os projetos é algo a ter em conta, pois melhorará a intervenção, seja ela qual for.

Como referido anteriormente, o arquiteto deve-se adaptar cada vez mais às transformações do mundo moderno e uma das grandes mudanças e respectiva consequência é o crescente êxodo rural.

O património rural tem sofrido um abandono e conseqüente degradação, e o êxodo rural é uma questão que nos dias de hoje está cada vez mais em foco, sendo que em 2008 a população mundial atingiu os valores de 50% de habitantes em espaços urbanos, e se calcula que em 2050 esses valores sejam de 70% algo que não é positivo para os espaços rurais (Un-Habitat, 2010).

38

Todos os temas anteriormente desenvolvidos vão de encontro ao propósito que pretendo dar resposta. Arquitetura sem Arquitetos (Arquitetura Vernacular) e Planeamento Participativo, são os temas estudados e estão relacionados entre eles e com o tema do meu estágio.

O estudo do tema da Arquitetura sem Arquiteto (Arquitetura Vernacular) auxilia-me na questão do entendimento de toda a envolvente, da forma de construir dos nossos antepassados e ajudou-me a entender a melhor forma de trabalhar na área da arquitetura com pessoas que não o são. No caso da Terra Amada, por exemplo a população. Desta forma, consegui compreender a melhor maneira de abordar, compreender e realizar a direção da obra, que está adjacente ao meu projeto e ao meu plano de estágio.

Para além das questões práticas, este estudo permitiu-me saber parte da história por detrás das habitações rurais e da Arquitetura Vernacular que lhe diz respeito.

O Planeamento Participativo é o tema que mais impacto tem em relação ao meu estágio. Esta tema está diretamente ligado com grande parte da teoria em volta da Iniciativa Terra Amada.

Ao estudar este tema consegui perceber os pontos positivos que envolvem este tipo de planeamento e, desta forma, usá-lo a meu favor, ao desenvolver o meu projeto de estágio. Com este tipo de planeamento consegui perceber que existe uma grande necessidade de interligação entre os diferentes intervenientes, desde a população que com o seu “Know how” me ajudou a desenvolver o projeto e a obra, as empresas patrocinadoras que doam o material que conseguem para ajudar, e que, de certa forma, influenciam o projeto, a própria equipa Terra Amada que me deu todo o apoio necessário para o melhor desenvolvimento do projeto, a cliente que considero ser a pessoa mais importante no projeto participativo e a comunidade que ajudou na decisão sobre “onde” e “como” intervir.

Os três temas estudados apresentam diversos pontos em comum que me ajudaram a realizar uma melhor abordagem junto da população e preocupação que devo ter ao realizar o meu projeto. Algumas questões que os três temas abordam e que são muito importantes são: a identidade local, os recursos naturais e o conhecimento, os valores culturais e a relação da arquitetura com o meio ambiente e com a comunidade que lhe deu origem.

Ao estudar estes temas fiquei a compreender melhor a maneira de intervir e de comunicar com a aldeia, com os voluntários e com os mestres de obra, desta forma desenvolvi um conjunto de aprendizagem que me foram muito úteis na durante o estágio e serão no meu futuro.

Para além disto, este estudo influenciou bastante todo o meu projeto, que foi desenvolvido em total harmonia com a envolvente e a constante preocupação com as origens, a identidade e a cultura da aldeia. Isto é visível, por exemplo, através da escolha dos materiais e na relação com o meio ambiente e com a comunidade, procurando ao máximo manter a autenticidade do edificado sem alterar qualquer vivência ou característica local.



Figura 24 – Zona de Open-space, cozinha/sala estar – antes;  
(Fonte: Autor, 2014)



Figura 25 – Zona de Open-space, cozinha/sala estar – depois;  
(Fonte: Cláudia, 2014)

## CAPITULO II \_ Atividade Desenvolvidas

40



Figura 26 – Vista geral de Covas do Monte  
(Fonte: Autor, 2013)

## 2.1\_ Entidade Acolhedora

### Iniciativa Terra Amada 2012/2013

A Iniciativa Terra Amada desenvolve-se a partir de uma ideia original do Arquiteto Fernando Gonçalves e foi operacionalizada pela Arquitecta Ana Pinho, então coordenadora do Mestrado Integrado em Arquitectura da Universidade Católica Portuguesa Centro Regional das Beiras, em parceria com alguns alunos do referido Mestrado.

É uma Iniciativa que desenvolve ações de voluntariado para alunos de arquitetura e engenharia, nacionais e estrangeiros, através de um estaleiro escola, com o propósito de ajudar aldeias rurais do concelho de Viseu através de intervenções de conservação e de reabilitação.

A Iniciativa Terra Amada tem como principais objectivos: proporcionar uma melhoria na qualidade de vida da população; a conservação e reabilitação do património rural material e imaterial (ligado às artes e ofícios tradicionais); realizar ações de voluntariado emblemáticas; realizar projetos e obras de arquitetura que vão de acordo com os princípios da conservação do património; aprofundar metodologias e praticas de concepção participada no mundo rural; dar a conhecer a arquitetura, as praticas ligadas ao mundo rural e respectivo património; contribuir para o desenvolvimento local; ligação inter-geracional ao longo de todo o processo; e proporcionar vastos ensinamentos ligados à pratica da arquitetura.

Enquanto se desenvolve toda a Iniciativa, existe ainda a divulgação dos vários sectores sociais que apoiam a Iniciativa através de um placar colocado à entrada da aldeia, entre eles, a Universidade, as entidades locais responsáveis – câmaras e juntas de freguesia, e as entidades privadas – empresas patrocinadoras (Anexo 3).

A ação piloto da ITA, que decorreu entre Outubro de 2012 e Agosto 2013, teve lugar na aldeia de Covas do Monte e foi desenvolvida em parceria com a Câmara Municipal de São Pedro do Sul, a Junta de Freguesia de Covas do Rio, o Grémio das Empresas de Conservação e Reabilitação do Património e a Diocese de Viseu. Teve ainda e o apoio de 54 empresas dos sectores de construção e alimentar. A intervenção realizou-se com base na mão-de-obra de 60 estudantes de arquitetura voluntários e com a supervisão e apoio de 20 mestres de obras e técnicos especializados.

Covas do Monte é uma aldeia com cerca de 50 habitantes que se situa perto da Serra de São Macário e que possui um dos maiores rebanhos de cabras do país. Esta aldeia possui uma grande atividade agrícola e é das poucas aldeias que mantêm uma estrutura económica tradicional preservada e vitalizada.

Grande parte da construção da aldeia está direccionada para o abrigo dos animais em conjunto com a habitação para a população. Embora exista um considerável património, o envelhecimento da população e o mau estado de conservação de muitos edifícios levam a que toda a aldeia e a sua produção de gado e agrícola sejam cada vez mais reduzidas e que conseqüentemente não possa ser apreciada por gerações futuras.



Figura 27 – Foto de uma cabra num vão de uma casa  
(Fonte: Autor, 2013)

De acordo com as necessidades da aldeia e com os objectivos da ITA, foi identificado um conjunto de intervenções que foram realizadas no âmbito do voluntariado de 2012/2013. As intervenções realizadas englobavam variadas vertentes: o espaço público, equipamentos colectivos, habitações e equipamentos rurais. O tipo de intervenções realizadas variavam desde restauro e conservação restrita até reabilitação profunda, usando técnicas e materiais tradicionais e contemporâneos.

As intervenções realizadas foram (Anexo 3): a Azenha, o Moinho, a Escola Primária (equipamentos coletivos); a Casa da D. Irene e o Anexo da D. Lucinda (habitação); o Espigueiro e o Curral (equipamento rurais); e os acessos ao Moinho, à Azenha e ao Percurso da Escarpa (espaço público).

As intervenções no Moinho e na Azenha basearam-se no restauro e na conservação dos engenhos, e ainda na limpeza e arranjo dos espaços exteriores.

A intervenção na Escola Primária constituiu uma importante parte da ITA, pois este é o único equipamento coletivo e aberto ao público na aldeia. Neste espaço foi feita a limpeza e a pintura do espaço para que este esteja mais agradável ao público residente e ao visitante. No Espigueiro da D.Irene realizou-se uma intervenção em que a preocupação mais importante eram as infiltrações de água e desta forma foi substituída toda a cobertura. Para além disso houve ainda a preocupação com a segurança da proprietária que já é de idade bastante avançada, e deste modo, foi reparada a porta e as escadas de acesso ao mesmo. Foram também tratados todos os elementos de madeira da envolvente do espigueiro.

No Curral da Mariza a intervenção realizada a reconstrução das paredes, foi a colocação da cobertura e respectiva estrutura de madeira que já não existiam. Todos os materiais usados foram semelhantes aos existentes – ardósia e madeira –, mas o projeto de arquitetura assumiu uma visão mais contemporânea, dado ser uma reconstrução e, desta forma, criou-se uma abertura sobre a paisagem numa das paredes, de forma a manter as videiras que existiam sobre o arruamento, dado estas nascerem no interior do edifício. Os percursos do Moinho, da Azenha e da Escarpa eram bastantes inseguros e por esta razão foram colocados corrimões de forma a melhorar a acessibilidade e segurança dos aldeões.

As duas intervenções seguintes foram reabilitações profundas.

A Casa da D.Irene não tinha infraestruturas básicas, como instalações sanitárias, saneamento e água corrente no interior. Nesta intervenção foram realizadas obras de conservação do existente, melhoria térmica do edifício, reorganização do espaço interior, melhoria da iluminação e instalação das infraestruturas básicas. Para além disso houve ainda o arranjo dos espaços exteriores e do acesso à habitação.

Por fim, no anexo da D.Lucinda pretendeu-se conservar o existente, reorganizar o espaço interior, melhorar as condições térmicas e de habitabilidade, para que a família que a venha visitar tenha um local dotado das condições mínimas para usufruir deste espaço. Para além disto, os acessos ao interior deste espaço foram igualmente melhorados.

### Iniciativa Terra Amada 2013/2014

Na edição de 2013/2014, a ITA decorreu entre Outubro de 2013 e Agosto 2014 e, à semelhança do ano anterior, todas as obras realizadas tiveram por base a mãos de obra de 60 estudantes de arquitetura e de engenharia civil e de arquitetos e engenheiros estagiários, nacionais e estrangeiros. Os materiais foram doados por empresas patrocinadoras, houve apoio de técnicos experientes do sector, mestres de obra e operários da Câmara Municipal de Cinfães. Os projetos e logística estiveram a cargo dos professores e alunos do Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade Católica Portuguesa Centro Regional das Beiras. (Anexo 4).

A ITA tem um forte carácter social, sendo que um dos pontos mais importantes é a criação de uma ligação inter-geracional ao longo de todo o processo, desde o primeiro contacto por parte da organização com os habitantes e a escolha dos edifícios até às semanas em que as obras irão decorrer. Nesta edição de 2014, a Iniciativa Terra Amada procurou ultrapassar o sucesso do ano anterior com a realização de obras mais complexas: 3 habitações, 1 queijaria, 1 forja, entre outras, e que procuravam mais impacto como a criação de postos de trabalho e de apoio mais direto à população, como melhoria de condições de trabalho e dotação de água canalizada em toda a aldeia.

Neste ano a ITA teve lugar na aldeia de Vale de Papas, situada na Serra de Montemuro.

Esta aldeia apresenta características únicas das quais se destacam as casas em granito amarelo, a relação natural entre o ambiente envolvente e as edificações construídas e, acima de tudo, ainda prevalecem coberturas em colmo. A estrutura económica da aldeia é a tradicional, ou seja, a aldeia dedica-se principalmente à agricultura e à pastorícia. O modo de vida da aldeia é possível ver no tipo e na organização das construções existentes, pois transmitem uma relação muito direta entre o homem, a natureza e os animais. Ainda assim, existe cada vez mais o risco de toda esta riqueza se perder, por via do envelhecimento da população, do desaparecimento da principal potencialidade arquitectónica – as coberturas de colmo – da degradação das construções e da falta de infraestruturas básicas como água canalizada e saneamento, o que não ajuda à fixação de população.

As intervenções realizadas pretendiam, mais uma vez, dar resposta a um vasto leque de vertentes de apoio à aldeia e, desta forma, preservar o património arquitectónico vernacular e preservar ao máximo a memória e a identidade do local para que, não só a população viva melhor e a aldeia se possa manter viva, como no futuro, as próximas gerações possam usufruir e disfrutar de toda a beleza da aldeia e não se perca o conhecimento sobre as técnicas construtivas em presença.



Figura 28 – Cobertura em colmo  
(Fonte: César, 2014)

As obras realizadas foram (Anexo 4):

- dotação de água canalizada para toda a aldeia;
- melhoramento do espaço público (percurso ao longo da aldeia, caixas de correio, o tanque da aldeia e os caixotes do lixo);
- restauro e conservação de património existente na aldeia (a forja, o moinho, espigueiros, coberturas em colmo e a limpeza da eira pública);
- dotação de novas atividades económicas na aldeia com a criação de uma queijaria (projeto realizado em conjunto com a câmara de Cinfães e que pretende criar postos de trabalho);
- melhoramento de duas habitações, a Casa do Sr. Américo e a Cozinha do Sr. Manuel e da D. Rosa (dotação de instalações sanitárias e equipamentos de cozinha);
- projeto para um Centro Interpretativo;
- transformação de 3 currais numa habitação com atelier.

O projeto realizado por mim e cuja obra se enquadra no âmbito deste estágio através da ITA, será explicado de forma mais aprofundada no próximo ponto deste relatório.

Uma das premissas da Iniciativa neste ano foi tentar manter e aumentar o uso do colmo na aldeia que se tem vindo a perder ao longo do tempo. Desta forma foi aplicado o colmo ao máximo de intervenções possíveis, dada a escassez do material, sendo elas as caixas de correio, o tanque da aldeia, a forja e um espigueiro.

Todas estas intervenções visavam combater o despovoamento, a desertificação e o envelhecimento da aldeia. Desta forma as condições de vida foram melhoradas e criadas/apoiadas atividades económicas, permitindo desta forma um conjunto de mais valias e dando um incentivo extra para a fixação de população.



Figura 29 – Vale de Papas: Armazem, Forja, Acampamento, Pasto  
(Fonte:César, 2014)



Figura 30 – Vivências em Vale de Papas  
(Fonte: César, 2014)

## 2.2\_ Contextualização Espacial

A escolha da aldeia foi baseada em critérios estabelecidos pela iniciativa sendo alguns deles a necessidade de ser uma aldeia que pertença a Viseu, com interesse arquitectónico – caso do colmo em Vale de Papas e do xisto em Covas do Monte –, que seja uma intervenção diretamente relacionada com os habitantes e não com a turificação da aldeia e que tenha um número mínimo de habitantes para haver esperança no futuro da aldeia.

Inicialmente, como já referido, a ITA começa por fazer a escolha da aldeia baseada em critérios definidos pela Iniciativa. Após a escolha estar feita, inicia-se um diálogo com a aldeia e com as entidades responsáveis, para se averiguar da sua aceitação da Iniciativa e quais as propostas para intervenção por parte da aldeia e quais as necessidades e disponibilidade das entidades responsáveis tanto ao nível das intervenções como para apoiar a Iniciativa. Após serem conhecidas as necessidades e aspirações da aldeia, são escolhidas as que, do ponto de vista da organização, serão mais necessárias e viáveis dentro do âmbito da ITA.

Depois desta identificação ser feita, a organização entra em diálogo com os respectivos proprietários dos edifícios e é feita uma discussão sobre o que pensam para o lugar e o que desejavam para o mesmo. Depois desta troca de opiniões, a equipa organizadora começa o desenvolvimento dos projetos que irá regularmente mostrando aos respectivos proprietários. Aquando destas novas apresentações, existe uma nova troca de ideias onde se procura que haja um “brainstorming”, e se discutam possibilidades e quais as melhores soluções a nível construtivo e a nível do pretendido. Todo este processo tem sempre uma participação muito rigorosa e muito importante por parte das pessoas.

A aldeia de Vale de Papas situa-se na região da Beira Alta, sendo assim, e como foi analisado no ponto “1.1 \_ Arquitetura sem Arquitetos (Arquitetura Vernacular)”, podemos identificar as qualidades assinaladas nesta análise na aldeia.

A aldeia de Vale de Papas possui um povoamento aglomerado (Figura 30), desta forma as edificações evitam ocupar solos mais férteis e terras mais produtivas. As ruas são pouco largas e muitas vezes recortadas nas rochas existentes (Figura 29). Muitas das rochas são usadas como bases de edifícios a serem construídos como habitações e currais (Figura 29).



Figura 31 – Casa e atelier da Cristina antes da intervenção  
(Fonte: Autor, 2014)



Figura 32 – Vista aérea de Vale de Papas  
(Fonte: Google maps, 2014)



**INTERVENÇÕES:**

- 1 ESPIGUEIROS
- 2 FORJA
- 3 QUEIJARIA
- 4 CASA | ATELIER CRISTINA
- 5 COZINHA SR. MANUEL
- 6 CASA SR. AMÉRICO
- 7 MOINHO
- ESPAÇO PÚBLICO | EQUIPAMENTOS

Figura 33 – Adaptação de mapa realizado por César Pereira para Iniciativa Terra Amada (Fonte: Autor, 2014)

É bastante comum na região Norte a existência de diversas construções relacionadas com as tarefas produtivas, para que fosse possível obter todo o tipo de produtos, de alimentos e de materiais através das matérias primas que se encontravam ao seu dispor na natureza, isso é passível de se verificar em Vale de Papas. Em Vale de Papas podemos observar: espigueiros, eiras, moinhos, fornos, uma forja e tanques. A ITA procurou reabilitar o maior número destes edifícios, desta forma foram reabilitados (Anexo 4): 4 espigueiros, a forja, uma eira pública, um moinho e um tanque.

Na Beira Alta, os materiais mais comuns são o xisto, o granito, o colmo, a telha e a madeira. Como referido anteriormente, Vale de Papas não foge à regra, isto porque é uma aldeia maioritariamente em granito, madeira e telha. Infelizmente o colmo, que era o principal material da cobertura desta aldeia, tem vindo a desaparecer, tanto nas construções novas como nas antigas.

É bastante comum na região Norte a existência de diversas construções relacionadas com as tarefas produtivas, para que fosse possível obter todo o tipo de produtos, de alimentos e de materiais através das matérias primas que se encontravam ao seu dispor na natureza, isso é passível de se verificar em Vale de Papas. Em Vale de Papas podemos observar: espigueiros, eiras, moinhos, fornos, uma forja e tanques. A ITA procurou reabilitar o maior número destes edifícios, desta forma foram reabilitados (Anexo 4): 4 espigueiros, a forja, uma eira pública, um moinho e um tanque.

Na Beira Alta, os materiais mais comuns são o xisto, o granito, o colmo, a telha e a madeira. Como referido anteriormente, Vale de Papas não foge à regra, isto porque é uma aldeia maioritariamente em granito, madeira e telha. Infelizmente o colmo (Figura 32), que era o principal material da cobertura desta aldeia, tem vindo a desaparecer, tanto nas construções novas como nas antigas.

As intervenções realizadas espalham-se por toda a aldeia e, como já foi referido, incluem as mais diversas funcionalidades. No mapa que se segue (Figura 31) podemos verificar como as intervenções realizadas pela ITA procuram abranger todas as pessoas e toda a aldeia. Ao serem obras dispersas, os visitantes partem a procura das intervenções e acabam por descobrir um conjunto de vivências que vão muito para além das reabilitações realizadas, dando a conhecer toda a beleza de Vale de Papas. A localização das intervenções é dada a conhecer através da sinalética, realizada pelo aluno César Pereira através da ITA, que se encontra na entrada e ao longo da aldeia. Na entrada foi colocado um mapa onde são indicadas todas as intervenções e nas respetivas foi colocada uma placa com o nome das mesmas, de forma a que as pessoas estejam cientes da sua localização.

49



Figura 34 – Coberturas em Colmo, Vale de Papas  
(Fonte: Autor, 2014)



Figura 35 – Vale de Papas - Senhor Manuel  
(Fonte:César, 2014)

## 2.3\_ A População

O estágio realizado na ITA proporcionou, para além de um vasto leque de competências e aprendizagens arquitectónicas, um conjunto de ensinamentos sociais que de outra forma não seria possível obter.

A população de Vale de Papas tem rotinas e horários que aos olhos da população urbana seriam vistos como absurdos, principalmente para pessoas com a idade da maioria dos habitantes – maioria acima dos 60 anos. Esta população levanta-se ainda antes do nascer do sol e vai dar o pasto aos animais para de seguida se deslocarem para os íngremes montes para onde levam o gado. Durante a tarde as tarefas realizadas variam conforme as pessoas. As mulheres vão lavar a roupa para o tanque e por a conversa em dia, enquanto os homens vão para os campos trabalhar. Ao final da tarde podem-se ver os homens à conversa, antes de tornarem a levar o gado ao monte, chegando várias vezes já de noite.

Esta é a rotina da população de Vale de Papas, à exceção de quando se dá algum acontecimento diferente do comum, como a passagem dos vendedores e dos correios pela aldeia, mas que acabou por se tornar um hábito da população. Nos sábados em que o padre vai à aldeia dar a missa, podemos ver toda a população com o seu melhor traje vestido, como se de uma festa se tratasse.

O trabalho do povo serve para por comida na mesa retrato de uma população envelhecida e cada vez mais afastadas do resto do mundo que trabalha dia e noite para seu próprio sustento.

Este afastamento do resto da sociedade e a idade avançada da população leva a que as pessoas de Vale de Papas se sintam cada vez mais desconfiados com pessoas de fora e até mesmo entre as diversas famílias. Para criar uma boa relação com estas pessoas é preciso tempo e mostrar gentileza e humildade nas conversas que se tem.

Ao fim de algum tempo, o convite para uma taça de vinho a meio da tarde é como uma palavra confiança.

Esta convivência com a população de Vale de Papas tornaram todo o estágio uma mais valia pessoal, tornando estas experiências de vida como um exemplo que me motivaram e me incentivarão na minha vida pessoal e profissional.

## 2.4\_ Condicionantes

A escolha do projeto da habitação/atelier da Casa Cristina como objeto central da prova final de estágio foi feita de forma muito clara e quase instintiva. O facto de se apresentar como um desafio tão grande e que se pudesse transformar em algo tão gratificante como apoiar uma jovem habitante da aldeia, levou a que fosse uma decisão fácil e rápida.

Este espaço apresentava limitações tais que me levaram a perguntar inúmeras vezes se seria possível realizar. Para além da relação com a envolvente e com o impacto arquitectónico e social que uma intervenção neste espaço iria implicar, existiam outras preocupações que influenciaram o desenvolvimento do projeto e a forma de como o realizar.

Uma das principais preocupações que se levantaram logo na primeira visita foi o baixo pé direito que os edifícios apresentavam. Esta particularidade foi tida em conta na distribuição dos espaços ao longo do desenvolvimento do projeto. Graças ao novo “Regime excecional da reabilitação urbana” (Anexo 5), que considera que na reabilitação de edifícios habitacionais, ou seja, edifícios com pelo menos 50% da sua área destinada a essa mesma função, existe a isenção da altura mínima do pé-direito, esta preocupação tornou-se secundária, tendo sido considerada apenas por questões de conforto e não legais.

Para além do pé direito dos currais ser muito reduzido, uma das maiores inquietações em relação a esta área prendia-se com o péssimo estado de conservação das paredes e da cobertura. Pela análise realizada, a cobertura teria de ser toda removida e colocada de novo e a maioria das paredes retificadas devido à má construção das mesmas, que em alguns dos casos era possível ver o interior dos edifícios pelo exterior devido aos enormes buracos e falhas nas paredes, ou seja, umas quase refeitas na sua maioria e outras “calçadas” de forma a haver uma maior segurança e conforto do edifício. Este processo permitiu ainda subir o pé direito do espaço bem como repensar as suas divisórias.

Ainda relacionado com o interior do edifício, a morfologia do terreno foi um factor importante, isto porque no interior não havia qualquer pavimento, existia apenas o penedo onde a casa assentava coberto por estrume dos animais que se encontravam neste espaço. Outra problemática destes edifícios era o facto de não existir qualquer infra-estrutura básica, sendo que teria de ser tudo realizado de raiz.

Outro factor da natureza que influenciou não só o meu projeto mas também a forma de construir em toda a aldeia foi o clima. As temperaturas muito baixas no Inverno associadas à frequente queda de neve leva a que as coberturas tenham de ter uma inclinação bastante considerável. Esta é uma preocupação bastante importante pois pretende-se evitar ao máximo a acumulação de neve na cobertura para que esta não ceda ao peso extra. Para além da cobertura, existe a questão térmica, importante para que exista o conforto necessário e as condições mínimas para habitar dignamente neste espaço.

Como já foi referido anteriormente, este projeto foi aceite por ser um enorme desafio. Alguns dos aspetos por trás desta forma de pensar prendem-se não só com as questões já referidas, mas também pelo programa que este espaço de dimensões muito reduzidas – 47 metros quadrados de área – pretendia responder: uma habitação com atelier.

Para além de todas as condicionantes referidas anteriormente, o facto de a ITA se desenvolver e realizar apenas com materiais doados por empresas que apoiam este tipo de projetos, fizeram com que esta obra estivesse em constante mudança, isto porque se houvesse uma empresa que não nos desse o material pretendido para o desenvolvimento da obra teríamos de procurar ou outra empresa que estivesse interessada ou então substituir por outro material que satisfizesse as nossas necessidades e que tanto os projetistas como os clientes aprovassem. Esta foi uma das fases mais importantes ao longo do estágio visto ter sido um grande desafio de constante acomodação do projeto à condicionante dos materiais disponíveis.

Duas particularidades que definem a ITA são o curto espaço de tempo em que esta se realiza e o facto de ser uma Iniciativa que se desenvolve através do voluntariado. Estas duas questões são das mais importantes, dado o tempo, que para além de ser reduzido conta apenas com a mão de obra voluntária não especializada e com o auxílio dos técnicos especializados, o que torna o processo mais lento e também limita o tipo e profundidade das obras selecionadas, o projeto impôs vários desafios à gestão da obra. Ainda assim, com um enorme esforço por parte da organização, dos voluntários, dos técnicos especializados e de todas as pessoas envolvidas, a obra foi concluída e tornaram esta Iniciativa algo único.

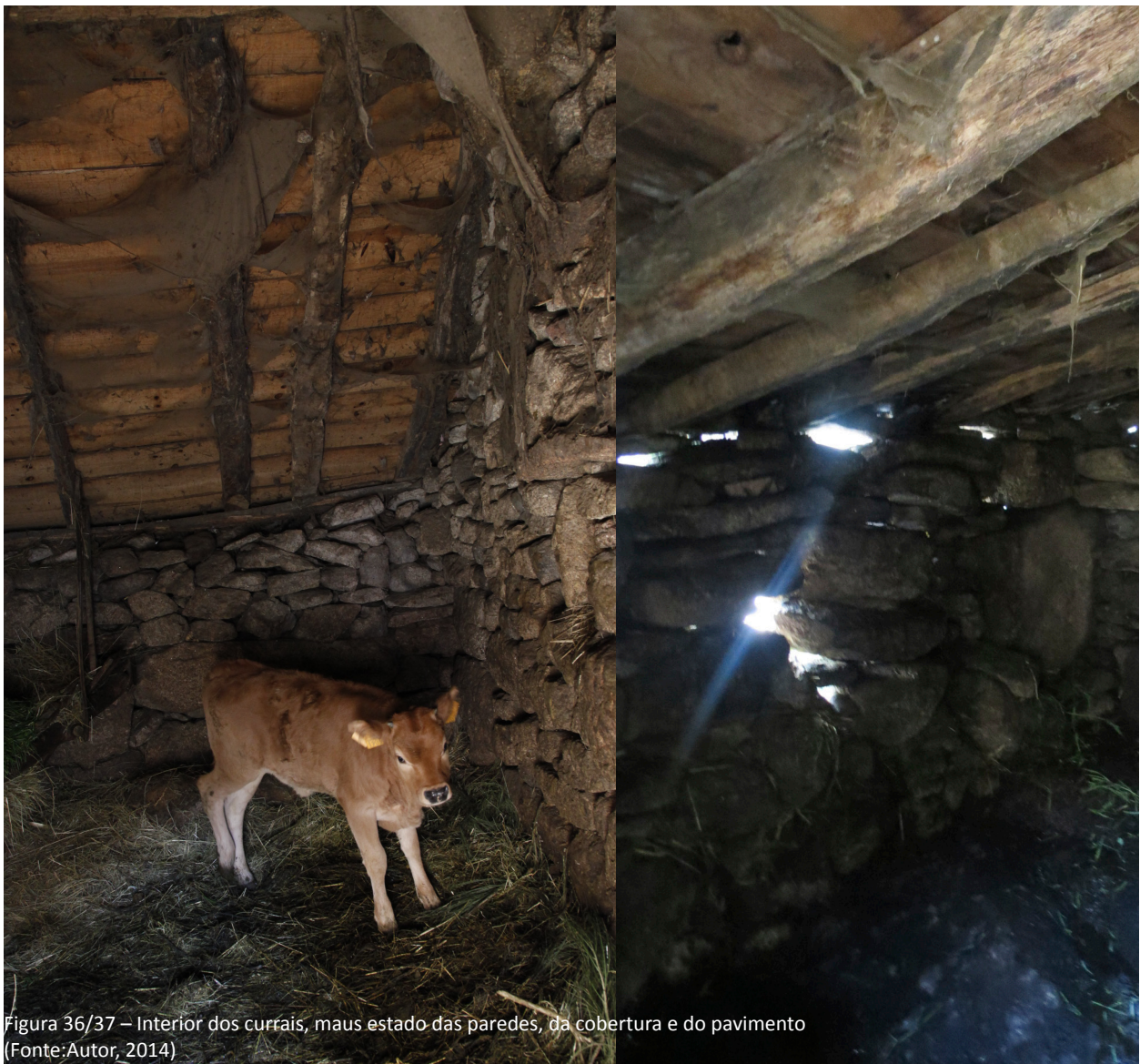
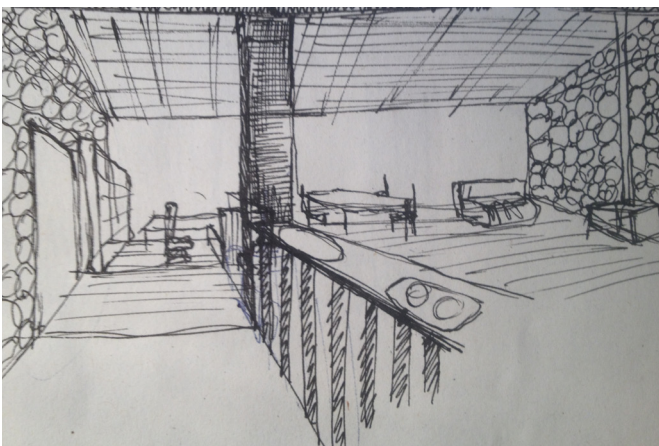
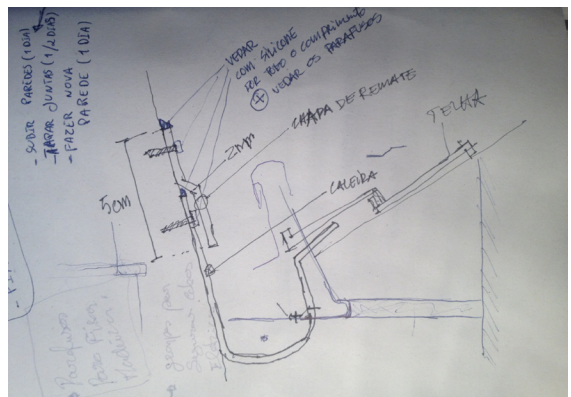
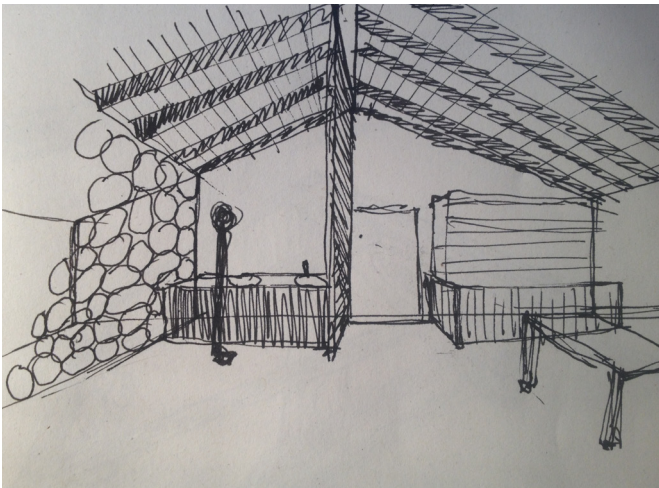
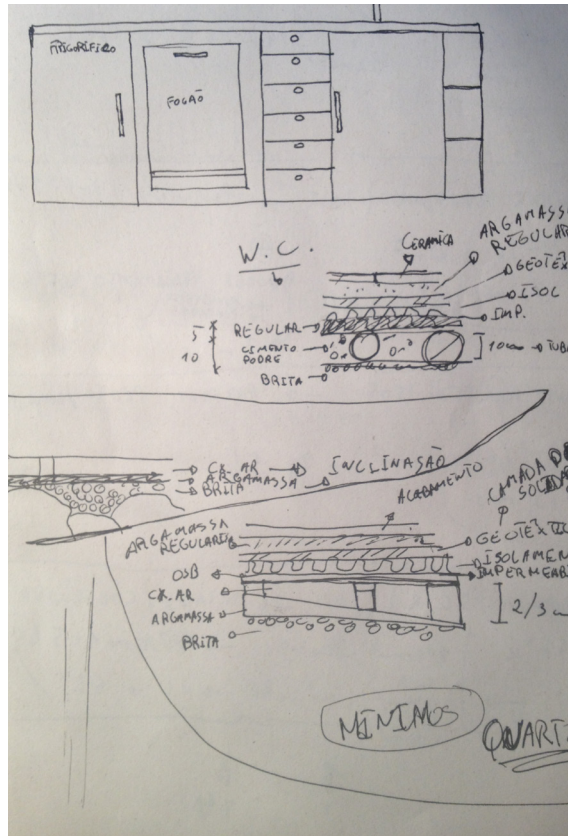
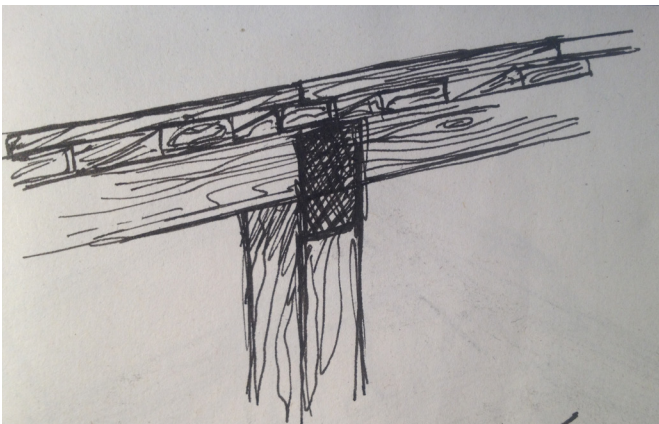
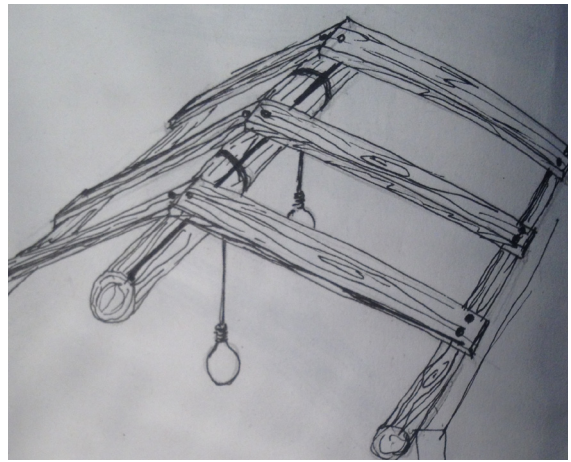
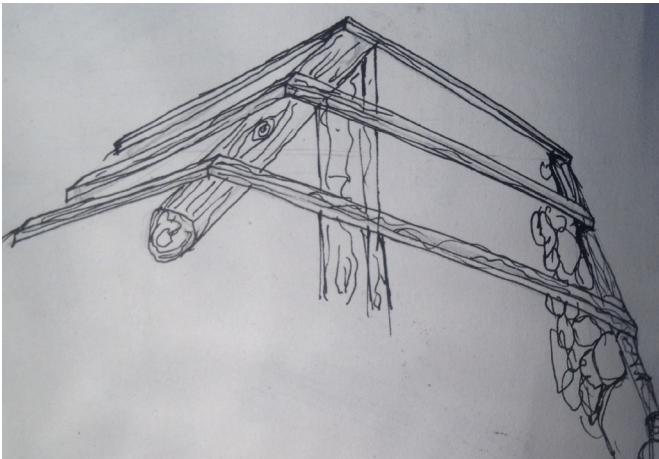


Figura 36/37 – Interior dos currais, mau estado das paredes, da cobertura e do pavimento  
(Fonte: Autor, 2014)



54

Figura 38 – Esquços Casa da Cristina (Fonte:Autor, 2014)

## 2.5\_ Do projeto à obra

Durante todo o estágio na ITA realizei diversas tarefas que me irão ajudar muito a nível profissional no futuro. Podemos dividir essas tarefas em diversas fases: 1ª - a fase de projeto, 2ª - a fase de angariação de materiais de construção e de mão-de-obra que consiste em entrar em contacto com as empresas, 3ª - a fase de projeto com a realização do projeto da casa e atelier da Cristina, 4ª - a fase de direção de obra tendo realizado a coordenação de aproximadamente 7 voluntários e entre 2 ou 3 técnicos das diversas empresas diariamente, 5ª - a fase de construção de obra tendo aprendido as diversas técnicas e atividades realizadas em obra.

Neste capítulo irei apresentar em primeiro lugar a fase de projeto com as alterações realizadas ao longo desse processo e de seguida os materiais escolhidos para a obra e respetiva justificação.

Em relação à direção de obra será apresentada no capítulo seguinte, em conjunto com as técnicas realizadas durante a obra, e serão apresentadas todas as atividades realizadas diariamente e as problemáticas que se apresentaram durante este processo.

Como já foi referido anteriormente, o espaço a intervir consistia num conjunto de três currais que se encontravam em muito mau estado de conservação, desde as paredes, à coberturas e aos vãos. Para além disto o pavimento não existia.

A ITA caracteriza-se por ser uma Iniciativa participativa e em parceria, em que a sua realização só é possível graças ao apoio das entidades responsáveis, aos patrocínios e à própria aldeia. Sendo assim, a relação que se estabelece com todas estas entidades é de uma enorme importância, assim como a cooperação e a capacidade de adaptação ao mesmo, ou seja, na realização deste projeto foi preciso ter em atenção diferentes perspetivas e diferentes pontos de vista, os da população e os da organização. É necessário ainda adaptarmo-nos e tirar o maior proveito do que as empresas nos fornecem, tornando a ausência de um material que no início nos parecia ser o mais indicado e arranjar uma solução que é melhor que a inicial. Dois destes casos foram possíveis de observar na obra da habitação/atelier. Um deles foi em relação à cobertura que devido à insuficiência de colmo e de questões relacionadas com o projeto, que irei explicar mais à frente, optou-se pela telha de marselha e o outro prendeu-se com o gesso cartonado que estava previsto inicialmente para revestir parte das paredes pelo interior mas assim que tivemos a confirmação das argamassas optou-se pela argamassa tradicional de cal e a argamassa de cal em que parte dos inertes foram substituídos por cortiça, tendo o resultado ficado melhor do que a ideia original.

*“Ao projectar os espaços, deve-se pensar no uso que se dará aos cómodos e até nos móveis que entrarão neles. O mais importante é que a família desfrute seus espaços (...). A casa deve ser construída de acordo com o gosto de cada um e não apenas para ser admirada pelos vizinhos.” (Lengen, 2004, pp.15)*

## Exterior

Como já foi mencionado anteriormente, as paredes encontravam-se em muito mau estado, as pedras não se encontravam devidamente calçadas, em muitos casos profundamente alteradas e existiam buracos enormes, o que levava a que as paredes estivessem em perigo de queda, sendo a sua reconstrução necessária. Aproveitando esta situação, propôs-se um ligeiro aumento do pé-direito da habitação de forma a que o espaço interior fosse mais amplo, algo que a nível exterior teria pouco impacto visto manter-se o mesmo material e o aumento em altura ser reduzido.

Manter o existente foi um dos objetivos pretendidos durante o desenvolvimento de todo o projeto, ou seja, os currais transformam-se numa habitação com atelier mas de forma integrada no existente.



Figura 39 – Foto Casa da Cristina (antes)  
(Fonte:Autor, 2014)



Figura 40 – Foto Casa da Cristina (depois)  
(Fonte:Autor, 2014)

Nas aldeias as pessoas vivem muito em contacto com a envolvente e com a vizinhança, daí haver um enorme sentido de comunidade. Posto isto, achei bastante importante que existisse um espaço privado ao ar livre, pelo que foi criada uma pequena varanda. Este espaço, para além da relação direta com o exterior, permite ainda ter mais um vão aberto – circulação do ar – e manter a proteção e privacidade da habitação.

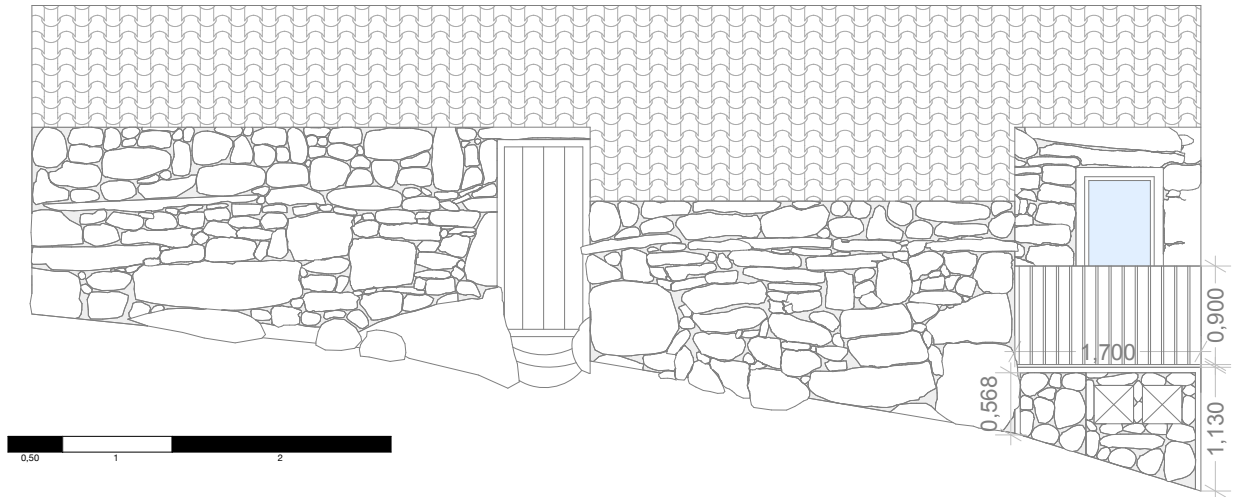


Figura 41 – Alçado proposto  
(Fonte:Autor, 2014)

57

Como já foi referido, os edifícios não possuíam qualquer infra-estrutura básica o que levou a ser necessário instalar novos contadores no edifício. De forma a minimizar o seu impacto visual no exterior, optou-se por colocar estes elementos sob a varanda.

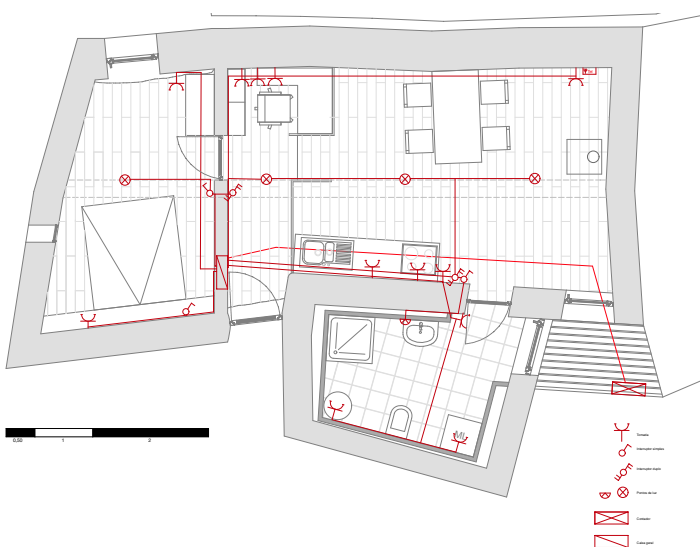


Figura 42 – Planta de Infra-estruturas  
(Fonte:Autor, 2014)

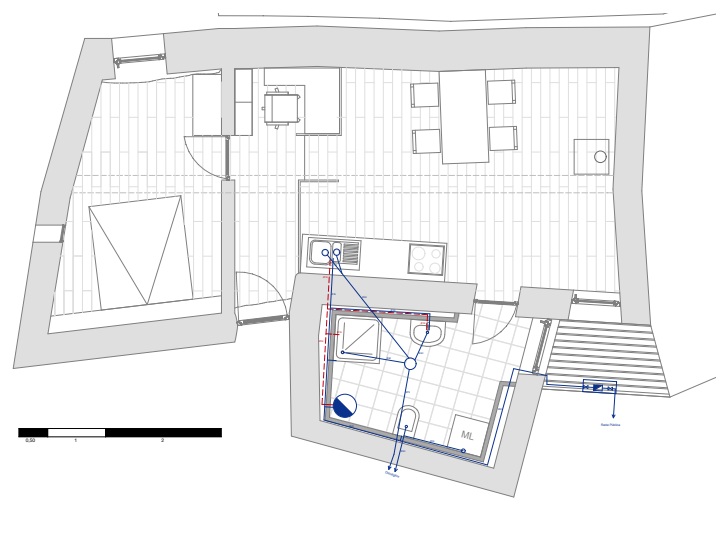


Figura 43 – Planta de Infra-estruturas  
(Fonte:Autor, 2014)

## Interior

Todos os currais tinham uma entrada própria, pelo que foi necessário perceber qual delas seria mais importante manter como a entrada da habitação. As outras passariam a vãos envidraçados permitindo aproveitar ao máximo a iluminação natural existente.

Após o estudo sobre a distribuição do espaço, chegou-se à conclusão que a entrada mais central dos currais seria a melhor opção e que permitiu um melhor divisão do espaço e distribuição de todos os usos.

Em relação ao espaço interior, a maior dificuldade na realização deste projeto era o facto de ser uma área muito reduzida. Assim, um dos pontos em que mais me foquei foi em perceber até que ponto as divisórias existentes eram necessárias, tentando obter uma zona ampla que desse a ideia de que o espaço possuía uma área maior do que aquela que na verdade tem (Figura 44/45).



Figura 44 – Planta de Vermelhos e amarelos  
(Fonte:Autor, 2014)



Figura 45 – Planta final  
(Fonte:Autor, 2014)

Para isso acontecer refleti quais as divisórias que necessitam de maior privacidade numa habitação e desta forma criar divisórias apenas nesses locais de forma a manter o espaço o mais amplo possível. Sendo assim, decidi manter a divisória do quarto e a da casa de banho. Em relação à zona da casa de banho, aproveitei o curral que possuía um pé-direito inferior e realizei a distribuição do espaço de forma a que a sua menor altura não criasse qualquer obstáculo à sua utilização, para isso coloquei a sanita na zona mais baixa, deixando deste forma a zona mais alta para o duche e para o lavatório permitindo a sua livre utilização sem qualquer barreira. O quarto optei por colocá-lo num dos extremos do edifício, de forma a que o resto da área pudesse ser “Open-space”, integrando um pequeno hall de entrada, a cozinha, o espaço de trabalho e a sala de estar e jantar. Sem qualquer barreira material nesta zona, a amplitude visual permite ter noção de toda a amplitude do espaço que anteriormente estava contada pelas divisórias (Figura 44).

Após definir os espaços que necessitavam de mais privacidade, e com o objectivo da amplitude espacial em mente, deu-se início ao desenvolvimento da organização interior.

Como podemos ver na planta geral (Figura 45) existe um eixo central que percorre todo o edifício definido pela viga da cobertura. Desta forma é criado um eixo de circulação central ao longo da habitação. Este percurso é reforçado através da forma como a iluminação é proposta, ou seja, ao longo da viga são colocadas lâmpadas suspensas e assim a ideia de centralidade linear aumenta (Figura 47). A colocação dos interruptores e das fichas de eletricidade foram pensadas de forma a seguir a movimentação pela habitação, ou seja, existe a possibilidade de ligar a iluminação na entrada de um espaço e desligar a mesma no outro compartimento, como é possível verificar na planta do projeto de eletricidade (Figura 42).

59

Como já foi referido anteriormente, a ideia de manter o espaço o mais amplo possível era um dos objetivos principais no projeto. Ainda assim considerou-se necessário algum tipo de divisão entre a entrada do edifício e zona de trabalho com a zona da cozinha e sala de estar e jantar. Sendo assim, e como podemos ver na figura 45, estes espaços são separados por um ripado de madeira, para criar uma certa separação entre espaços sem criar qualquer barreira visual (Figura 46).

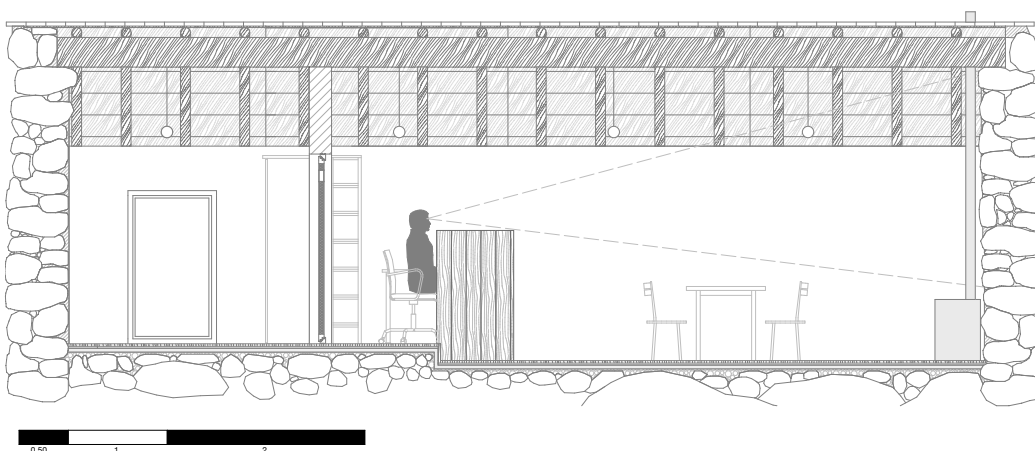


Figura 46 – Corte Casa da Cristina  
(Fonte:Autor, 2014)

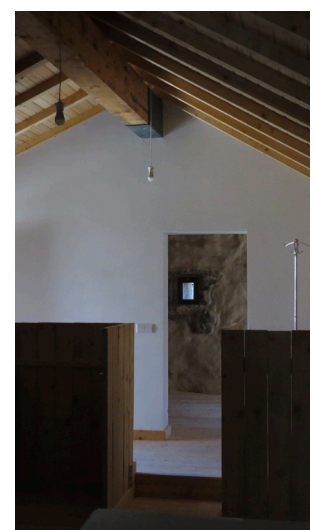


Figura 47 – Foto do hall  
(Fonte:Autor, 2014)



Figura 48 – Planta da cozinha antes (Esq.) e depois (Dir.)  
(Fonte:Autor, 2014)

60

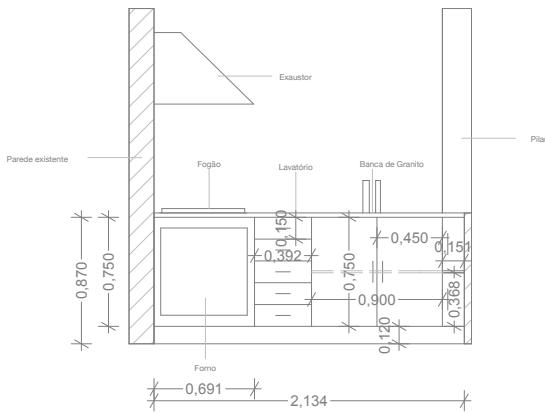


Figura 49 – Alçados da cozinha (antes)  
(Fonte:Autor, 2014)

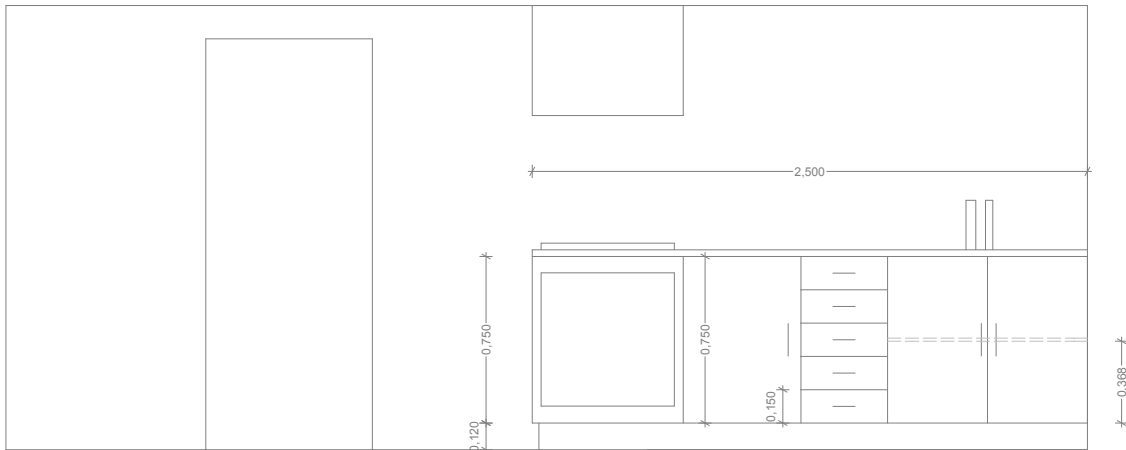


Figura 50 – Alçados da cozinha (depois)  
(Fonte:Autor, 2014)

Este ripado foi aproveitado para definir a colocação da cozinha, sendo que durante a obra foi necessário realizar uma alteração em relação com o projeto original. Segundo o projeto, a bancada da cozinha estava prevista ficar alinhada e encostada ao ripado como podemos ver na figura 48, mas com a retificação em obra do levantamento que, após a desmontagem da parede divisória permitiu rever as medidas com maior rigor, levou a que o espaço existente fosse inferior ao previsto. Por esta razão, e para não perder área de bancada, optou-se por rodar o móvel da cozinha, criando mais espaço para que quem esteja a cozinhar se possa movimentar, mantendo a dimensão do móvel pretendido inicialmente. Desta forma o móvel ficou encostado à parede divisória com a casa de banho (Figura 48).

O atelier da Cristina foi algo que se teve em muita consideração, ao longo de todo o projeto, devido à importância que atividade da proprietária tem na divulgação da aldeia. Para este espaço foi pensado um espaço confortável, em relação com o resto da habitação, para que se pudesse estar a trabalhar e a controlar visualmente vários espaços ao mesmo tempo que existisse alguma privacidade. O atelier foi então colocado ao fundo do hall assim que se entra no edifício possibilitando também a visita por turistas clientes com o mínimo de invasão possível de outros espaços da habitação. Encontra-se envolvido por um ripado de madeira que permite que haja uma distinção de espaços sem criar qualquer barreira visual. Este ripado é igual ao da cozinha, invertendo o sentido do “L” que forma o ripado, criando uma continuação entre a divisória destes dois espaços e dando um maior ênfase ao corredor central e à entrada do edifício.

O quarto da habitante procura responder às necessidades básicas dos tempos modernos. Este espaço possui dois vãos para que haja bastante iluminação natural e circulação de ar. O espaço contém área suficiente para a colocação de uma cama e de um armário. Neste espaço foram aproveitadas as irregularidades das pedras para criar uma ligação entre os materiais e dar resposta a algumas necessidades como é o caso das mesinhas de cabeceira em que se optou por manter uma pedra existente no local para servir esse mesmo propósito (Figura 51). Os vãos neste espaço contêm uma “moldura” em pedra criando uma ligação entre o quarto, o resto da habitação e o exterior. A preocupação com o trabalho e com o conforto também foi tido em conta neste espaço, com a colocação de fichas de eletricidade e interruptor junto à cama.

61



Figura 51 – Pedra na zona do quarto  
(Fonte:Autor, 2014)

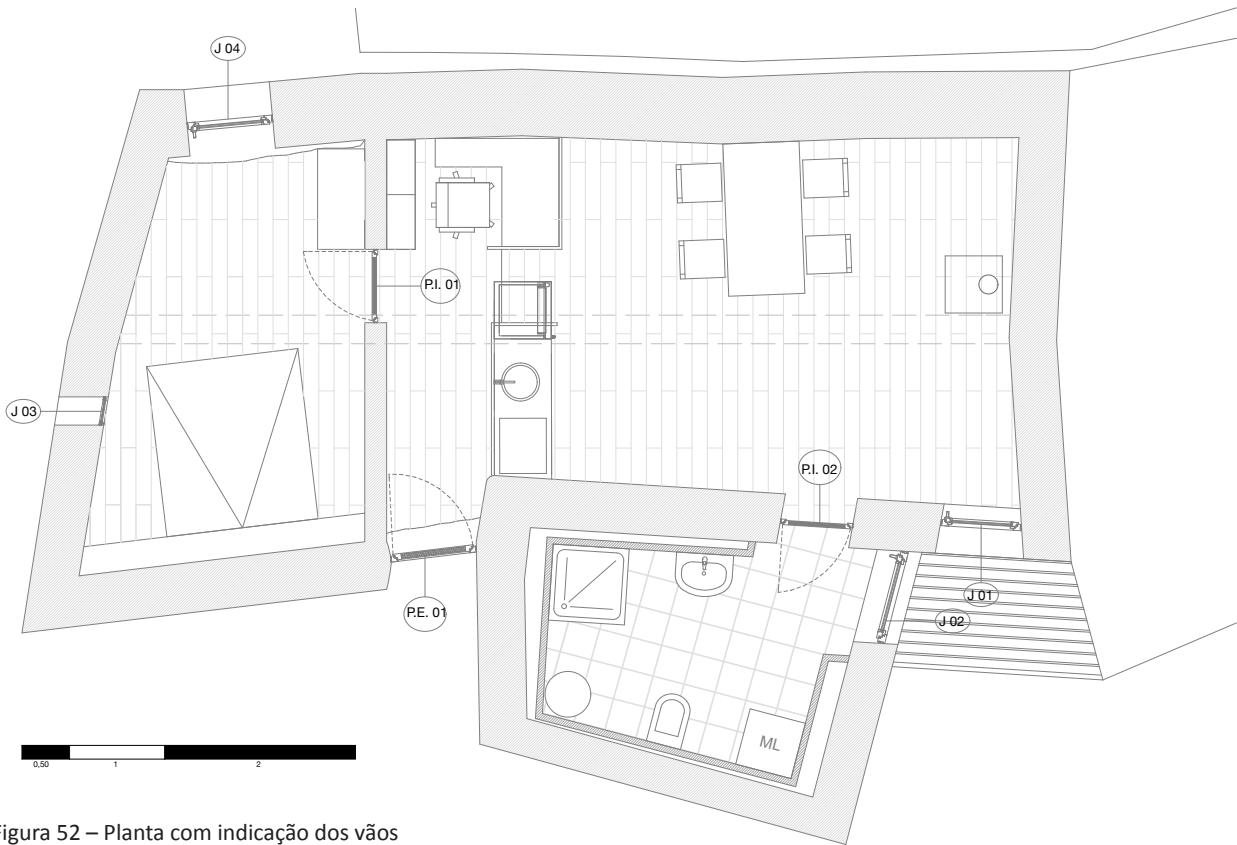


Figura 52 – Planta com indicação dos vãos  
(Fonte:Autor, 2014)

Vãos	(J.03)	(J.04)	(J.01)	(J.02)	(P.I. 01)	(P.I. 02)	(P.E. 01)
Designação							
Descrição	Vão Oscilo-Batente	Vão Basculante	Vão Basculante	Vão Basculante	Vão Batente	Vão Batente	Vão Batente
Material	Caixilharia em Madeira	Caixilharia em Madeira	Caixilharia em Madeira	Caixilharia em Madeira	Porta em madeira	Porta em madeira	Porta em madeira
Dimensões	0,80 x 1,80 m	0,94 x 1,26 m	0,40 x 0,50 m	0,90 x 1,57 m	0,90 x 1,90 m	0,85 x 1,80 m	0,85 x 1,80 m
Quantidade	um	um	um	um	um	um	um
Especificações	Nada	Nada	Nada	Vidro fosco	Porta interior com abertura para passar o ar	Altura correcta por confirmar; Divisória com o wc.	Altura correcta por confirmar; Porta exterior



Figura 53 – Mapa de vãos antigo  
(Fonte:Autor, 2014)

Vãos	(J.03)	(J.04)	(J.01)	(J.02)	(P.E. 01)
Designação					
Descrição	Vão Batente	Vão Basculante	Vão Basculante	Vão Basculante	Vão Batente
Material	Caixilharia em Madeira	Caixilharia em Madeira	Caixilharia em Madeira	Caixilharia em Madeira	Porta em madeira
Dimensões	0,80 x 1,75 m	1,00 x 1,14 m	0,36 x 0,50 m	0,90 x 1,55 m	0,92 x 1,85 m
Quantidade	um	um	um	um	um
Especificações	Nada	Vidro fosco	Nada	Vidro fosco	Altura correcta por confirmar; Porta exterior



Figura 54 – Mapa de vãos aplicado  
(Fonte:Autor, 2014)

## Materiais \_ Exterior

Os materiais usados no exterior da habitação foram o granito, a madeira e vidro nos vãos e a telha de marseille na cobertura. Em relação ao material da cobertura colocavam-se duas possibilidades: manter a telha ou passar a colmo (se conseguíssemos arranjar suficiente), visto a máxima reaplicação do colmo possível nos edifícios era uma das premissas da ITA.

Esta foi uma questão onde o Projeto Participativo com que a ITA tão bem se relaciona entrou em ação. Foram propostas ambas as soluções à dona da habitação, referindo que com a telha seria eventualmente possível colocar uma salamandra que ajuda ao conforto térmico e com o colmo haveria uma maior ligação com a arquitetura tradicional, ao qual a jovem rapidamente respondeu a telha, justificando-se com as muito baixas temperaturas que se fazem sentir no inverno em Vale de Papas. Esta resposta, e a falta de colmo que se veio a verificar, determinaram a solução.

Tendo conseguido o patrocínio de uma empresa de salamandras, o desejo da cliente e da Iniciativa foi possível de realizar. Ainda assim surgiu uma nova questão em relação ao aspecto exterior da habitação, pois iria ser colocada uma chaminé, algo que não existia anteriormente. Teve então de ser estudado o posicionamento da mesma, chegando-se à conclusão que a melhor solução seria coloca-la o mais afastado possível da rua, ou seja, do outro lado da cumieira, minimizando o seu impacto visual.

As casas antigas com estrutura de madeira podem ter a capacidade de se preservarem durante muito tempo graças à boa circulação do ar que existe, muitas vezes porque o isolamento é mais reduzido. Em muitos casos, quando é feita uma reabilitação, para além da compatibilidade dos materiais que é necessário ter em conta, existe também a necessidade de garantir que questões como a ventilação ficam asseguradas apesar do isolamento térmico.

Sendo assim, um dos pontos a ter em atenção na escolha dos vãos foi essa, para além do material ser em madeira por questões estéticas e patrimoniais, o tipo de vão teria simultaneamente de permitir a segurança da habitação, até porque sendo uma aldeia em que a pastorícia é uma das principais atividades, era preciso garantir que os animais não conseguiriam aceder à habitação, e garantir a ventilação, pelo que se optou na maioria dos casos por vãos basculantes. Foto de um dos vãos.

A escolha inicial dos vãos foi alterada antes do final da obra. Isto deveu-se ao facto da Iniciativa não ter conseguido arranjar um patrocínio para os vãos a proprietária disponibilizar-se para a compra dos mesmos. Por esta razão, dois dos vãos que seriam do tipo oscilo-batente deixaram de o ser: um passou a ser apenas basculante e outro de abrir, devido ao custo que a jovem poderia suportar. Devido ao mesmo motivo, apenas os vãos exteriores foram colocados, sendo que os dois interiores irão sendo postos consoante a disposição financeira da proprietária. Mesmo implicando um investimento próprio, a proprietária procurou manter-se o mais fiel possível ao projeto original e, quando tal não foi possível pelas razões anteriormente mencionadas, chegou-se a um consenso sobre o que seria melhor em termos financeiros e em termos projetuais (Figura 54).

## Materiais \_ Interior

Os materiais usados no interior do edifício, embora sejam variados, relacionam-se uns com os outros, criando uma interligação entre o existente e o novo, transmitindo uma harmonia única nos diversos espaços. No pavimento foi usada madeira (Figura 55/56) em toda a habitação menos na casa de banho onde o pavimento é cerâmico (Figura 60). A estrutura e forro da cobertura é igualmente em madeira (Figura 57/58). Em obra surgiu ainda o problema de as vigas serem mais curtas 30 centímetros do que o necessário, o que levou a que se tivesse de resolver esta situação na hora. A solução a que se chegou foi a da colocação de um perfil metálico em “U” que ligaria ambas as vigas – uma de 7m e outra de 3m – mas com algum espaçamento, permitindo alcançar a dimensão necessária. Para validar esta solução foi consultado o Eng. Mário Sá, docente do Mestrado, que aprovou esta nova solução estrutural (Figura 59/60).

64



Figura 55 – Aplicação do soalho  
(Fonte:Autor, 2014)



Figura 56 – Soalho final  
(Fonte:Autor, 2014)



Figura 57 – Aplicação da telha  
(Fonte:Autor, 2014)



Figura 58 – Telha final  
(Fonte:Autor, 2014)



Figura 59 – Aplicação da viga principal  
(Fonte:Autor, 2014)



Figura 60 – União entre as duas vigas  
(Fonte:Autor, 2014)

O material da parede divisória é em tijolo de cimento rebocado e pintado de branco (Figura 61/62). Este material foi escolhido devido à sua rápida aplicação o que iria ajudar bastante no decurso dos trabalhos devido ao pouco tempo que se dispunha para acabar a obra.

As paredes da casa de banho são em granito mas foi construída uma segunda parede, que era para ser em gesso cartonado mas que devido à desistência de um dos patrocinadores optou-se por realizar esta parede em tijolo, deixando uma caixa de ar entre ambas de forma a dar resposta às questões térmicas. A parede era ainda necessária para permitir a regularidade exigida para a aplicação de um material rígido e plano como o azulejo. Estas paredes não foram totalmente cobertas com azulejo devido à necessidade de gerir as quantidades de materiais disponibilizados pelas empresas. Desta forma foi usado nas zonas mais em contacto com água, criando uma faixa de 1,65 metros de altura. A partir dessa altura a casa de banho foi rebocada e pintada, à exceção da zona do duche que possui azulejo até ao tecto devido ao contacto direto com a água (Figura 63).



Figura 61 – Parede divisória do quarto antes e do hall  
(Fonte:Autor, 2014)



Figura 62 – Parede divisória do quarto antes e do hall pintada  
(Fonte:Autor, 2014)

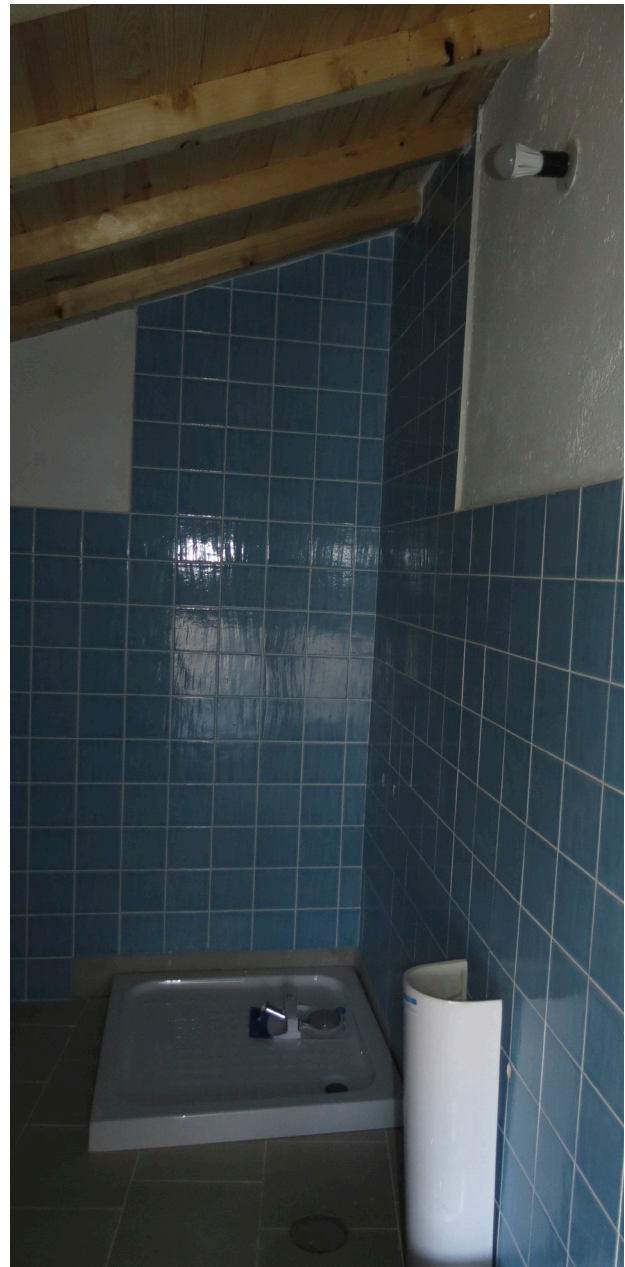


Figura 63 – Azulejo na zona do W.c. (duche)  
(Fonte:Autor, 2014)



Figura 64 – Explicação da aplicação da argamassa pela DDLar-gamassa  
(Fonte:Autor, 2014)



Figura 65 – Aplicação da argamassa  
(Fonte:Autor, 2014)

Embora a beleza do edifício seja algo muito importante quando falamos em arquitetura, existe algo de maior relevância: a funcionalidade do edifício e como este responde às necessidades do dia-a-dia de quem nele habita. Para obter a melhor obra possível é necessário conseguir juntar beleza e funcionalidade.

Considerou-se de grande importância que o granito não estivesse meramente no exterior mas também no interior, criando uma ligação entre ambos. Inicialmente, esta relação mantinha-se exclusivamente através da parede da sala dado encontrar-se encostada a uma outra habitação o que garantia menos perdas térmicas. Em relação ao resto da habitação iria ser maioritariamente em gesso cartonado devido à enorme preocupação com as questões térmicas, mas entretanto surgiram outros materiais que solucionavam esses problemas, a argamassa tradicional de cal, em que partes dos inertes foram substituídos por cortiça, e a argamassa de cal. Optou-se pelas argamassas pois garante o isolamento térmico e acústico do edifício, mantém a beleza do mesmo e garante a compatibilidade com o granito. Em relação à aplicação desta argamassa, primeiro foram tapadas as juntas com a argamassa de cal e de seguida foram revestidas as paredes com a argamassa tradicional de cal com inertes de cortiça. Para garantir um bom isolamento térmico foram aplicadas três camadas desta argamassa. Esta alteração permitiu-me alcançar uma beleza interior única, isto porque para além de ser possível manter mais apontamentos de granito à vista, aumentando a relação exterior/interior e uma maior harmonia entre materiais, todas as outras paredes que foram revestidas com este material possibilitam que a textura e a forma das pedras das paredes existentes se mantenham à vista. Para além da parede da sala foi então possível manter em granito a parte da parede que liga a sala ao w.c. – produzindo uma continuação material entre estes dois espaços – e pequenos apontamentos junto aos vãos exteriores – para que haja uma relação com o exterior e com o resto da habitação. Nestas paredes apenas as juntas foram preenchidas com a argamassa com inertes de cortiça (Figura 64/65/66).

67



Figura 66 – Paredes de pedra entre sala e w.c.  
(Fonte:Autor, 2014)

## **CAPITULO III \_ Tarefas desenvolvidas em obra/direção de obra**

Este é o ponto que considero mais gratificante e cuja a aprendizagem foi maior ao longo do estágio na Iniciativa Terra Amada. As tarefas desenvolvidas em obra e a direção de obra representam uma parte significativa de todo o estágio.

Durante a realização da obra houve momentos de todo o tipo que me fizeram evoluir não só como futuro arquiteto mas também como pessoa, desde a questão do tempo que predisponhamos para a conclusão da obra, sendo que tínhamos de controlar e saber o que seria melhor realizar em determinadas alturas e desta forma conseguir ocupar todos os momentos com tarefas úteis, determinar trabalho para os mestres-de-obras e especialistas e orientar o trabalho dos meus colegas da organização que estivessem a ajudar na obra e os voluntários que pagaram para trabalhar e aprender. Uma grande responsabilidade mas que me propôs cumprir da melhor maneira possível.

Antes da chegada dos voluntários houve um grande desenvolvimento da obra que era necessária ser feita para que desta forma, quando os voluntários chegassem, pudessem apenas “apanhar” a parte mais interessante da obra e garantir que esta seria possível terminar no prazo estipulado.

Sendo assim, a calendarização e as atividades diária, foram diversas, passando de seguida a explicar todo o processo e todos os trabalhos realizados.

## Antes da chegada dos voluntários

### Dia 2 de Julho

Os trabalhos começaram no dia 2 de Julho. Neste dia foi realizada a organização do acampamento com a montagem das tendas da organização, que estava presente neste dia, e a divisão do espaço restante com guias laterais e frontais de forma a criar lotes para que os voluntários soubessem onde colocar as tendas e assim criar um espaço de passagem central para facilitar a circulação neste local. Para além disto foi ainda realizada a organização do material e ferramentas já presente para que tivéssemos noção do que faltava chegar e estarmos preparados para o armazenar.



Figura 67 – Montagem das tendas  
(Fonte:Autor, 2014)



Figura 68 – Tendas da organização montadas  
(Fonte:Autor, 2014)

### Dia 3 de Julho

Depois de estar feita instalação do pessoal começou o trabalho em obra, sendo que a cobertura, o forro e os barrotes já tinham sido removidos pelo pessoal da câmara.

Desta forma, e com o apoio dos trabalhadores da câmara de Cinfães, com a empresa ViolasConstrói e alguns elementos da organização, foi removida a viga principal do edifício com o auxílio de um “Garibaldi” – dois troncos de madeira ao alto cruzados e presos com arame em que no topo é colocado uma roldana (Figura 71) –, e foi feita uma avaliação do estado das paredes existentes com os especialistas. Começou-se então por remover as pedras mais soltas e mais perigosas de uma das paredes, enquanto se iam buscar umas melhores, fornecidas pela câmara de Cinfães, para se começar a consolidar as paredes.



Figura 69 – Casa da Cristina (antes da intervenção)  
(Fonte:Autor, 2014)



Figura 70 – Casa da Cristina sem cobertura  
(Fonte:Autor, 2014)



Figura 71 – Remoção da viga do edifício  
(Fonte:Autor, 2014)

## Dia 4 de Julho

No dia 4 foi a continuação do dia anterior, com o primeiro percalço encontrado em obra: a futura parede divisória da casa de banho, onde se iria abrir um vão, estava em pior estado do que se esperava e era necessário derrubar mais área que previsto. Então, neste dia começou-se a reconstrução de uma parede e a destruição de outra, algo que iria atrasar ligeiramente a obra, mas a segurança está em primeiro lugar e teria de ser feito um esforço mais à frente para compensar esta perda de tempo. Começou-se também a derrubar as paredes interiores que estavam em rico de queda e não iriam ser aproveitadas no projeto final.



Figura 72 – Mestres pedreiros  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 73 – Paredes interiores a serem removidas  
(Fonte:Cláudia, 2014)

### Dia 5 e 6 de Julho

Durante os fins-de-semana, a distribuição de tarefas era um pouco mais complicada porque não tínhamos o acompanhamento de nenhum mestre-de-obras e desta forma necessitávamos de pensar em algo que ajudasse na obra e que não fosse necessário apoio técnico especializado nem maquinaria pesada. Sendo assim, nos dias 5 e 6 de Julho foi realizada a remoção das pedras das paredes que haviam sido derrubadas para o exterior e foram calçadas algumas com pedra miúda. Houve ainda a necessidade de retificar e confirmar algumas medidas.



Figura 74 – Paredes divisória entre o hall e a sala  
(Fonte:Cláudia, 2014)

## Dia 7 de julho

Já novamente com a ajuda dos trabalhadores especializados começou a subida das futuras paredes da casa de banho, a remoção das vigas que se encontravam num dos currais e derrubada a parede divisória entre a futura sala e a casa de banho. Neste dia houve a percepção do pior erro cometido ao longo do projeto e que já foi referido anteriormente. Durante a realização do projeto houve a necessidade de pedir duas vigas principais devido ao mau estado das existentes. Desta forma, para pedir as novas foi feita a medição das mesmas. Ao fazer estes cálculos era necessário ter em atenção os apoios nas paredes laterais, pelo que iria ser necessário pedir cerca de 30 centímetros a mais para cada um dos lados. Este excedente apenas foi tido em conta para um dos lados, ficando com uma das vigas mais pequena que o necessário. A solução encontrada, como já foi referida, foi a criação de um perfil metálico em “U” e desta forma rematar este problema permitindo que a viga tivesse a dimensão necessária, como iremos ver mais à frente. Esta solução foi encontrada depois de uma conversa com o engenheiro Mário Sá que aprovou o dimensionamento final.



Figura 75 – Exterior da Casa da Cristina em construção  
(Fonte: Cláudia, 2014)

### Dia 8 de Julho

A partir do dia 8 de Julho começamo-nos a focar única e exclusivamente na reconstrução, ou seja, todas as paredes que apresentavam falta de segurança já tinham sido identificadas e derrubadas. Sendo assim começou a subida das paredes para a altura necessária e, ao mesmo tempo iam sendo calçadas as paredes que se encontravam em melhor condição e começou-se ainda a definir os vãos.



74 Figura 76 – Reconstrução da parede do quarto  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 77 – Início da reconstrução das paredes exteriores  
(Fonte:Cláudia, 2014)

## Dia 9 de Julho

Deu-se continuidade ao remate das paredes e das padieiras e início ao nivelamento da divisória do futuro quarto.



Figura 78 – Início do nivelamento do quarto  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 79 – Colocação da padieira do vão do w.c.  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 80 – Nivelamento do quarto  
(Fonte:Cláudia, 2014)

### Dia 10 de Julho

Após ter sido feita a regularização do pavimento na zona do quarto, começou-se a realizar o mesmo trabalho para o resto da casa.

A existência de muitas divisórias nos currais e a inexistência de pavimento levou a que o levantamento altimétrico fosse difícil de realizar e que não houvesse 100% de certezas em relação a este ponto. No projeto estava prevista uma diferença de cotas que foi o que o levantamento deu a entender, nesta diferença a zona do hall de entrada e do quarto estaria ligeiramente abaixo da zona de cozinha e sala. Em obra viemo-nos a aperceber que seria o oposto, isto é, a zona da sala e cozinha encontravam-se a uma cota inferior à do hall e quarto. Após me ter apercebido desta situação houveram dois cenários possível: subir ligeiramente o pavimento da zona da sala e cozinha e ficava o pavimento todo nivelado, ou então manter a ideia da diferença de cota para dividir os espaços e manter o desnível só que vez do hall e quarto estarem a baixo da zona da sala e cozinha passariam a estar a cima. Em discussão com os colegas da ITA, decidi manter a minha ideia inicial do desnível.

Para além disso começou-se ainda a construção da parede de tijolo de cimento da divisória do quarto.

76



Figura 81 – Início da construção da parede divória do quarto (Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 82 – Início do nivelamento do resto da habitação (Fonte:Cláudia, 2014)

**Dia 11 de Julho**

Finalização do nivelamento do pavimento da sala e da cozinha. Deu-se início ao enchimento do pavimento da zona da casa de banho, de forma a que o pavimento do w.c. estivesse ao mesmo nível da zona da sala. Continuação da construção da parede de tijolo de cimento. Foi realizado o transporte e a colocação das vigas de madeira feita a ligação entre ambas através do perfil metálico.



Figura 83 – Nivelamento do resto da habitação  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 84 – colocação da viga principal no edifício  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 85 – Colocação da viga principal no edifício  
(Fonte:Cláudia, 2014)

### Dia 12 e 13 de Julho

Como já foi referido anteriormente, os fins-de-semana tornavam-se alturas em que, no início, o desenvolvimento das obras sofria um pouco pois existia a impossibilidade de realizar determinadas tarefas sem o apoio da mão-de-obra especializada e de maquinaria necessária. Assim sendo, durante este Sábado e Domingo foi prestado auxílio a outra obra da Iniciativa Terra Amada. Esta é uma das aprendizagens que adquirimos ao longo deste excelente projeto: a entreaajuda entre todos os participantes. A obra em questão foi a casa do Senhor Américo e foi realizada a remoção do soalho e o nivelamento do pavimento. Para além disto foi colocado xilofene nos barrotes que iriam ser colocados na Casa da Cristina.



Figura 86 – Exterior da casa do Senhor Américo  
(Fonte:Cláudia, 2014)

## Dia 14 de Julho

Após a viga ter sido colocada dias antes, neste dia foram postos os barrotes onde iria assentar o forro da cobertura. Esta tarefa foi alterada devido ao atraso na chegada do forro a Vale de Papas. Devido a este pequeno imprevisto, foram realizadas outras tarefas, entre elas foram feitos remates nas paredes de pedra e foi feita a preparação para a aplicação da calceira.



Figura 87 – Colocação dos barrotes na cobertura  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 88 – Aplicação da calceira  
(Fonte:Cláudia, 2014)

### Dia 15 de Julho

Devido ao atraso do dia anterior em relação ao forro e à impossibilidade de no dia 15 os carpinteiros poderem estar presentes em Vale de Papas, a colocação do forro foi mais uma vez adiada. Sendo assim, os trabalhos realizados neste dia foram o nivelamento do piso do w.c e foi realizada a melhoria da soleira do vão da casa de banho. Mais uma vez houve uma alteração do projeto: a cozinha teve de ser alterada, como já foi referido, o local onde esta estaria era na verdade mais pequeno do que se julgava ser. Sendo assim havia duas opções: ou se reduzia a dimensão da bancada da cozinha ou se mudava de orientação. Após uma breve discussão de ideias com os colegas da Iniciativa, a decisão tomada foi a de mudança de orientação isto porque se o local se mantivesse o mesmo iria ficar uma banca muito pequena e a sua reorientação permitia manter a área de trabalho desejada.



Figura 89 – Nivelamento do piso da casa de banho  
(Fonte:Cláudia, 2014)

## Dia 16 de Julho

No dia 16 os trabalhos finalmente avançaram de forma considerável. Foram feitos mais remates de algumas das paredes de pedra e de seguida colocado o forro na cobertura e as ripas de madeira onde iriam apoiar as telhas. Para além disso, começou-se a construção da parede de tijolo da casa de banho e iniciou-se a instalação elétrica.



Figura 90 – Colocação do forro  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 91 – Aplicação do forro  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 92 – Construção da parede da casa de banho  
(Fonte:Cláudia, 2014)

### Dia 17 de Julho

Foi iniciada a colocação da telha na habitação, mas antes disso foi necessário colocar xilofene no forro da cobertura pelo exterior de forma a proteger a madeira. A telha foi colocada e foi feito o local onde a chaminé iria ficar. Foi também dada continuidade à construção da parede da casa de banho.



Figura 93 – Abertura da futura chaminé  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 94 – Aplicação da telha  
(Fonte:Cláudia, 2014)

### Dia 18 de Julho

No dia 18 finalizou-se a construção da parede da casa de banho e foi realizado um ligeiro avanço em relação à instalação elétrica.

Foi ainda neste dia que se começou uma das fases mais importantes da obra: a colocação da argamassa de cortiça. Em primeiro lugar era necessário colocar argamassa tradicional de cal nas juntas para depois se colocar a que tinha cortiça na sua constituição. Foi colocada inicialmente a argamassa nas juntas das paredes, com o apoio e ajuda de toda a organização presente e dos técnicos da empresa DDLargamassas que nos deram formação na sua aplicação.



Figura 95 –Finalização da parede de tijolo do w.c.  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 96 – Aplicação da argamassa  
(Fonte:Cláudia, 2014)

### Dia 19 e 20 de Julho

Embora fosse fim-de-semana, nestes dois dias pudemos realizar o trabalho pretendido e necessário, sendo que para a argamassa de cortiça ter realmente uma boa eficácia em relação à questão térmica era necessária a aplicação de três camadas de argamassa. Então, pusemos as mãos na massa, literalmente, e começamos a cobrir as paredes com este material.



Figura 97 – Argamassa na parede do quarto  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 98 – Aplicação de argamassa na parede do quarto  
(Fonte:Cláudia, 2014)

## Dia 21 de Julho

Com a chegada da segunda feira e com as paredes revestidas a argamassa de cortiça a necessitarem ainda de bastante trabalho sobre elas, – a 3ª de mão e o acabamento –, neste dia foi feita a aplicação de mais uma camada desta argamassa. Com a presença dos técnicos, avançou-se ainda com a zona da casa de banho, começou-se a canalização e remates de algumas paredes que ainda necessitavam.



Figura 99 – Remate da parede divisória entre a cozinha e a sala  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 100 – Realização da canalização  
(Fonte:Cláudia, 2014)

### Dia 22 de Julho

Com as camadas de argamassa de cortiça já totalmente aplicadas numa das paredes da sala foi realizado o acabamento da mesma através da passagem de esponjas, tornando a superfície de argamassa numa camada regular. Começou-se ainda regularização do pavimento da casa de banho e foram salpicadas as paredes do mesmo espaço.



Figura 101 – Acabamento das paredes da sala  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 102 – Salpicar as paredes da casa de banho  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 103 – Acabamento realização à argamassa  
(Fonte:Cláudia, 2014)

**Dia 23 de Julho**

No último dia antes da chegada dos voluntários foi feito o acabamento de todas as paredes que já tinham a totalidade das camadas de argamassa aplicadas. A parede do quarto foi salpicada, foram instalados alguns vãos na habitação e foi terminada a regularização do pavimento da casa de banho e as paredes foram devidamente salpicadas.

Como era comum no final do dia era realizada a limpeza do lixo e dos materiais, sendo que neste dia foi mais aprofundada para que tudo estivesse pronto para receber os voluntários no dia seguinte.



Figura 104 – Acabamento realização à argamassa  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 105 – regularização do pavimento da casa de banho  
(Fonte:Cláudia, 2014)

## Após a chegada dos voluntários

### Dia 24 de Julho

Este foi um dos dias mais importantes da Iniciativa Terra Amada: a chegada dos voluntários. Em termos de trabalhos neste dia foi realizada a continuação dos dias anteriores e acabamentos nas paredes de argamassa de cortiça. Para além disto foi feito o transporte dos elementos de madeira retirados da cobertura, tanto da queijaria como da casa da Cristina, que se encontravam em frente à queijaria para um local indicado pelos proprietários.

Uma das tarefas mais importantes do dia foi a recepção dos voluntários. Para isto, foram montadas umas mesas junto à entrada da aldeia onde era feita a apresentação da organização, eram distribuídos materiais de obra – capacete e colete – e era feito o apoio à montagem das tendas. No final da tarde foi feita uma “reunião” na eira da aldeia, onde três habitantes ensinaram a trabalhar o colmo e houve uma pequena festa de recepção.

Na hora de jantar desse dia foram apresentadas as diferentes obras e os responsáveis por cada uma delas.

88



Figura 106 – Voluntários, organização e mestres de obra (Fonte:Cláudia, 2014)

## Dia 25 de Julho

Isto foi o primeiro dia de trabalho para os voluntários. O principal objetivo era conseguir coloca-los a realizar tarefas que revelassem alguma complexidade e lhes transmitisse algum conhecimento, sem nunca esquecer que seria muito importante que eles gostassem do que estavam a desenvolver. Sendo assim, foram realizadas diversas tarefas para que todos pudessem fazer algumas das coisas mais importantes na obra, entre as quais, a aplicação da argamassa de cortiça em algumas juntas que faltavam tapar, a aplicação de xilofeno no forro pelo interior e o início da construção da varanda, onde iriam ser colocados os contadores.



Figura 107 – Início da construção da varanda  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 108 – Aplicação de xilofeno no forro  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 109 – Remate da argamassa na parede divisória da cozinha com a casa de banho  
(Fonte:Cláudia, 2014)

### Dia 26 e 27 de Julho

Primeiro fim-de-semana dos voluntários na aldeia, a problemática relacionada com o facto de não haver mão-de-obra especializada, que aparecia enquanto os voluntários não estavam, tinha de ser resolvida de forma a dar trabalho aos voluntários em todas as obras sem exceção. Desta forma, neste dia os trabalhos focaram-se na continuação da construção da varanda e nos arranjos exteriores, na limpeza da envolvente e do interior para que na segunda-feira se pudesse aplicar os barrote para o soalho.



Figura 110 – Limpeza exterior  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 111 – Continuação da construção da varanda  
(Fonte:Cláudia, 2014)

**Dia 28 de Julho**

Depois de estar tudo pronto para a colocação dos barrotes que serviriam de base para assentar o soalho começou-se e acabou-se neste mesmo dia a colocação dos mesmos. Para os poder colocar foi feito o nivelamento, em primeiro lugar, seguido da colocação dos mesmos em argamassa de cimento. Os barrotes pedidos para realizar esta tarefa acabaram por ser grossos demais devido à tubagem da eletricidade que passou por cima do nivelamento realizado anteriormente e por isso foi necessário cortá-los antes de os aplicar.



Figura 112 – Aplicação dos barrotes no soalho  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 113 – Barrotes para a futura aplicação do soalho  
(Fonte:Cláudia, 2014)

## Dia 29 de Julho

Com a aplicação dos barros no chão, era impossível qualquer movimento e qualquer trabalho no interior nos últimos locais onde estes foram colocados. Sendo assim iniciou-se a colocação do soalho num pequeno espaço e foram-se preparando os elementos de madeira que iriam ser colocados ao alto para construir o ripado de separação da entrada e da zona de trabalho com a sala e com a cozinha. Estes elementos necessitaram de ser cortados, lixados e aplicou-se xilofene. Foi realizado também o remate da cobertura e foi rebocada a parede do quarto e as paredes da casa de banho.



Figura 114 – Realização dos elementos de madeira que irão ser a divisória do hall e da cozinha/sala (Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 115 – Remate da telha (Fonte:Cláudia, 2014)

### Dia 30 de Julho

No dia 30 houve diversos trabalhos de extrema importância para a conclusão com sucesso desta obra. Houve a continuação da aplicação do soalho, em que o carpinteiro que nos estava a ajudar não pôde ficar até ao final do dia, mas ensinou-nos como se realizava essa tarefa e em conjunto com os voluntários terminamos a aplicação do soalho. Iniciou-se a colocação do ripado de madeira e começou-se a aplicar os azulejos na casa de banho. As tarefas anteriormente referidas não teriam sido possíveis de realizar sem ter sido feita a primeira noitada a trabalhar. Nesta noite obtive a ajuda incondicional dos voluntários, do senhor Paulo e do senhor Zé – trabalhadores da empresa Violasconstrói que apoiou a ITA –, que se apresentaram depois de jantar até depois da meia noite para prestar auxílio na aplicação do soalho, dos azulejos e das ripas de madeira da divisória.

Para além destas importantíssimas tarefas foi ainda realizada a aplicação do primário e dada a primeira de mão na divisória do quarto. A instalação elétrica obteve algum avanço já com a colocação das lâmpadas.



Figura 116 – Aplicação do soalho  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 117 – Colocação da divisória entre espaços  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 118 – Instalação da eletricidade  
(Fonte:Cláudia, 2014)

### Dia 31 de Julho

Já perto do final da Iniciativa Terra Amada ainda havia vários pormenores a compor, o que muitas vezes é o que demora mais tempo. Posto isto, houve a necessidade de fazer mais uma noitada, desta vez apenas com os voluntários a ajudar. Neste dia foram tapadas as juntas dos azulejos na casa de banho, foi aplicado o primário nas paredes da casa de banho e foi terminada a pintura da parede divisória do quarto.

Foi ainda realizada a aplicação de argamassa de cortiça nas juntas da parede da sala que iria ficar com a pedra à vista. A limpeza exterior foi também feita neste dia para que não houvesse muito para limpar nos dois últimos dias.



Figura 119 – Colocação dos móveis da cozinha  
(Fonte:Cláudia, 2014)

## Dia 1 de Agosto

Este era o último dia antes da festa de encerramento da Iniciativa Terra Amada. Neste dia foram realizados todos os acabamentos, foram pintadas as paredes da casa de banho, foram aplicados os rodapés nas paredes previstas e começou-se a colocar os móveis angariados pela Iniciativa no interior.

Apesar de todos os esforços por parte de todos os envolvidos na Iniciativa, houve uma coisa que não se terminou devido a questões externas a todos: a varanda não pode ser concluída porque houve um atraso com os eletricitistas, contratados pela proprietária. Com a impossibilidade de colocação dos contadores, tentamos compor ao máximo a varanda mas ainda assim não foi possível concluir os acabamentos.



Figura 120 – Aspecto final da varanda  
(Fonte:Cláudia, 2014)

## Dia 2 de Agosto

Como a festa apenas se iria realizar na hora de almoço houve tempo ainda para acabar de lixar o chão e aplicar xilofene. De seguida era realizar uma limpeza geral da habitação e aproveitar a festa.



Figura 121 – Exterior do edifício  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 122 – Exterior do edifício  
(Fonte:Cláudia, 2014)



Figura 123/124/125 – Aspecto interior final  
(Fonte:Cláudia, 2014)

## CAPITULO IV \_ Conclusão

A escolha deste tema para prova final de estágio veio a propósito da Iniciativa e de forma a compreender a melhor maneira de abordar a população e as entidades envolvidas, ao mesmo tempo que procuro compreender os pontos positivos dos processos participativos.

Esta Iniciativa é um grande exemplo de um Planeamento Participativo e em parceria. Como referido anteriormente, cada entidade tem as suas responsabilidades mas as decisões são tomadas em consenso com todos os envolvidos. No caso da Terra Amada, a organização têm grande parte das responsabilidades visto ser esta a entrar em contacto com a aldeia, entidades, voluntários e empresas, criando uma ligação entre todos, isto torna todo o processo mais interessante.

O relatório de estágio teve como principal objectivo descrever todas as atividades desenvolvidas durante todo o processo da ITA, desde a escolha da aldeia até à obra terminada. Neste relatório pretendeu-se ainda dar a conhecer todas as dificuldades encontradas, bem como todas as aprendizagens retiradas deste longo processo.

Em relação ao estudo teórico realizado sobre as temáticas: o Planeamento Participativo, a Arquitetura sem Arquitetos (Arquitetura Vernacular), realizadas antes durante e após a conclusão do estágio, ajudaram-me a perceber as diferentes realidades presentes nas aldeias portuguesas ao longo dos anos, a sua origem e a sua essência. Através do Planeamento Participativo consegui perceber a essência deste tipo de iniciativas e a forma como a ITA se identifica com este tipo de processo.

Ao longo do relatório pretendeu-se transpor a diversidade dos trabalhos, o suor, as aprendizagens não só profissionais como sociais, todas as vivências que se criaram ao longo de todo o estágio. A ligação feita entre os temas teóricos e a parte prática foi algo que se complementou naturalmente, sendo que ao estudar os diversos temas me ia ajudando a desenvolver o projeto e vice-versa, o projeto identificava-se com as teorias que estavam a ser estudadas.

Através deste estágio pretendeu-se dar a conhecer: todas as potencialidades e benefícios de realizar um Planeamento Participativo, entender as vivências e a sociedade rural nos dias de hoje, a evolução da sociedade rural e da arquitetura vernacular, os seus pontos fortes, fracos e a beleza por traz de uma arquitetura que poucos percebem.

Pretende-se mostrar que existem formas de relacionar as técnicas atuais com as tradicionais, criando uma arquitetura com a beleza tradicional e o conforto dos novos materiais dando resposta às necessidades habitacionais dos dias de hoje.

Ao longo do relatório mostra-se como três currais em muito mau estado de conservação se podem tornar numa habitação que consegue dar resposta às exigências dos tempos modernos, criando uma obra integrada com a envolvente e todo o contexto rural, promovendo o retorno populacional às aldeias combatendo o despovoamento rural que se nota cada vez mais hoje em dia.

A ITA cria ao longo de todo o processo uma relação inter-geracional, fomentando um tipo de conexão entre as pessoas que é raramente possível observar, uma sociedade muito amistosa, simpática e com um sentimento de entreaajuda único, ao contrário das cidades modernas onde a sociedade é muito individualista.

Com a realização das diferentes obras de cariz cultural e social a ITA pretende dar a conhecer a aldeia de Vale de Papas e as suas gentes, revigorando as vivências de uma aldeia que poucos conheciam.

O desenvolvimento desta iniciativa pretende incutir uma nova forma de pensar a arquitetura para os arquitetos, os engenheiros e para a população em geral, demonstrando que não precisamos de construir de raiz nem de realizar uma obra que marque pela diferença da envolvente, indo contra a natureza, para realizar uma boa obra arquitectónica. É muito importante valorizar o património de Vale de Papas, mas como já foi referido, manter as características arquitectónicas, costumes, tradições e vivências da aldeia, procurando desta forma revitalizar a aldeia sem alterar os hábitos e o quotidiano da população.

Finalmente, espera-se ter alcançado as diferentes valências de todo o estágio, e ter conseguido mostrar que este foi muito mais que os projetos realizados e a justificação dos mesmos: foi toda uma aprendizagem profissional e social que se obtém dos diversos técnicos e da população da aldeia, fazendo-nos crescer como futuros arquitetos e como pessoas.

Esta envolvência social com os habitantes refletiu-se no desenvolvimento dos projetos, onde a componente social foi muito importante e tida em consideração, através da criação de espaços de encontro e de convívio, reforçando o sentimento de comunidade.

É algo extremamente gratificante poder terminar o Mestrado em Arquitetura ajudando pessoas mais desfavorecidas e conseguindo obter conhecimentos únicos de projeto e de obra, com todos os problemas e obstáculos que nos foram aparecendo, aprendendo a superá-los.

Fica ainda um sinal de mudança, mostrando que mesmo com toda a crise visível nos dias de hoje, ainda existem pessoas com muita vontade de ajudar e com a crença que podemos mudar o futuro.

O desenvolvimento deste relatório suscitou várias questões que considero importantes visto haver muitas obras de arquitetura nos dias de hoje que não têm qualquer relação com os futuros proprietários e com a população: “Porque é que os arquitetos insistem em realizar projetos à distancia?” “Os projetos não deveriam ser sempre realizados de forma participativa? Com a opinião de que vai usufruir dos espaços?”

Em relação ao projeto de reabilitação, ainda se vêem verdadeiros “crimes” à arquitetura vernacular, embora já existam várias e boas pesquisas sobre este tipo de arquitetura em Portugal e no mundo. Mas será que os arquitetos têm consideração por ela?.

Estes serão alguns pontos que poderão ser investigações futuras: a relação do arquiteto e da obra com a população e com o local.

## **BIBLIOGRAFIA**

Anglia Ruskin University Library (2007). Guide to the Harvard Style of Referencing. Disponível em: <http://libweb.anglia.ac.uk/referencing/harvard.htm> [acedido a 11 de Fevereiro de 2014].

Ávila, R. C., (2009). Vírus a partir das cidades - Habitação social nas últimas décadas. pp. 12-18 [online]. Disponível em: <http://www.esquerda.net/virus/media/virus7.pdf> [acedido a 2 de Outubro de 2014].

Burgess, R., Carmona, M., Kolstee, T., (1997). The challenge of sustainable cities: neoliberalism and urban strategies in developing countries. Atlantic Highlands, NJ: Zed Books, pp.138-162.

Cabral, J., Caldeira, J., Gonçalves, F., Pinheiro, Z., Pinho, A., Duarte, A., Almeida, L., Catita, A., Campos, V., (2010). Guia dos Programas de Acção Territorial [online]. Disponível em: [http://www.dgotdu.pt/filedownload.aspx?schema=ec7b8803-b0f2-4404-b003-8fb407da00ca&channel=C4193EB3-3FA7-4C98-B8CA-D6B9F5602448&content\\_id=2F31FE33-C304-4B20-BE0F-26A1AA88EBD6&field=file\\_src&lang=pt&ver=1](http://www.dgotdu.pt/filedownload.aspx?schema=ec7b8803-b0f2-4404-b003-8fb407da00ca&channel=C4193EB3-3FA7-4C98-B8CA-D6B9F5602448&content_id=2F31FE33-C304-4B20-BE0F-26A1AA88EBD6&field=file_src&lang=pt&ver=1) [acedido a 1 de Outubro de 2014].

Cornwall, A., (2002). Beneficiary, Consumer, Citizen: Perspectives on Participation for Poverty Reduction. Gothenburg: Elanders Novum AB.

Cuff, D. (1999). The political paradoxes of practice: political economy of local and global architecture. Architectural Research Quarterly, Vol. 3, Nº 1, pp. 77-88.

Fernandes, J., (2012). O Contributo da Arquitectura Vernacular Portuguesa para a Sustentabilidade dos Edifícios. Universidade do Minho.

101

Friedmann, J., (2010). Place and Place-Making in cities: A Global Perspective. Planning Theory & Practice, Vol. 11, Issue 2, pp. 149-165.

Groat, L., Wang, D., (2002). Architectural Research Methods. John Wiley & Sons, New York.

Hamdi, N. and Goethert, R., (1997). Action planning for cities : a guide to community practice., Chichester: John Wiley & Sons, Ltd., pp.23-59.

Henry, S., (2006). Multiple views of participatory design. [online], vol.23. Disponível em: <http://archnet.org/system/publications/contents/5102/original/DPC1832.pdf?1384788330> [acedido a 25 de Março de 2014].

Iniciativa Terra Amada, (2014). Iniciativa Terra Amada [online]. Viseu: Universidade Católica Portuguesa. Disponível em: <http://iniciativaterraamada.wix.com/terraamada> [acedido a 28 de Março de 2014].

Kindon, S. L., Pain, R., Kesby, M., (2007). Participatory action research approaches and methods : connecting people, participation and place. Abingdon: Routledge, pp.9-18.

Lengen, V.J., (2004). Manual do arquitecto descalço. Curitiba, Livraria do Arquitecto

Moutinho, M., (1979). *A Arquitectura Popular Portuguesa*. Lisboa, Editorial Estampa.

Oliveira, E. V., Galhano, F., (1994). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Olivier, P., Bridge, A., Vellinga, M., (2007). *Atlas of Vernacular Architecture of The World*. Inglaterra, Taylor & Francis Ltd.

Ordem dos Arquitectos, (2004). *Arquitectura Popular em Portugal*. Lisboa, Printer, SA.

Parisi, R. S. B., Villaça, A. C., (2008). Paul Olivier Entrevista [online], São Paulo: Vitruvius, ano 09, nº 035.03. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/09.035/3285> [acedido a 15 de Março de 2014].

Ribeiro, O., (1998). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

Ribeiro, V., Costa, A., Almeida, M., Santos, M., Costa, M., (2008). *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernacular da região oriental da serra do Caldeirão*. Faro, Edições Afrontamento.

Rudofsky, B., (1972). *Architecture without Architects*. Inglaterra, Academy Editions Ltd.

Sagor, R., (2000). *Guiding School Improvement with Action Research* [online]. Virginia, Disponível em: <http://www.ascd.org/publications/books/100047/chapters/What-Is-Action-Research.aspx> [acedido a 15 de Agosto de 2014].

Sanoff, H., (2000). *Community participation methods in design and planning*. New York ; Chichester: Wiley, pp.37-104.

Serra, G. G., (2006). *Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação*. Edusp: Mandarim, São Paulo.

Shelter, (1973). *“Shelter”*, California, Shelter Publication Inc.

Sousa, G. V. (1998). *Metodologia da investigação, redacção e apresentação de trabalhos científicos*. Porto, Civilização.

Sousa, M. J. e Baptista, C. S., (2011). *Como Fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios Segundo Bolonha*. Pactor – Edições de Ciências Sociais e Política Contemporânea, Lisboa.

Un-Habitat, (2010). *State of the world cities 2010/2011 – Bridging the Urban Divide* [online]. Londres, Disponível em: [https://www.academia.edu/2055564/State\\_of\\_the\\_Worlds\\_Cities\\_2010\\_2011\\_-\\_Cities\\_for\\_All\\_Bridging\\_the\\_Urban\\_Divide](https://www.academia.edu/2055564/State_of_the_Worlds_Cities_2010_2011_-_Cities_for_All_Bridging_the_Urban_Divide) [acedido a 30 de Julho de 2014].

Universidade Católica Portuguesa, (2013). Regulamento do Mestrado Integrado em Arquitetura. Centro Regional das Beiras.

Veríssimo, C. (2014). Apontamentos da disciplina de Gestão Urbana - sessão 5: O direito à cidade. Departamento de Arquitetura Viseu: 27-03-2014, [s.e.].

Veríssimo, C. (2014). Apontamentos da disciplina de Gestão Urbana - sessão 6: Processos Participativos (Evolução histórica). Departamento de Arquitetura Viseu: 03-04-2014, [s.e.].

Veríssimo, C. (2014). Apontamentos da disciplina de Gestão Urbana - sessão 7: Processos Participativos (Noções e definições). Departamento de Arquitetura Viseu: 10-04-2014, [s.e.].

Walker, J., Taylor, T., (1998). The Columbia Guide to Online Style. Columbia University Press, New York, Disponível em: <http://cup.columbia.edu/bookpreview/978-0-231-13211-4/> [acedido a 11 de Fevereiro de 2014].

**Cartas:**

\_ Charter on the built vernacular heritage (1999);

\_ Principles for the preservation of historic timber structures (1999);

\_ The New charter of athens: The ECTP vision for cities in the 21 century;

## **ANEXOS - Anexos 1**

### Materiais e técnicas construtivas

104



Figura 1 - Construção em Adobe

(Fonte: <http://lecypicorelli-bioarquitetura.blogspot.pt/2011/06/construcao-de-terra-parte2-adobe.html#axzz3BQ9FTQqp>)



Figura 2 - Construção em Taipa de pilão (Heise Arquitetura)  
(Fonte: <http://heisearquitetura.com.br/projetos.html>)



Figura 3 - Construção em Taipa de pau-a-pique  
(Fonte: <http://www.coopertecti.com.br/desenvolvimento-sustentavel>)

## Anexos 2

### Arquitetura Vernacular nas diferentes zonas do país

#### Minho, Douro Litoral e Beira Litoral



Na zona do Minho, Douro litoral e Beira litoral o solo é muito permeável devido à sua constituição granítica, a ser uma zona com uma área vegetal muito compacta e à precipitação ser bastante regular. Em relação ao relevo, esta zona pode dividir-se em três tipologias distintas, a zona da costa, sendo praticamente plana e talhada pelos rios, a da zona mais interior constituída por vales, colinas e montes e a zona mais montanhosa. (Ordem dos Arquitetos, 2004).

Podemos dividir os tipos de povoaamentos em três. O povoamento concentrado, que se caracteriza por ser pequeno e tudo o que define este espaço é o facto de ser moldado pela vida do lavrador que habita este povoamento, nestas zonas as habitações aproximam-se muito umas das outras, permitindo haver uma maior área disponível para campos de cultivo. Outro tipo de povoamento é o de montanha, muito idêntico ao anterior, mas como estão sujeitos a condições climatéricas mais severas, nestas regiões apostam também na criação de gado, nestas zonas a construção limita-se à casa e ao curral, aparecendo também alguns espigueiros e eiras. Por último, existe o povoamento disseminado, onde as habitações são colocadas onde se considera mais apropriado, pois não existe nenhum obstáculo e um dos principais anexos são os sequeiros. As

moradias encontram-se num piso único por cima das lojas (Ordem dos Arquitetos, 2004).

Em termos dos materiais utilizados, o granito e o xisto nas zonas montanhosas são os mais usados e a palha era usada para revestir as coberturas. No litoral, a maioria das construções eram realizadas em tijolo de adobe, que eram revestido por reboco ou azulejo, devido à necessidade de proteção em relação à água (Ordem dos Arquitetos, 2004).

106

Figura 1 - Minho, Douro Litoral e Beira Litoral  
(Fonte: Fernandes, 2012)

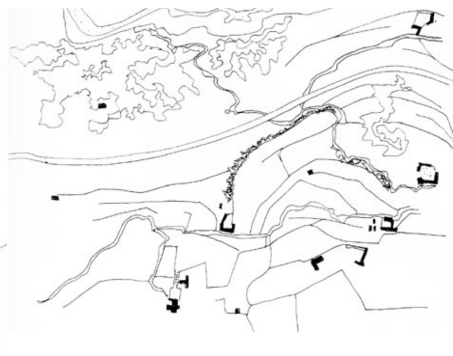


Figura 2 - Esquema povoamento concentrado  
(Fonte: Ordem dos Arquitetos, 2004)

Figura 3 - Esquema povoamento de montanha  
(Fonte: Ordem dos Arquitetos, 2004)

Figura 4 - Esquema povoamento disseminado  
(Fonte: Ordem dos Arquitetos, 2004)

## Trás-os -Montes e Alto Douro

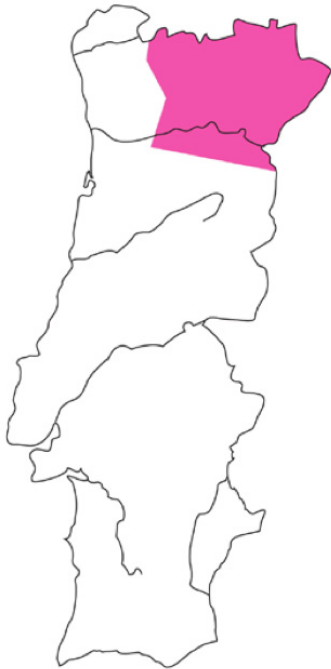


Figura 5 - Localização Trás-os-Montes e Alto Douro (Fonte: Fernandes, 2012)

As regiões de Trás-os -Montes e Alto Douro impuseram ao homem tirar proveito dos recursos que existiam, como o solo. Assim, foram definidos três manchas de cultivo: a Norte uma cultura de montanha com gado, a Este uma cultura de montanha e de sequeiro, e a Sul uma cultura de arbustivas (Ordem dos Arquitetos, 2004).

O tipo de povoamento nesta área tem tendência para se aglomerar, fazendo com que as habitações se separassem dos campos de cultivo, desta forma permitindo a maior exploração das terras secas e dos campos e ao mesmo tempo a pastorícia de gado miúdo em grande escala (Ordem dos Arquitetos, 2004).

As casas têm normalmente dois pisos, um térreo que aproveita a empena do terreno, onde se encontram as lojas, e outro piso mais elevado, por vezes ao nível da outra rua. As varandas assumem uma função importante nesta zona, pois servem de transição entre a rua e o interior da habitação, acabando por servir também de lugar de família, em particular das pessoas mais idosas que não se conseguem deslocar para o campo.

O forno da aldeia, como possuía cobertura em colmo, encontrava-se localizado nos arredores da povoação de forma a minimizar o risco de incêndio (Ordem dos Arquitetos, 2004).

Nesta zona as alvenarias e coberturas são em pedra e é possível verificar a utilização de placas de lousa na cobertura. É possível ainda verificar, em certas localidades, o uso do granito, da madeira e do colmo. (Ordem dos Arquitetos, 2004).

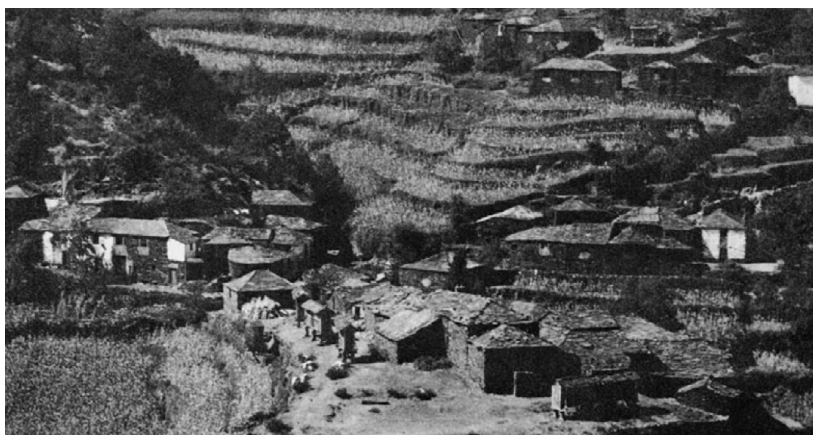


Figura 6 - Montes, Campeã, Vila Real (Fonte: Ordem dos Arquitetos, 2004)

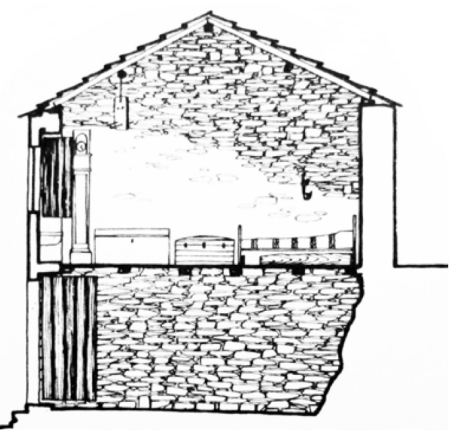


Figura 7 - Montes, Campeã, Vila Real - Corte transversal da casa da tecedeira (Fonte: Ordem dos Arquitetos, 2004)

## Estremadura e Ribatejo

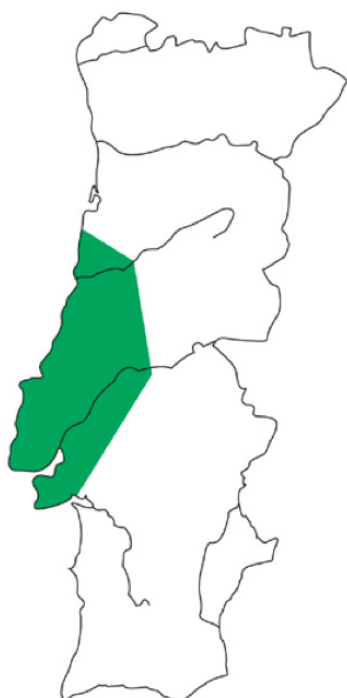


Figura 8 - Localização Estremadura e Ribatejo  
(Fonte: Fernandes, 2012)

Estremadura e Ribatejo compõe-se por duas províncias, e esta zona é definida como zona de transição entre o norte húmido e o sul mais seco. As diferenças são as chuvas elevadas a Norte, o que possibilita terras com diferentes tipos de cultivo, o que ajuda a dispersão populacional pelo dever de uma maior dedicação e trabalho na terra. A sul, a vegetação é mais uniforme, com um povoamento concentrado (Ordem dos Arquitetos, 2004).

Nas zonas baixas, junto à costa, encontram-se as populações ligadas à pesca. Nestas zonas, as habitações têm tendência para serem compactas e aglomeradas.

Os alpendres, que são visíveis em muitas das construções na zona da Estremadura, têm origem no clima.

Noutras zonas, a habitação é muitas vezes acompanhada pelo palheiro, a adega e o celeiro. As habitações encostam-se à rua, deixando a parte de trás para o quintal, onde cultivam pequenas hortas. Por estes motivos, os espaços de reunião da população passam a ser determinados de forma espontânea, como, por exemplo, um café, uma praça ou até uma árvore com mais imponência (Ordem dos Arquitetos, 2004).

Nestas duas zonas os materiais que mais são empregues são a cal, a pedra, a taipa ou adobe, a madeira e o colmo (Ordem dos Arquitetos, 2004).



Figura 9 - Azenhas do Mar, Sintra  
(Fonte: Ordem dos Arquitetos, 2004)



Figura 10 - Assafora, Sintra  
(Fonte: Ordem dos Arquitetos, 2004)

## Alto e Baixo Alentejo Interior

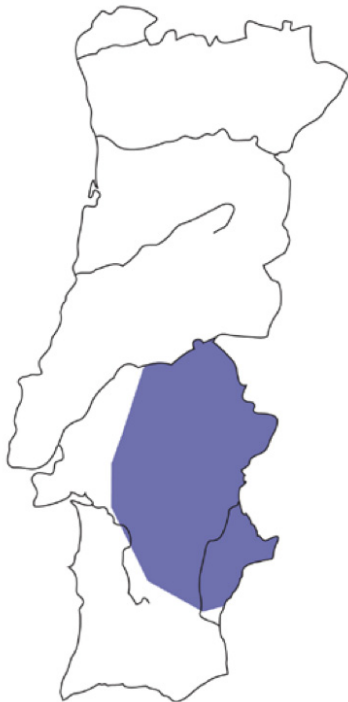


Figura 11 - Localização Alto e Baixo Alentejo Interior  
(Fonte: Fernandes, 2012)

A zona do Alto e Baixo Alentejo Interior caracteriza-se por ser uma região composta por vastas planícies. É uma zona com poucos cursos de água, resumindo-se ao Sado e ao Guadiana. O clima é quente e seco, com chuvas intensas no inverno, e influencia bastante a arquitetura nesta zona, por exemplo, no uso da cal e na ausência de grandes vãos para o exterior. As construções nesta área sofreram muito a influência dos povos que por aqui passaram durante os tempos, com testemunhos como os pátios, mas a principal condicionante foi a exploração agrícola. No Alentejo existem dois grandes tipos de construção: a casa dos aglomerados, cujo propósito é meramente habitacional, e a casa isolada, em que domina a função agrícola. Todas estas condicionantes – clima, terreno e economia, levaram a que as habitações nestas zonas tivessem certas particularidades que as distingue das casas do norte.

A casa popular alentejana é normalmente térrea e pequena. Isto deve-se em grande parte, à escassez da pedra e aos materiais nesta zona serem argilosos – tijolo e taipa – o que não permite a que a construção seja realizada com muita altura. Outra característica desta zona é o facto das casas serem rebocadas e caiadas, geralmente a branco. O uso destes materiais está relacionado, não só com a escassez da pedra nesta área, mas também com factores climatéricos, como a proteção do calor (Ordem dos Arquitetos, 2004).



Figura 12 - Parede caiada, Évora  
(Fonte: Fernandes, 2012)



Figura 13 - Parede caiada, Évora  
(Fonte: Fernandes, 2012)

## Algarve, Baixo Alentejo, Baía do Sado e o Alentejo Litoral



Figura 14 -Localização Algarve e Alentejo Litoral  
(Fonte: Fernandes, 2012)

A análise neste ponto está relacionada com o Algarve mas também a zona de baixo Alentejo, Baía do Sado e o Alentejo Litoral. Estas áreas apresentam um clima mediterrâneo.

Podemos dividir o Algarve em três zonas distintas, o Baixo Algarve, o Alto Algarve e o Algarve Calcário.

O povoamento que caracteriza a maior parte do território algarvio é disperso, tirando algumas zonas de aglomerados habitacionais que foram portos de mar – Baixo Algarve, e alguns aglomerados na zona montanhosa, Alto Algarve.

A escassez da água nestas zonas levou a que as povoações se alastrassem para terrenos com mais calcário, onde o solo contém boas reservas de águas. É então que se forma o povoamento disperso e ligado à exploração agrícola. A habitação é o centro da atividade agrícola, juntando no mesmo espaço o terreno de cultivo e a criação de animais. Na zona do Algarve Calcário as habitações possuem uma cobertura horizontal – a açoteia, que serve para a secagem dos fruto e cereais.

Para obter o máximo de exposição solar possível, as habitações são, por norma, orientadas a sul. Para lidar com o calor nas épocas quentes, as habitações possuem varandas ou alpendres, os pátios e as parreiras. Na zona do Alentejo Litoral, as casas são orientadas a nascente de forma a evitar os ventos e chuvas de oeste. As relações das habitações com o clima assemelham-se bastante ao Alentejo, como é o caso dos materiais, usando apenas os que conferem uma boa inércia térmica, caiações periódicas para proteger da luz e da radiação e número e dimensão reduzida dos vãos.

Diferencia-se do Alentejo na utilização da açoteia e da cisterna para a recolha das águas pluviais.

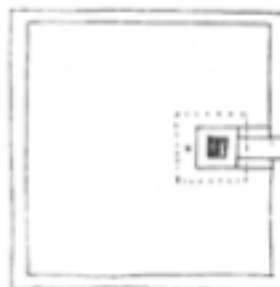
No caso da serra não possui chaminés e o colmo era várias vezes usado como revestimento das coberturas (Ordem dos Arquitetos, 2004).



Figura 15 - Exemplo de uma Cisterna, Porches, Lagoa  
(Fonte: Fernandes, 2012)



*Eirado e cisterna*



### Anexos 3

Iniciativa Terra Amada 2012/2013



#### EMPRESAS ASSOCIADAS:



111

#### ORGANIZAÇÃO:



#### ENTIDADES PARCEIRAS:



Figura 1 - Poster da Iniciativa Terra Amada colocado na entrada da aldeia com todos os patrocinadores (Fonte: Iniciativa Terra Amada)



Figura 2 - Azenha antes e depois da intervenção  
(Fonte: Iniciativa Terra Amada)



Figura 3 - Moinho antes e depois da intervenção  
(Fonte: Iniciativa Terra Amada)



Figura 4 - Escola antes e depois da intervenção  
(Fonte: Iniciativa Terra Amada)



Figura 5 - Casa da D. Irene  
(Fonte: Iniciativa Terra Amada)



Figura 6 - Anexo da D. Lucinda antes e depois  
(Fonte: Iniciativa Terra Amada)



Figura 7 - Espigueiro antes e depois  
(Fonte: Iniciativa Terra Amada)



Figura 8 - Curral da Mariza antes e depois  
(Fonte: Iniciativa Terra Amada)



Figura 9 - Percurso da Escarpa antes e depois  
(Fonte: Iniciativa Terra Amada)

114



Figura 10 - Acesso à azenha (Esquerda) e ao Moinho (direita)  
(Fonte: Iniciativa Terra Amada)

## Anexos 4

Iniciativa Terra Amada 2013/2014



### ORGANIZAÇÃO:



União de Freguesias de Alhões, Bustelo, Gralheira e Ramires

### EMPRESAS ASSOCIADAS:

1810 Lavalouças



CARPINTARIA PEREIRENSE



Esfera Móvel

Ferragens Pereira



### ENTIDADES PARCEIRAS:



COM O ALTO PATROCÍNIO DE SUA EXCELÊNCIA UNDER THE HIGH PATRONAGE OF THE PRESIDENT OF THE PORTUGUESE REPUBLIC



O Presidente da República

Figura 1 - Poster da entrada da aldeia, com empresas patrocinadoras (Fonte: Iniciativa Terra Amada)



Figura 2 - Caixotes do lixo antes e depois  
(Fonte: Esquerda - Iniciativa Terra Amada, Direita - Autor,2014)



Figura 3 - Caixas de correio antes e depois  
(Fonte: Esquerda - Iniciativa Terra Amada, Direita - Autor,2014)



Figura 4 - Tanque da aldeia antes e depois  
(Fonte: Esquerda - Iniciativa Terra Amada, Direita - Autor,2014)



Figura 5 - Forja antes e depois  
(Fonte: Esquerda - Iniciativa Terra Amada, Direita - César,2014)



Figura 6 - Moinho antes e depois  
(Fonte: Esquerda - Iniciativa Terra Amada, Direita - David,2014)



Figura 7 - Eira pública antes e depois  
(Fonte: Esquerda - Iniciativa Terra Amada, Direita - Autor,2014)



Figura 8 - Espigueiros antes e depois  
(Fonte: Esquerda - Iniciativa Terra Amada, Direita - Autor,2014)

118



Figura 9 - Queijaria antes e depois  
(Fonte: Esquerda - Iniciativa Terra Amada, Direita - Autor,2014)



Figura 10 - Cozinha do Sr.Manuel e da D.Rosa antes e depois  
(Fonte: Esquerda - Iniciativa Terra Amada, Direita - Autor,2014)



Figura 11 - Casa do Sr.Américo antes e depois  
(Fonte: Esquerda - Iniciativa Terra Amada, Direita - Autor,2014)



Figura 11 - Casa da Cristina antes e depois  
(Fonte: Esquerda - Iniciativa Terra Amada, Direita - Cláudia,2014)

## Anexos 5

### Regime excecional da reabilitação urbana

(Fonte: <http://dre.pt/pdf1s/2014/04/06900/0233702340.pdf>)

*Diário da República, 1.ª série—N.º 69—8 de abril de 2014*

2337

e submeter uma proposta de decisão relativa aos mesmos aos órgãos competentes.

5—É de 10 dias o prazo para a prática de quaisquer atos pela comissão especial, não se suspendendo nem interrompendo em qualquer circunstância.

6—Os membros da comissão especial ficam sujeitos a dever de confidencialidade relativamente a todas as informações a que tenham acesso no exercício das suas funções.

#### ANEXO

##### Itens a cobrir pelo projeto estratégico

(a que se refere a alínea e) do n.º 1 do artigo 9.º)

1—Enquadramento da atividade desenvolvida pela EGF na atividade e estratégia do concorrente

2—Conformidade do plano estratégico com o Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU 2020) e os objetivos de serviço público

3—Objetivos estratégicos para a EGF:

a) Potenciais otimizações aos investimentos e outra informação previsional apresentada no folheto informativo, como por exemplo investimentos em novas tecnologias;

b) Valorização das competências humanas da EGF, plano(s) para os trabalhadores atuais, incluindo formação profissional;

c) Potencial de internacionalização da EGF;

d) Potenciais planos expansão de atividade e ou planos de integração operacional da EGF na estrutura organizacional do concorrente;

e) Linhas de orientação na relação com os Municípios-clientes;

f) Planos de contingência que permitam manutenção de serviço público em situações causadas por fatores não usuais, tais como greves, falhas de equipamento entre outros;

g) Compromissos de investimento nas infraestruturas e na prestação dos serviços.

#### ANEXO II

##### Oferta pública de venda a trabalhadores

(a que se refere o n.º 5)

##### Artigo único

##### Oferta de venda a trabalhadores

1—É realizada uma oferta pública de venda (OPV) reservada aos trabalhadores da EGF a qual tem por objeto ações representativas de um máximo de 5 % do capital social da EGF, nos termos previstos no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 45/2014, de 20 de março, e nas condições a fixar em resolução do Conselho de Ministros.

2—Para os efeitos do número anterior, são considerados trabalhadores da EGF, nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 11/90, de 5 de abril, alterada pelas Leis n.ºs 102/2003, de 15 de novembro, e 50/2011, de 13 de setembro, as pessoas que estejam ou hajam estado ao serviço da referida sociedade ou das respetivas participadas por mais de três anos, excluindo:

a) As que tenham sido despedidas em consequência de processo disciplinar; e

b) As que tenham visto cessar o respetivo contrato de trabalho por sua iniciativa.

3—As ações objeto da OPV que não sejam vendidas a trabalhadores, assim como aquelas cuja transmissão não se concretize, acrescem automaticamente às ações a adquirir pelo vencedor do concurso público, obrigando-se este a adquirir tais ações pelo preço por ação constante da sua proposta vinculativa.

4—No âmbito da OPV, as ações a adquirir pelos trabalhadores são alienadas pela AdP.

5—As demais condições a que deve obedecer a OPV de ações destinada a trabalhadores da EGF são definidas por resolução do Conselho de Ministros.

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

### Decreto-Lei n.º 53/2014

de 8 de abril

A promoção da reabilitação urbana constitui um objetivo estratégico e um desígnio nacional assumido no Programa do XIX Governo Constitucional. Com efeito, a política do ordenamento do território do Governo dá prioridade a uma aposta num paradigma de cidades com sistemas coerentes e bairros vividos.

Com efeito, a reabilitação do edificado existente em Portugal representa apenas cerca de 6,5 % do total da atividade do setor da construção, bastante aquém da média europeia, situada nos 37 %. Acresce que, de acordo com os Censos 2011, existem cerca de dois milhões de fogos a necessitar de recuperação, o que representa cerca de 34% do parque habitacional nacional.

A alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, operada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, constitui um passo decisivo no sentido da sua agilização e dinamização, flexibilizando e simplificando os procedimentos de criação de áreas de reabilitação urbana, criando um procedimento simplificado de controlo prévio de operações urbanísticas e regulando a reabilitação urbana de edifícios ou frações, ainda que localizados fora de áreas de reabilitação urbana, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos e em que se justifique uma intervenção de reabilitação destinada a conferir-lhes adequadas características de desempenho e de segurança.

A revisão do regime jurídico da reabilitação urbana ali preconizada reforçou o conceito de «proteção do existente», já previsto no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro. De acordo com o regime específico de proteção do existente, é permitida a não observância de normas legais ou regulamentares supervenientes à construção originária, desde que a operação de reabilitação urbana não origine ou agrave a desconformidade com essas normas ou permita mesmo a melhoria generalizada do estado do edifício. Em todo o caso, a não observância de tais regras de construção deve ser identificada e fundamentada pelo técnico autor do projeto de reabilitação, mediante termo de responsabilidade, reforçando-se, em contrapartida, a respon-

sabilidade do mesmo técnico, designadamente pelas suas declarações.

A revisão operada pela referida Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, inscreve-se num amplo e profundo conjunto de reformas centrado na aposta clara do Governo na redução do endividamento das famílias e do desemprego, na promoção da mobilidade das pessoas, na requalificação e revitalização das cidades e na dinamização das atividades económicas associadas ao setor da construção.

Neste contexto abrangente, a reabilitação urbana e o mercado de arrendamento constituem domínios estratégicos e essenciais, cuja estreita conexão se afigura indiscutível e que, por isso, foram objeto de um tratamento integrado, articulando-se a referida alteração ao regime jurídico da reabilitação urbana com a reforma do arrendamento urbano operada pelas Leis n.ºs 30/2012 e 31/2012, ambas de 14 de agosto.

A importância da reabilitação urbana como fator de desenvolvimento das cidades e da economia aconselha a que se continue a trabalhar no sentido da sua máxima promoção, adotando medidas complementares às previstas no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

Nesse âmbito, através do despacho n.º 14574/2012, de 5 de novembro, dos Ministros da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 218, de 12 de novembro de 2012, foi criada uma comissão redatora, de natureza multidisciplinar (Comissão), que assumiu a missão de elaborar um projeto de diploma que estabelecesse as «Exigências Técnicas Mínimas para a Reabilitação de Edifícios Antigos», regime excecional e temporário visando, em complemento das medidas consagradas no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, com a redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, dispensar as obras de reabilitação urbana da sujeição a determinadas normas técnicas aplicáveis à construção, quando as mesmas, por terem sido orientadas para a construção nova e não para a reabilitação de edifícios existentes, possam constituir um entrave à dinamização da reabilitação urbana.

O presente decreto-lei resulta, assim, do trabalho da referida Comissão, adotando medidas excecionais e temporárias de simplificação administrativa, que reforçam o objetivo de dinamização, de forma efetiva, dos processos administrativos de reabilitação urbana.

A reabilitação urbana deve assumir-se como uma realidade economicamente viável em todas as áreas consolidadas, garantindo-se a sua execução para todas as populações e para a habitação já existente, e não apenas para nichos de mercado.

As soluções preconizadas no presente decreto-lei partem de um princípio diferente daquele que dirigiu a política do território nas últimas décadas. A reabilitação urbana é diversa da construção nova e, nesse sentido, deve ser olhada e regulada de acordo com a sua diversidade. Desta feita, na esteira dos diversos procedimentos legislativos atualmente em curso, dos quais se destacam a Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo e o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, adota-se uma nova visão, optando-se por uma reabilitação evolutiva que permita a

melhoria das condições de habitabilidade, em equilíbrio com o edificado existente e a capacidade económica do proprietário.

Deste modo, ao invés de uma aposta em novas construções, a política do ordenamento do território desenvolvida pelo Governo privilegia a reabilitação através de operações urbanísticas de conservação, alteração, reconstrução e ampliação, enquanto soluções mais adequadas à atual realidade do país.

Promove-se, assim, o regresso das populações aos centros históricos dos aglomerados urbanos, que se encontram hoje despovoados e envelhecidos.

Neste contexto, o decreto-lei prevê a dispensa temporária do cumprimento de algumas normas previstas em regimes especiais relativos à construção, desde que, em qualquer caso, as operações urbanísticas não originem desconformidades, nem agravem as existentes, ou contribuam para a melhoria das condições de segurança e salubridade do edifício ou fração.

Assim, no que respeita ao Regulamento Geral das Edificações Urbanas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951, prevê-se a dispensa da observância de disposições técnicas cujo cumprimento importa custos inoportáveis e que não se traduzem numa verdadeira garantia da habitabilidade do edificado reabilitado. A referida dispensa incide, designadamente, sobre aspetos relacionados com áreas mínimas de habitação, altura do pé-direito ou instalação de ascensores.

Do mesmo modo, o presente regime prevê a dispensa de observância de determinados requisitos resultantes dos regimes jurídicos em vigor sobre acessibilidades, requisitos acústicos, eficiência energética e qualidade térmica, instalações de gás e infraestruturas de telecomunicações em edifícios. Tal não prejudica, no entanto, a manutenção da aplicação desses regimes na parte em que o presente decreto-lei não disponha em contrário.

Com vista a conferir segurança aos investimentos que sejam realizados ao abrigo do presente regime, salvaguarda-se, expressamente, que as operações de reabilitação que venham a ser realizadas com dispensa dos requisitos nele previstos, não são afetadas pela cessação de vigência do regime excecional, desde que seja mantido um uso habitacional predominante.

Promove-se, desta forma, uma política urbana capaz de responder às necessidades e recursos de hoje, num edificado já existente e que importa recuperar tornando-o atrativo e capaz de gerar riqueza agora e no futuro.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Objeto

O presente decreto-lei estabelece um regime excecional e temporário aplicável à reabilitação de edifícios ou de frações, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação

urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional.

### Artigo 2.º

#### Âmbito de aplicação

1 — O presente decreto-lei aplica-se à reabilitação de edifícios ou de frações, concluídos há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que se destinem a ser afetos total ou predominantemente ao uso habitacional e desde que a operação urbanística não origine desconformidades, nem agrave as existentes, ou contribua para a melhoria das condições de segurança e salubridade do edifício ou fração.

2 — Consideram-se operações de reabilitação, para efeitos do número anterior, as seguintes operações urbanísticas:

- a) Obras de conservação;
- b) Obras de alteração;
- c) Obras de reconstrução;
- d) Obras de construção ou de ampliação, na medida em que sejam condicionadas por circunstâncias preexistentes que impossibilitem o cumprimento da legislação técnica aplicável, desde que não ultrapassem os alinhamentos e a cêrcea superior das edificações confinantes mais elevadas e não agravem as condições de salubridade ou segurança de outras edificações;
- e) Alterações de utilização.

3 — Considera-se que um edifício ou fração se destina a ser afeto, predominantemente, a uso habitacional quando pelo menos 50% da sua área se destine a habitação e a usos complementares, designadamente, estacionamento, arrecadação ou usos sociais.

### Artigo 3.º

#### Dispensa de aplicação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas

1 — As operações urbanísticas identificadas no artigo anterior, são dispensadas da observância das normas constantes dos artigos 45.º a 52.º e 59.º a 70.º, do artigo 71.º sem prejuízo da existência de, pelo menos, um vão em cada compartimento de habitação, e dos artigos 72.º, 73.º, 75.º a 80.º, 84.º a 88.º e 97.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de agosto de 1951.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a alteração de parte de edifício ou de fração autónoma de uso habitacional para uso não habitacional, sem que se altere o uso predominante habitacional do edifício, pode efetuar-se mantendo-se o pé-direito preexistente.

### Artigo 4.º

#### Dispensa de aplicação do regime legal de acessibilidades

As operações urbanísticas objeto do presente decreto-lei estão dispensadas do cumprimento de normas técnicas sobre acessibilidades previstas no regime que define as condições de acessibilidade a satisfazer no projeto e na construção de espaços públicos, equipamentos coletivos e

edifícios públicos e habitacionais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

### Artigo 5.º

#### Dispensa de aplicação de requisitos acústicos

As operações urbanísticas identificadas no n.º 2 do artigo 2.º estão dispensadas do cumprimento de requisitos acústicos, previstos no Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 96/2008, de 9 de junho, com exceção das que tenham por objeto partes de edifício ou frações autónomas destinados a usos não habitacionais.

### Artigo 6.º

#### Requisitos de eficiência energética e qualidade térmica

1 — As operações urbanísticas identificadas no n.º 2 do artigo 2.º estão dispensadas do cumprimento dos requisitos mínimos de eficiência energética e qualidade térmica, nas situações em que existam incompatibilidades de ordem técnica, funcional ou de valor arquitetónico, desde que justificadas mediante termo de responsabilidade subscrito pelo técnico autor do projeto.

2 — As operações urbanísticas referidas no número anterior estão dispensadas do cumprimento dos requisitos mínimos de qualidade térmica quando existam incompatibilidades de viabilidade económica, desde que justificadas mediante termo de responsabilidade subscrito pelo técnico autor do projeto.

3 — As exigências legais de instalação de sistemas solares térmicos para aquecimento de água sanitária, assim como o recurso a formas alternativas e renováveis de energia, podem ser dispensadas quando existam incompatibilidades de ordem técnica, funcional, de viabilidade económica ou de valor arquitetónico, desde que justificadas mediante termo de responsabilidade subscrito pelo técnico autor do projeto.

4 — O termo de responsabilidade subscrito pelo técnico autor do projeto, nos termos dos números anteriores, deve:

- a) Indicar quais as normas legais ou regulamentares em vigor que o projeto não observa; e
- b) Fundamentar a não observância dessas normas.

### Artigo 7.º

#### Instalações de gás em edifícios

Não é obrigatória a instalação de redes de gás, nem a apresentação do respetivo projeto, relativamente aos edifícios abrangidos pelo âmbito de aplicação do presente decreto-lei, quando não esteja prevista a sua utilização e desde que esteja prevista outra fonte energética.

### Artigo 8.º

#### Infraestruturas de telecomunicações em edifícios

1 — Nos edifícios abrangidos pelo âmbito de aplicação do presente decreto-lei apenas é obrigatória a instalação das seguintes infraestruturas de telecomunicações:

- a) Espaços para as tubagens da coluna montante do edifício;

**2340**

b) As redes de tubagem necessárias para a eventual instalação posterior de diversos equipamentos, cabos e outros dispositivos;

c) Passagem aérea de topo e entrada de cabos subterrânea;

d) Sistemas de cablagem em pares de cobre, cabo coaxial, para distribuição de sinais sonoros e televisivos do tipo A e em fibra ótica.

2 — As tubagens referidas no número anterior devem garantir a ligação das redes e infraestruturas públicas de comunicações do exterior do edifício até ao interior do mesmo e, no caso das infraestruturas previstas nas alíneas b) e d), a uma das divisões secas de maior dimensão de cada fração.

3 — O incumprimento do disposto no presente artigo configura a não instalação de infraestruturas obrigatórias, constituindo contraordenação muito grave sancionável nos termos da alínea a) do n.º 3 e nos n.ºs 10 a 14 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 258/2009, de 25 de setembro, e pela Lei n.º 47/2013, de 10 de julho.

**Artigo 9.º****Salvaguarda estrutural**

As intervenções em edifícios existentes não podem diminuir as condições de segurança e de salubridade da edificação nem a segurança estrutural e sísmica do edifício.

**Artigo 10.º****Prevalência de regime**

Na parte em que o presente decreto-lei não disponha em contrário, mantêm-se aplicáveis os regimes jurídicos que incidem sobre as matérias nele reguladas, assim como as normas dos instrumentos de gestão territorial aplicáveis às operações urbanísticas que constituem o seu objeto.

**Artigo 11.º****Período de vigência**

1 — O regime previsto no presente decreto-lei vigora pelo período de sete anos contados da sua entrada em vigor, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — O disposto no presente decreto-lei aplica-se aos procedimentos de controlo prévio das operações urbanísticas de reabilitação de edifícios ou de frações pendentes à data da sua entrada em vigor, bem como aos pendentes à data da cessação da vigência do presente decreto-lei.

3 — Quando se trate de operação urbanística de reabilitação isenta de controlo prévio, o disposto no presente decreto-lei aplica-se ainda às obras pendentes à data da cessação da vigência do presente decreto-lei.

4 — As operações realizadas ao abrigo do presente regime não são afetadas pela cessação de vigência do presente decreto-lei, enquanto os edifícios ou frações mantiverem um uso habitacional predominante.

*Diário da República, 1.ª série—N.º 69—8 de abril de 2014*

**Artigo 12.º****Entrada em vigor**

O presente decreto-lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 20 de fevereiro de 2014. — *Pedro Passos Coelho* — *António de Magalhães Pires de Lima* — *Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva*.

Promulgado em 2 de abril de 2014.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 3 de abril de 2014.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA****Portaria n.º 79/2014**

de 8 de abril

A requerimento da Universidade de Évora;

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 99/99, de 30 de março, 26/2003, de 7 de fevereiro, 76/2004, de 27 de março, 158/2004, de 30 de junho, 147-A/2006, de 31 de julho, 40/2007, de 20 de fevereiro, 45/2007, de 23 de fevereiro, e 90/2008, de 30 de maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 32-C/2008, de 16 de junho:

No uso das competências delegadas pelo Ministro da Educação e Ciência através do Despacho n.º 10 368/2013 (2.ª série), de 8 de agosto:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Ensino Superior, o seguinte:

**Artigo 1.º****Revogação**

É revogada a Portaria n.º 56/2013, de 7 de fevereiro.

**Artigo 2.º****Ingresso no ciclo de estudos de licenciatura em Teatro da Universidade de Évora**

O ingresso no ciclo de estudos de licenciatura em Teatro da Universidade de Évora no âmbito do regime geral de acesso realiza-se através do concurso nacional de acesso a partir do ano letivo de 2015-2016, inclusive.

**Artigo 3.º****Produção de efeitos**

A presente portaria produz efeitos após a conclusão do processo de ingresso no ciclo de estudos de licenciatura em Teatro da Universidade de Évora no ano letivo de 2014-2015.

O Secretário de Estado do Ensino Superior, *José Alberto Nunes Ferreira Gomes*, em 27 de março de 2014.

## **Anexos 6**

### **Projeto Habitação/Atelier da Cristina**

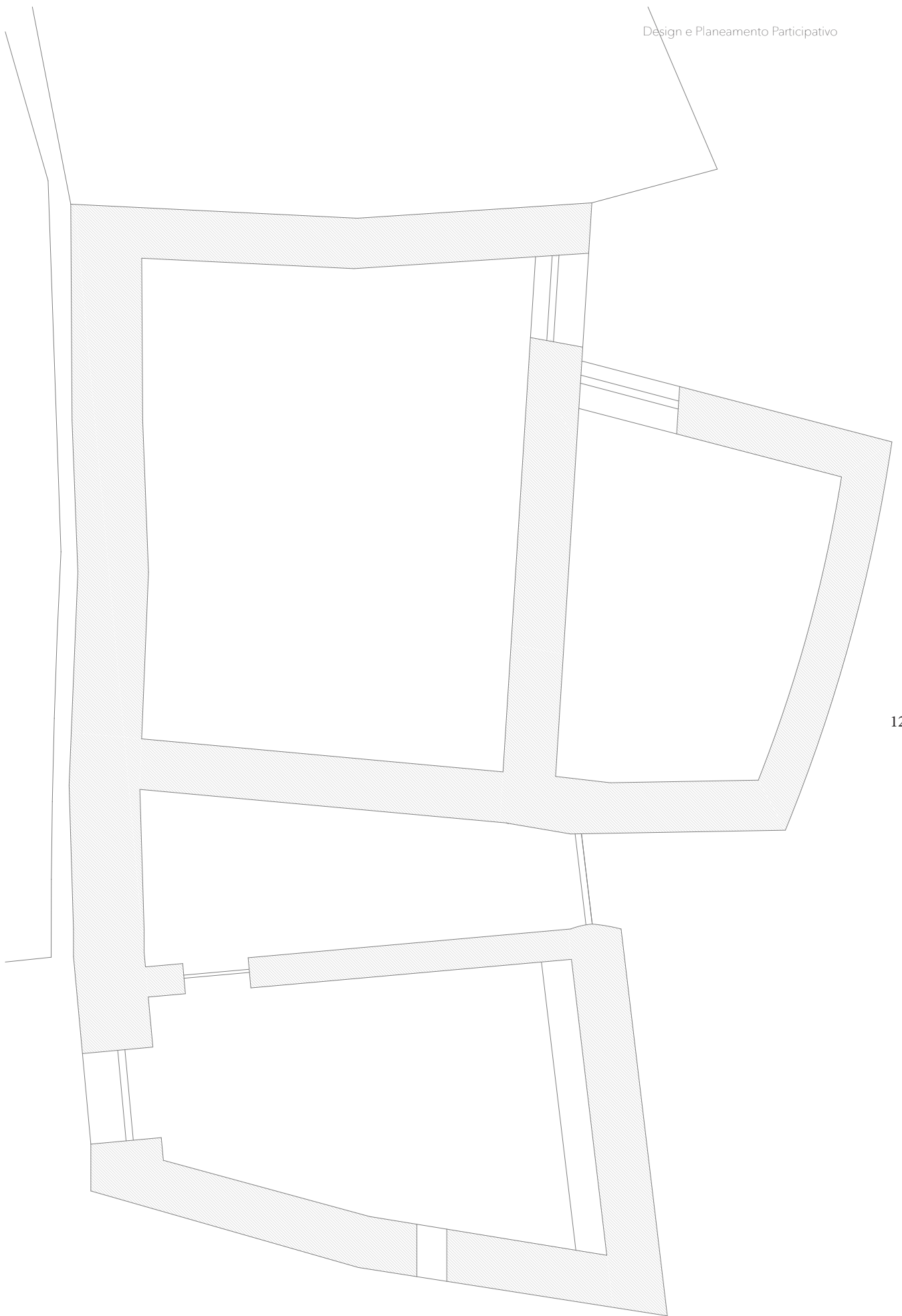


Figura 1 - Levantamento Casa da Cristina - Esc: 1/50  
(Fonte: Autor, 2014)

126



Figura 2 - Planta de vermelhos e amarelos  
(Fonte: Autor, 2014)

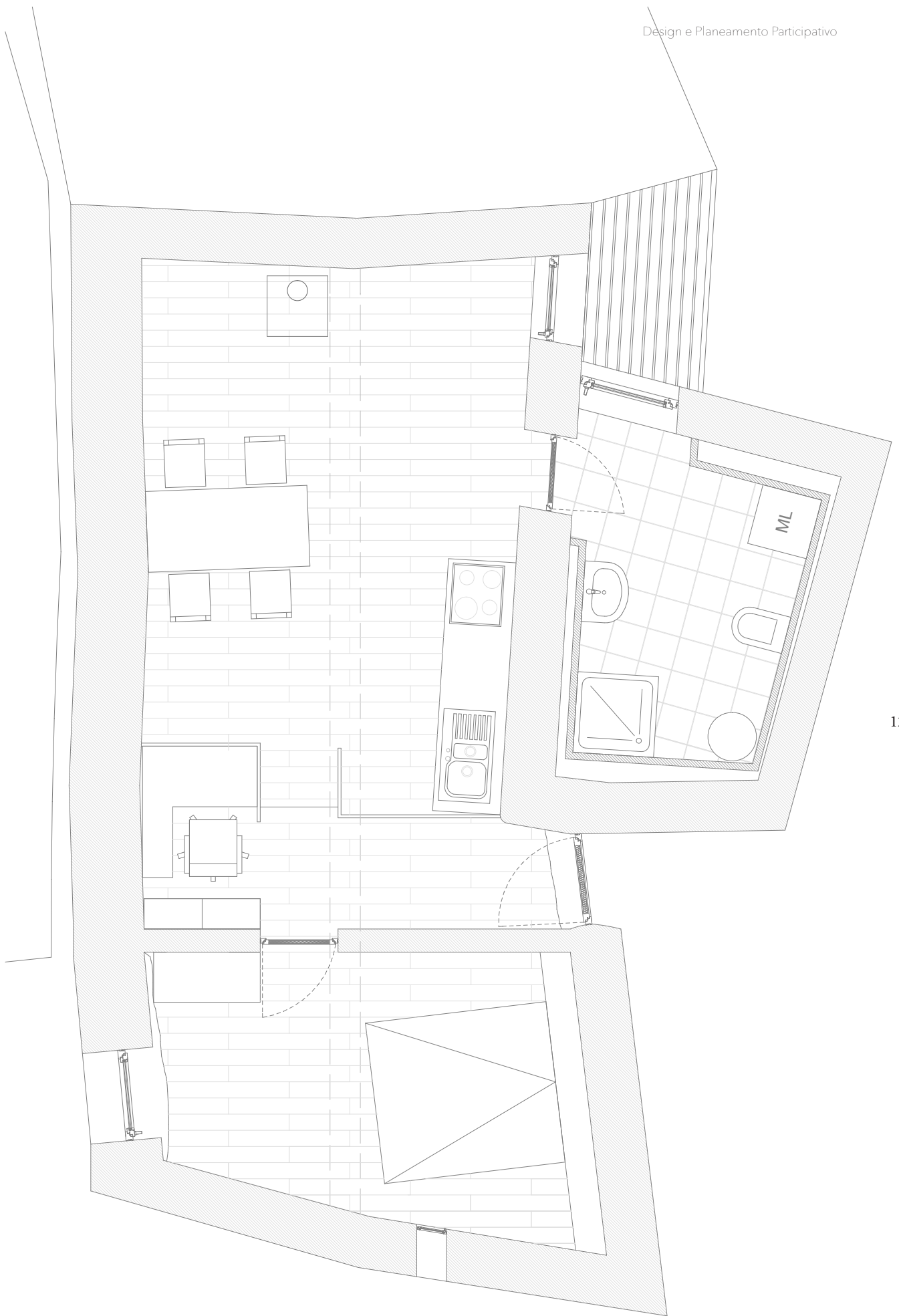


Figura 3 - Projeto Casa da Cristina - Esc: 1/50  
(Fonte: Autor, 2014)



Figura 4 - Projeto infra-estruturas - Esc: 1/50  
(Fonte: Autor, 2014)

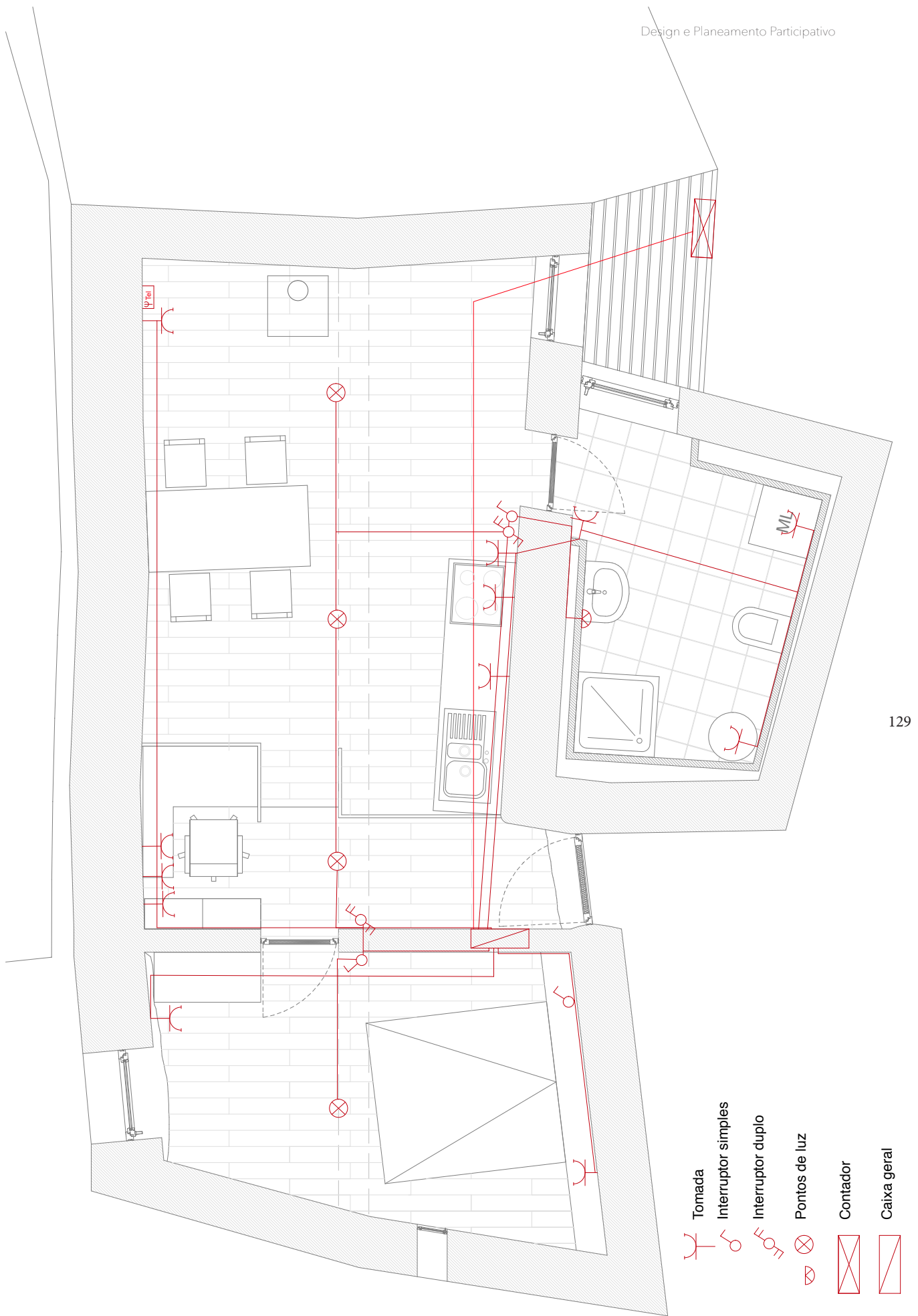
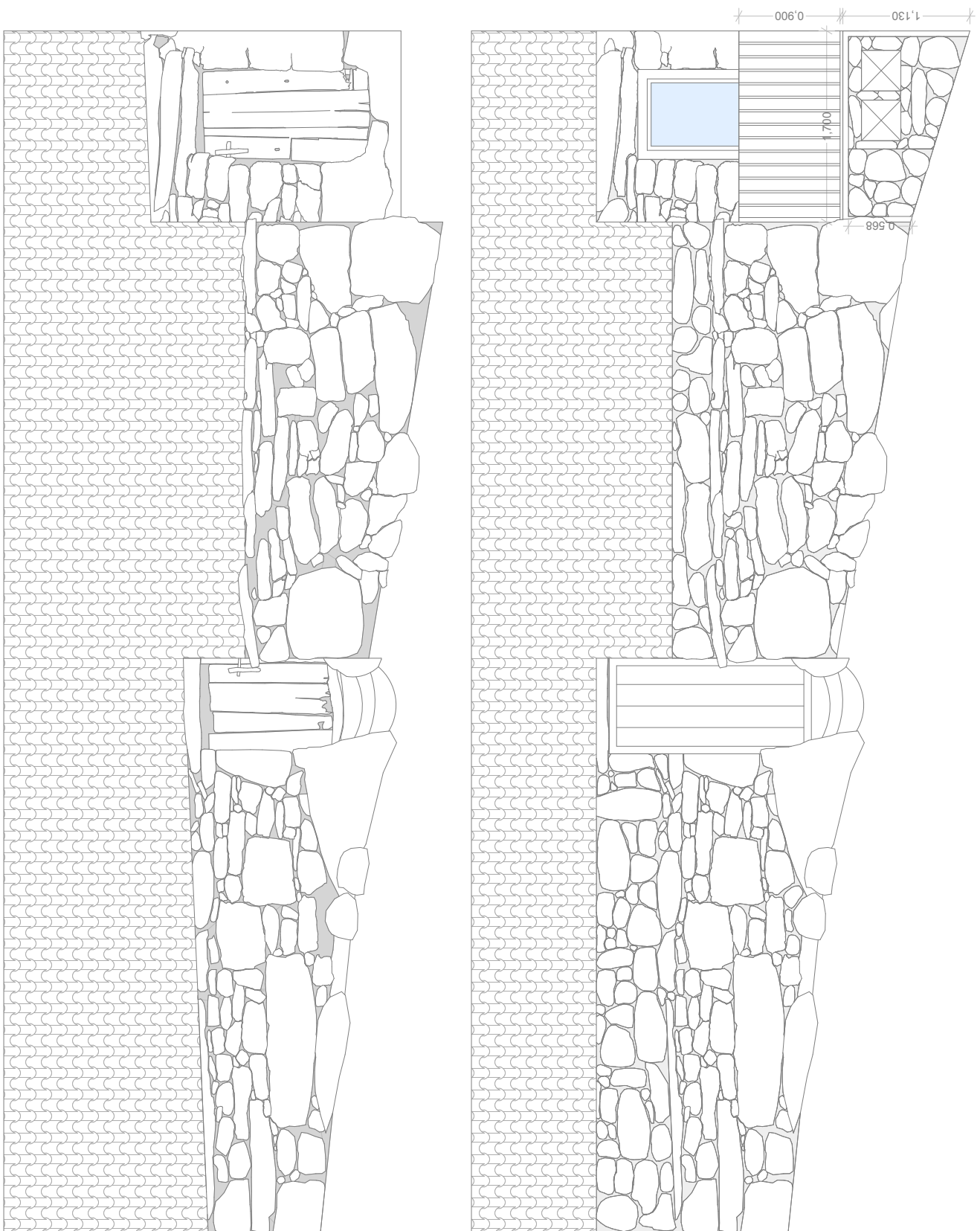


Figura 5 - Projeto infra-estruturas - Esc: 1/50  
 (Fonte: Autor, 2014)



130

Figura 6 - Alçados antes (Esq.) e propostos (Dir.) Casa da Cristina - Esc: 1/50  
(Fonte: Autor, 2014)

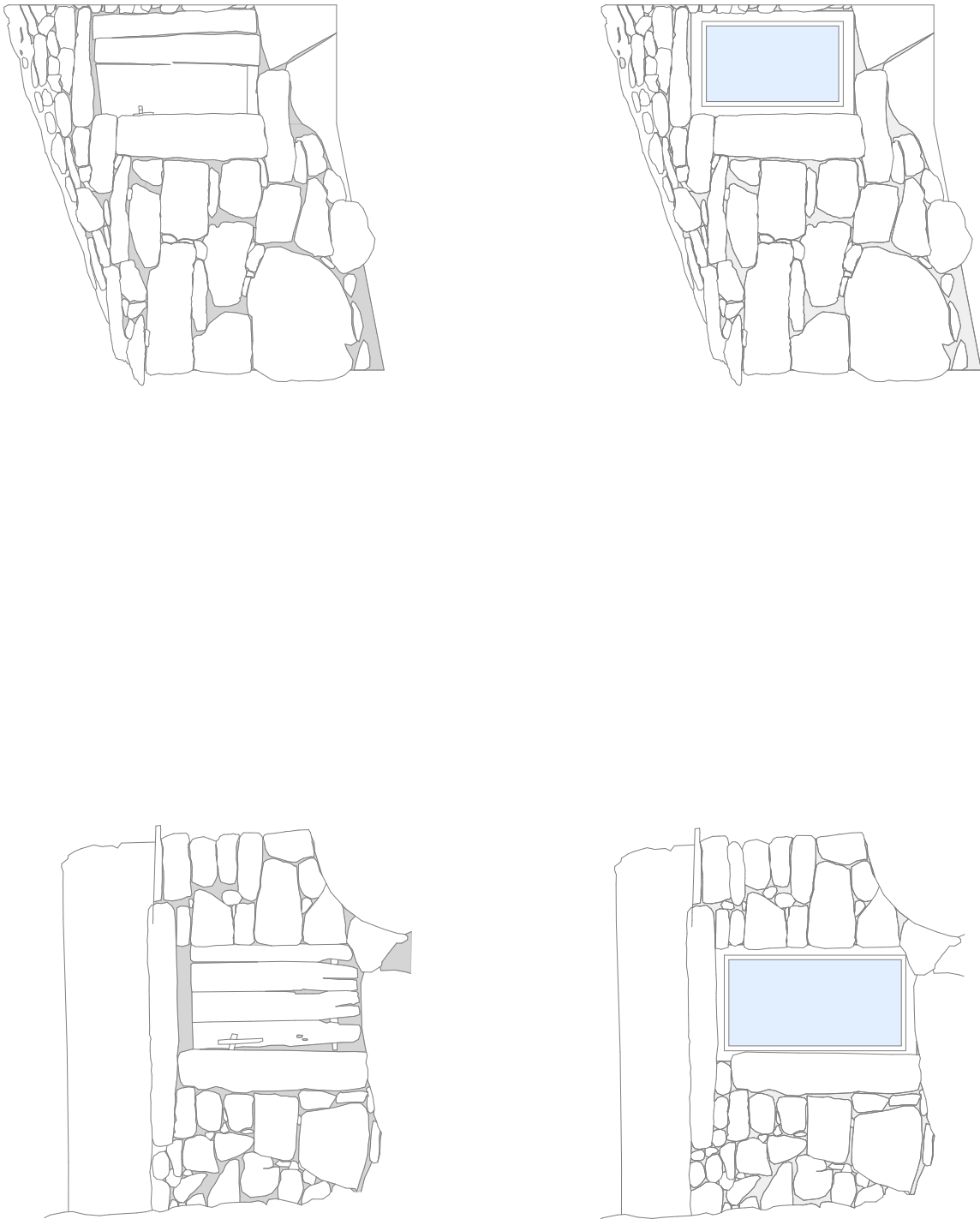
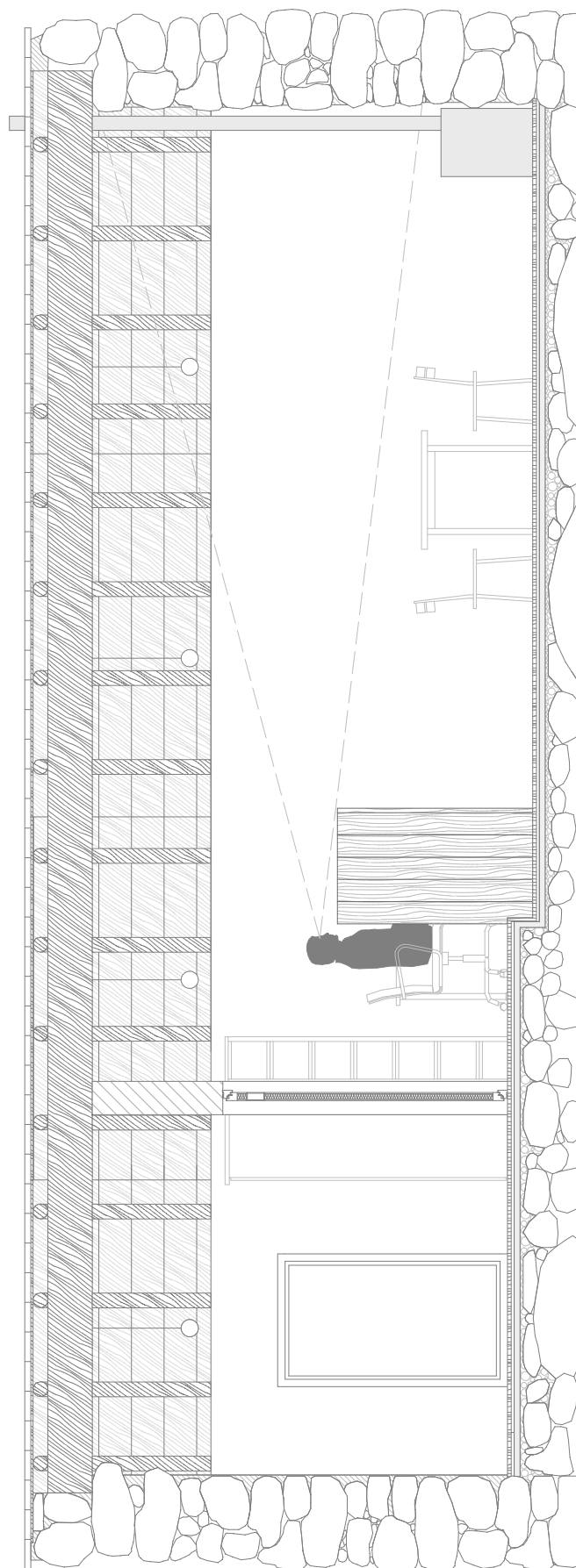


Figura 7 - Alçados antes (Esq.) e propostos (Dir.) Casa da Cristina - Esc: 1/50  
(Fonte: Autor, 2014)



132

Figura 8 - Corte Casa da Cristina - Esc: 1/50  
(Fonte: Autor, 2014)

## Anexos 7

### MAEC Habitação/Atelier da Cristina

#### MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS – MAEC

#### FICHA DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO

##### A. IDENTIFICAÇÃO

Rua/Av.: ..... Estrada Municipal .....  
 ..... n.º/lot: n.d. .... andar: .....  
 Freguesia: União Freg. Alhões, Bustelo, Gralheira e Ramires ..... Concelho: Cinfães .....  
 Código postal: 4690 - 435 ..... Localidade: Vale de Papas .....

##### B. FOTOGRAFIAS



##### C. CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO

Implantação do edifício	Impermeabilização das áreas envolventes	N.º de pisos do edifício acima da cota da soleira	N.º de unidades enterradas	N.º de unidades no edifício	Época de construção
<u>geminado</u>	<u>não impermeabilizados</u>	<u>  0   1  </u>	<u>  0   0  </u>	<u>     </u>	<u>n.d.</u>

##### D. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

Uso da unidade	N.º de pisos da unidade	N.º de divisões da unidade	Iluminação natural	N.º de dependências
<u>Outros</u>	<u>  0   1  </u>	<u>  0   1  </u>	<u>totalmente sombreado</u>	<u>     </u>

##### E. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

- O locado acima identificado possui um estado de conservação:  
 Excelente  Bom  Médio  Mau  Péssimo
- Existem situações que constituem grave risco para a segurança e saúde públicas e/ou dos residentes:  
 Sim  Não

Observações: .....  
 .....  
 .....

##### F. EQUIPA

Nome do técnico: Ricardo Duarte ..... Assinatura: .....  
 Nome do técnico: ..... Assinatura: .....  
 Nome do técnico: ..... Assinatura: .....  
 Nome do técnico: ..... Assinatura: .....

Data de vistoria: 27 | 02 | 2014

## MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS – MAEC

Número da ficha

Pág. 2/4

## CARACTERIZAÇÃO CONSTRUTIVA

## A. ESTRUTURA

## Fundações

- Alvenaria de pedra  
 Alvenaria de tijolo  
 Sapatas de betão  
 Ensoleiramento geral  
 Estacas de madeira  
 Estacas de betão  
 Outra \_\_\_\_\_  
 Não sabe

## Elementos verticais

- Paredes resistentes de alvenaria de pedra  
 Paredes resistentes de alvenaria de tijolo ou de blocos de betão  
 Paredes resistentes de alvenaria confinada de tijolo maciço ou de blocos de betão  
 Pilares de betão armado  
 Outra \_\_\_\_\_  
 Não sabe

## Pavimentos

- Madeira  
 Madeira com vigas metálicas  
 Laje maciça de betão armado com vigas  
 Laje fungiforme maciça de betão armado  
 Laje fungiforme aligeirada de betão armado  
 Laje aligeirada de betão armado com vigotas  
 Pranchas de betão armado ou pré-esforçado  
 Pré-lajes  
 Outra \_\_\_\_\_ Terra  
 Não sabe

## B. COBERTURA

Forma:  Inclinação |  Em terraçoEsteira horizontal:  Sim |  Não

## Estrutura de suporte

- Madeira  
 Madeira  
 Metálica  
 Laje maciça de betão armado  
 Laje aligeirada de betão armado com vigotas  
 Vigas / vigotas de betão armado com muretes de alvenaria  
 Outra \_\_\_\_\_  
 Não sabe

## Revestimento da cobertura em terraço

- Impermeabilização aparente  
 Betonilha  
 Ladrilho cerâmico ou hidráulico  
 Tijoleira  
 Seixo rolado  
 Outra \_\_\_\_\_  
 Não sabe

## Revestimento da cobertura inclinada

- Telha cerâmica  
 Telha de betão  
 Chapas metálicas  
 Chapas plásticas  
 Chapas de fibrocimento  
 Canaletes de fibrocimento  
 Outra \_\_\_\_\_  
 Não sabe

## Composição da esteira

- Madeira ou derivados de madeira  
 Laje maciça de betão armado  
 Laje aligeirada de betão armado  
 Placas de gesso cartonado/laminado  
 Outra \_\_\_\_\_  
 Não sabe

## C. PAREDES EXTERIORES

## Tosco

- Alvenaria de pedra  
 Alvenaria de tijolo com um pano  
 Alvenaria de tijolo com dois panos  
 Alvenaria blocos de betão de agregados correntes  
 Alvenaria de blocos de betão com agregados de argila expandida  
 Alvenaria de blocos de betão celular autoclavado  
 Outra \_\_\_\_\_  
 Não sabe

## Revestimento dos paramentos exteriores

- Reboco  
 Azulejo  
 Placas de pedra  
 ETICS  
 Sistema de pintura  
 Sem revestimento  
 Outro \_\_\_\_\_ Pedra  
 Não sabe

## D. VÃOS EXTERIORES

## Material do caixilho

- Madeira  
 Alumínio simples  
 Alumínio com corte térmico  
 PVC  
 Ferro  
 Vãos sem caixilharia  
 Outro \_\_\_\_\_

## Tipo de envidraçado

- Vidro simples  
 Vidro duplo  
 Janela dupla  
 Sem vidro  
 Outra \_\_\_\_\_

## E. PAREDES INTERIORES

## Tosco

- Alvenaria de pedra  
 Alvenaria de tijolo com um pano  
 Alvenaria de blocos de betão de agregados correntes  
 Alvenaria de blocos de betão agregados de argila expandida  
 Alvenaria de blocos de betão celular autoclavado  
 Tabique de madeira  
 Tabique de madeira e alvenaria  
 Divisórias leves com painéis de gesso cartonado / laminado  
 Outra \_\_\_\_\_  
 Não sabe

## Revestimento

- Madeira  
 Reboco  
 Estuque  
 Azulejo  
 Placas de pedra natural  
 Sistema de pintura  
 Sem revestimento  
 Outro \_\_\_\_\_  
 Não sabe

## F. REVESTIMENTOS DE PISO

## Material

- Madeira  
 Pedra natural  
 Ladrilho cerâmico  
 Ladrilho hidráulico  
 Linóleo  
 Vinílico  
 Aglomerado de cortiça  
 Betonilha  
 Outra \_\_\_\_\_ Terra  
 Não sabe

## MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS – MAEC

Número da ficha

Pág. 3/4

## ANOMALIAS DE ELEMENTOS FUNCIONAIS

	Gravidade da anomalia					Extensão da anomalia					Não se aplica	Pond.	Pont.
	Muito ligeiras	Ligeiras	Médias	Graves	Muito graves	Pontual	Local	Média	Extensa	Total			
<b>A. EDIFÍCIO</b>	(5)	(4)	(3)	(1)	(1)	(1)	(0,95)	(0,85)	(0,75)	(0,65)			
1. Estrutura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	x 3 =	2,25
1.1. Fundações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
1.2 Estrutura elevada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
1.3 Muros de suporte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
2. Cobertura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	x 3 =	1,95
2.1 Revestimento da cobertura	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
2.2 Estrutura de suporte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
2.3 Vãos envidraçados, claraboias e lanternins	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
2.4 Sistema de drenagem de águas pluviais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
2.5 Outros elementos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
3. Elementos salientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 2 =	
<b>B. OUTRAS PARTES COMUNS</b>													
4. Paredes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	x 2 =	1,7
5. Revestimentos de pavimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 1 =	
6. Tetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	x 1 =	0,75
7. Escadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 2 =	
8. Caixilharia e portas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	x 1 =	0,65
9. Dispositivos de proteção contra queda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 2 =	
10. Instalação de distribuição de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 1 =	
11. Instalação de drenagem de águas residuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 1 =	
12. Instalação de gás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 1 =	
12.1 Instalação de gás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 1 =	
12.2 Armários onde estão contadores e outros elementos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
12.3 Aparelhos a gás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
12.4 Outros elementos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
13. Instalação elétrica e de iluminação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 1 =	
13.1 Instalação de terra	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
13.2 Iluminação de emergência e equipamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
13.3 Instalação de energia e de equipamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
14. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 1 =	
15. Instalação de ascensores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 2 =	
16. Instalação de segurança contra incêndio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 1 =	
17. Instalação de evacuação de lixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 1 =	
<b>C. UNIDADE</b>													
18. Paredes exteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	x 3 =	2,25
19. Paredes interiores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	x 2 =	1,5
20. Revestimentos de pavimentos exteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 1 =	
21. Revestimentos de pavimentos interiores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 2 =	
22. Tetos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	x 2 =	1,5
23. Escadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 2 =	
24. Caixilharia e portas exteriores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	x 3 =	1,95
25. Caixilharia e portas interiores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	x 2 =	1,3
26. Dispositivos de proteção de vãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	x 1 =	0,65
27. Dispositivos de proteção contra queda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 2 =	
28. Equipamento sanitário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 2 =	
29. Equipamento de cozinha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 2 =	
30. Instalação de distribuição de água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 2 =	
31. Instalação de drenagem de águas residuais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 2 =	
32. Instalação de gás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 2 =	
32.1 Instalação de gás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
32.2 Armários onde estão contadores e outros elementos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
32.3 Aparelhos a gás	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
32.4 Outros elementos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
33. Instalação elétrica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 2 =	
33.1 Instalação de terra	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
33.2 Iluminação de emergência e equipamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
33.3 Instalação de energia e de equipamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		
34. Instalações de telecomunicações e contra a intrusão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 1 =	
35. Instalação de ventilação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 1 =	
36. Instalação de climatização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 1 =	
37. Instalação de segurança contra incêndio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	x 1 =	

MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS – MAEC

Número da ficha	Pág. 4/4
-----------------	----------

**D. DESCRIÇÃO DAS ANOMALIAS "GRAVES" OU "MUITO GRAVES"**

N.º do elemento funcional	Relato síntese da anomalia	Identificação das fotografias
_ _ 2	Cobertura - O revestimento da cobertura encontra-se em mau estado de conservação devido às diferenças de temperatura; a estrutura e o revestimento de madeira encontra-se em deterioração devido ao mau estado da telha.	_____
.....		
.....		
.....		
_ _ 4	Paredes - As paredes exteriores e interiores encontram-se em eminente risco de queda, existem buracos nas paredes em que é possível ver o exterior a partir do interior.	_____
.....		
.....		
.....		
_ _ 5	Pavimento - O pavimento é inexistente.	_____
.....		
.....		
.....		
_ _ 8	Caixilharia e portas - As caixilharias e as portas encontram-se em avançado estado de degradação.	_____
.....		
.....		
.....		
_ _ _		_____
.....		
.....		
.....		
_ _ _		_____
.....		
.....		
.....		
_ _ _		_____
.....		
.....		
.....		
_ _ _		_____
.....		
.....		
.....		

**E. OBSERVAÇÕES**

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

**FORMAS INTEGRADAS DE REABILITAR:**  
o caso da Iniciativa Terra Amada em Vale de Papas